

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2026

NÚMERO 23.042 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Na prisão, Paulo Henrique Costa está mais perto da delação

Enquanto espera a Segunda Turma do STF decidir sobre a sua prisão preventiva — o julgamento estava 2 x 0 pela manutenção, com votos de André Mendonça e Luiz Fux, além de Dias Toffoli ter se declarado suspeito — o ex-CEO do BRB trocou seus advogados. A contratação de especialistas na área indica que ele procura um acordo para confessar crimes em troca de penas menores. PHC é acusado de receber propina para ordenar operações fraudulentas com o Master de Daniel Vorcaro.

PÁGINA 2 E BRASÍLIA-DF, 5

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Nelson de Souza esteve no programa CB.Poder, do Correio e da TV Brasília

“BRB é ícone do povo de Brasília. Não vai quebrar”

A semana trouxe boas notícias para o Banco de Brasília, instituição que tenta se reerguer após as negociações com prejuízos bilionários com o Banco Master e tem até 29 de maio para encerrar o processo de capitalização. Na segunda-feira, a estatal fechou acordo de R\$ 15 bilhões com a gestora Capital para compra de

ativos. E ontem, outro passo importante: um aumento de capital de R\$ 8,8 bilhões, aprovado pelos acionistas. “Significa mais um passo que o BRB está dando, de maneira decisiva, para ter a solidez que teve no passado”, disse ao CB.Poder o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza. Na entrevista, o executivo

detalhou as negociações de empréstimos para cobertura dos rombos e as medidas que estão sendo tomadas para sanar a estatal. Também falou sobre as auditorias internas e os negócios fraudulentos com o grupo Master. “Quem estiver apostando ou reservando seus recursos para comprar o BRB, isso não vai acontecer”.

- **Especialistas: aumento de capital dá mais fôlego à instituição**
- **Banco e Mané Garrincha encerram acordo do naming rights**

PÁGINAS 2, 13, 14 E 19



A discussão por novas regras

Ministro Alexandre de Moraes encaminhou ao Plenário do STF ação que busca impor restrições ao uso de delações premiadas em investigações de crimes, sob alegação de abusos.

6 x 1

Comissão da Câmara aprova propostas para redução de jornada

PÁGINA 4

Carlos Vieira/CB/D.A Press



O vôlei é a nossa praia

Brasília inicia agenda de grandes torneios com Circuitos Brasileiro e Mundial das areias, antes da Liga das Nações na quadra. Presidente da CBV, Radamés Lattari, exalta vocação esportiva do DF.

Convocação de Estêvão para a Copa está por um triz

PÁGINAS 19 E 20

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Mais facilidades para a casa própria

Em entrevista ao CB.Poder, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, detalhou as novas regras dos programas habitacionais do governo federal. Mudanças nas faixas de renda, ampliação do financiamento e uma nova categoria para a classe média. “Moradia não é consumo, é formação de patrimônio”, afirmou o executivo.

PÁGINA 7

Mounjaro liberado para uso por jovens

A Anvisa aprovou o uso da tirzepatida em crianças e adolescentes para o tratamento da diabetes tipo 2. A autorização se baseou em um estudo clínico internacional publicado na revista *The Lancet*. A expectativa é conter o avanço da doença, que atinge cada vez mais a população jovem.

PÁGINA 6

Retaliação

Agente perde credencial

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, confirmou a retirada das credenciais de um agente do ICE que atuava junto à corporação, em Brasília.

PÁGINA 3 E NAS ENTRELINHAS

Cosméticos

Mais beleza com menos

Estudo mostra que usar menos produtos de beleza reduz, em poucos dias, a presença de substâncias químicas nocivas ao organismo.

PÁGINA 12

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Democracia — A ministra Carmen Lúcia, do STF, foi a convidada especial da aula magna que celebrou os 64 anos da Universidade de Brasília. Defesa do Estado Democrático de Direito e das liberdades civis foram realçados em sua palestra. PÁGINA 4

Ana Maria Campos // Decisões mais rápidas, mas justas e seguras, garante, na posse, novo comando do TJDF. PÁGINA 15

Samanta Sallum // Celina Leão propõe projeto para supermercados comprarem a produção do agro do DF. PÁGINA 17





PODER

Ex-chefe do BRB contrata especialista em delação

Preso no Complexo da Papuda, ex-presidente do Banco de Brasília troca a defesa e escolhe o advogado Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça, com vasta experiência em acordos de colaboração premiada. O alvo deve ser o ex-governador do DF Ibaneis Rocha

» RENATO SOUZA

Em um capítulo importante para a investigação do esquema envolvendo o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB), o ex-presidente da instituição brasiliense Paulo Henrique Costa decidiu trocar de advogados, em um movimento que sinaliza a intenção de fazer delação premiada. Ele é considerado uma das peças-chaves para entender o funcionamento da organização criminosa criada para operacionalizar o esquema.

O advogado **Cléber Lopes** deixou a defesa de Costa, dando lugar a Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça — considerado um especialista em delações premiadas —, e a Davi Tangerino. Aragão confirmou ao **Correio** que está assumindo a defesa, mas disse que ainda não conversou com o cliente. Por isso, não pode confirmar que ele pretende firmar delação.

Contar o que sabe, com provas, seria a forma de Costa tentar reduzir uma eventual condenação. A estratégia é apontar a responsabilização de gestores e autoridades que estão acima dele. Fontes consultadas pela reportagem apontam a possibilidade de Costa comprovar o envolvimento direto do ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha para a operação BRB-Master se concluída.

Por ter sido governador de uma unidade da Federação que é acionista majoritária do BRB, Ibaneis teria forte influência e poder de decisão nas negociações envolvendo o Master. Em declarações públicas, o político do MDB negou ter feito qualquer reunião ou discutido a compra do Master com empresários ou gestores públicos acusados de envolvimento no esquema.

Ed Alves/CB/DA.Press



Paulo Henrique Costa foi preso na semana passada pela Polícia Federal, durante a quarta fase da Operação Compliance Zero

Proximidade

O criminalista Cléber Lopes, dispensado por Costa, tem relação próxima com o ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha e, em sua atuação na defesa do caso, vinha sustentando que a operação de compra do Banco Master pelo BRB respeitou critérios técnicos.

Reunião em Brasília

Apesar das declarações de Ibaneis, o ex-presidente Michel Temer

confirmou ter participado de uma reunião, em Brasília, com o então governador, Costa e Vrcaro. A informação foi dada em entrevista à

CNN Brasil, mas o ex-chefe do Executivo não precisou a data do encontro. Disse apenas que o encontro se deu “bem antes da liquidação” e que ele participou como advogado contratado para prestar “consultoria e mediação” à instituição de Vrcaro.

Temer confirmou ter recebido honorários do Grupo Master “para fazer essa intermediação e assessoria jurídica”, motivo pelo qual veio a Brasília participar do encontro com Ibaneis e Costa

— “Vrcaro apareceu depois (na reunião)”, complementou o ex-presidente na entrevista.

De qualquer forma, os próximos passos de Costa são reunir documentos, mensagens e informações que possam convencer a Polícia Federal a fechar o acordo. Fontes dentro da corporação disseram à reportagem que até agora não houve qualquer procura dele ou de seus advogados para iniciar tratativas de um acordo de delação.

Destacam, no entanto, ser necessário aguardar o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir sobre a prisão para tratar do caso.

Costa foi preso no último dia 16, no âmbito da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal. Os investigadores acusam o ex-presidente do BRB de estar envolvido em “crimes financeiros, além de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa”. Ele está detido no Complexo Penitenciário da Papuda. A prisão preventiva está sendo avaliada pela Segunda Turma do Supremo, em julgamento virtual marcado para acabar amanhã (leia reportagem abaixo).

No mesmo dia em que Costa foi para a cadeia, a Polícia Federal deteve Daniel Monteiro, advogado do Master. Ambas as prisões foram autorizadas pelo relator do caso na Corte, ministro André Mendonça. Monteiro está detido em São Paulo e, de acordo com informações de fontes na PF, manifestou o desejo de firmar um acordo de delação.

Afastamento

Costa foi afastado da Presidência do BRB por determinação da Justiça Federal na primeira fase da Operação Compliance Zero, deflagrada no ano passado. Porém, estava em liberdade. A detenção só ocorreu após a Polícia Federal identificar mensagens dele com Daniel Vrcaro, dono do Master. A acusação é de que ele teria recebido propina de R\$ 146 milhões em troca de atuar em favor do Master junto ao BRB.

Os valores ilícitos teriam sido movimentados em negociações de imóveis de alto valor em Brasília e São Paulo. Um dos imóveis na capital federal seria um apartamento no Residencial Ennius Muniz, no Noroeste, com valor inicial avaliado em R\$ 4 milhões.

Suspeição de Toffoli, e dois votos por prisão

Gustavo Moreno/STF



Mendonça: prisões são necessárias para preservar o curso das apurações

O ministro André Mendonça — relator no Supremo Tribunal Federal (STF) das investigações sobre o esquema envolvendo o Banco Master — votou, ontem, para manter a prisão de Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, e do advogado Daniel Monteiro. Ambos estão detidos preventivamente no âmbito da Operação Compliance Zero, que apura as fraudes envolvendo o Master.

Mendonça, que autorizou as prisões na semana passada, votou favorável à manutenção da decisão, sob o argumento de que a medida é necessária para preservar o curso das investigações. O ministro Luiz Fux acompanhou o entendimento do relator. Com o placar de 2 x 0 pelas prisões, faltam ainda os votos dos ministros Gilmar Mendes e Nunes Marques. O julgamento, no plenário virtual, prossegue até amanhã.

O ministro Dias Toffoli, também integrante da Segunda Turma, declarou-se suspeito para votar. Em fevereiro, o magistrado deixou a relatoria do processo do Master na Corte e, em março, rejeitou, também, a relatoria do pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o banco, na Câmara. Alegou “motivo de foro íntimo”. No entanto, ele deixou o caso após a empresa da qual é sócio ser apontada como o destino de pagamentos efetuados pelo Master. Com a decisão de Toffoli,

se ocorrer empate, prevalecerá o resultado mais favorável aos réus.

No voto, Mendonça se baseia em relatório da Polícia Federal segundo o qual Costa colocou a Presidência do BRB “a serviço da manutenção da liquidez do Banco Master”. O magistrado cita mensagens obtidas pela Polícia Federal de conversas entre Costa e Daniel Vrcaro, dono do Master, que também está preso.

“As mensagens de WhatsApp acostadas aos autos e trocadas

entre o ex-presidente da estatal do Distrito Federal, o investigado Paulo Henrique e Daniel Vrcaro revelam, simultaneamente, a forte proximidade de ambos e a comunhão de desígnios para a prática de ilícitos”, destaca um trecho do documento.

Em uma das mensagens, Costa cita “alinhamento pessoal” com Vrcaro. “A cada passo o caminho está mais claro e estou mais empolgado com o que vamos construir. Além

disso, dou muito valor ao alinhamento pessoal. E acho que estamos bem alinhados em relação ao trabalho, visão de mundo e perfil”, diz.

Esquema

A investigação revelou a existência de um esquema estruturado para viabilizar a cessão de R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito fictícias do Master ao BRB. De acordo com as investigações da Polícia

Federal, o esquema consistia em uma verdadeira “linha de produção” de ativos sem lastro, em que os documentos eram produzidos em larga escala, com o uso de planilhas, contratos antedatados e procurações assinadas por funcionários do banco em vez dos supostos tomadores de crédito.

Mendonça afirma que a manutenção da prisão de Costa é necessária para “a garantia da ordem econômica, diante do

expressivo abalo à situação econômico-financeira do sistema financeiro brasileiro”, além da importância da conveniência da instrução criminal, tendo em vista “a ampla rede de conexões dos investigados, a contínua utilização de mecanismos para ocultar os rastros dos crimes e a elevada possibilidade de eliminação e manipulação de documentos e provas capazes de elucidar detalhes da prática criminosa”. (RS)

Motivos da detenção

Veja o que argumentou Mendonça

Ordem econômica

» Necessidade de manter a garantia da ordem econômica, diante do expressivo abalo à situação econômico-financeira do sistema financeiro brasileiro.

Instrução criminal

» Importância da conveniência da instrução criminal, em razão da ampla rede de conexões dos investigados.

Preservação de provas

» A prisão é necessária para evitar a contínua utilização de mecanismos para ocultar os rastros dos crimes e a elevada possibilidade de eliminação e manipulação de documentos.

Provas de envolvimento

» O relator afirma que, no presente caso, está

caracterizado o *fumus commissi delicti*, com fundados indícios de participação dos investigados nos graves crimes apurados na “Operação Compliance Zero”.

Aplicação da lei penal

» Prisão necessária para garantir futura aplicação da lei penal, uma vez considerados os indícios de continuidade de práticas delitivas com enorme impacto social e econômico.

Patrimônio

» Relator aponta risco de ocultação e dilapidação do patrimônio obtido ilícitamente.

Combinação de versões

» Evita-se, com a custódia, a destruição ou alteração de provas; a combinação de versões com outros integrantes da organização criminosa; a ocultação de ativos e documentos empresariais; bem como o funcionamento de estruturas empresariais de fachada.

PODER

Brasil reage e suspende a credencial de americano

Governo adota reciprocidade após EUA mandarem delegado brasileiro deixar o país

» VINICIUS DORIA

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, confirmou, ontem, a retirada das credenciais de um agente do Serviço de Imigração dos Estados Unidos (ICE) que atuava junto à corporação brasileira, em Brasília. A medida segue o princípio da reciprocidade que rege as relações internacionais, após a Casa Branca “solicitar”, na terça-feira, a saída do país do delegado federal Marcelo Ivo de Carvalho, que trabalhava em colaboração com o ICE.

Segundo Rodrigues, a autorização para atuar no Brasil ficará suspensa até que o governo dos EUA esclareça a real situação do policial federal brasileiro, que já retornou ao Brasil. Sem as credenciais, o agente de imigração dos Estados Unidos (que não teve o nome divulgado) perde o acesso a instalações e bancos de dados no Brasil. A decisão foi informada a diplomatas da embaixada dos Estados Unidos, em reunião no Itamaraty, na terça-feira.

“À medida que uma agência tira as credenciais do meu policial (delegado Carvalho), eu retiro as credenciais do policial norte-americano que está aqui, e faço com muito pesar”, declarou Rodrigues, em entrevista à GloboNews. Ele garantiu que não houve a expulsão “de nenhum brasileiro no exterior”. “Ao chegar ao trabalho, ele teve a credencial de acesso ao sistema negada. Portanto, eu entendi que seria mais prudente (o delegado) voltar ao Brasil”, disse o chefe da PF.

A aplicação do princípio da reciprocidade havia sido determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao tomar conhecimento do problema, durante a viagem oficial à Europa. O retorno de Carvalho ao Brasil, porém, já estava previsto há dias. Na sexta-feira da semana passada, Rodrigues assinou ato de nomeação da delegada Tatiana Torres para ocupar a função de oficial de ligação no ICE, no lugar de Carvalho. O delegado federal atuava havia dois anos nos Estados Unidos com base em protocolos e acordos de colaboração entre os órgãos de segurança dos dois países. Nesse período, segundo Rodrigues, 49 foragidos da Justiça brasileira foram presos e 55 imigrantes em situação irregular, deportados.

O nome de Marcelo Ivo de Carvalho não foi citado na mensagem do Escritório do Hemisfério Ocidental do governo dos EUA — publicada apenas na rede social X — que acusa “um funcionário brasileiro relevante” de “manipular o sistema de imigração (dos EUA) para contornar tanto pedidos formais

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Andrei: “À medida que uma agência tira as credenciais do meu policial, retiro as credenciais do policial americano”

» Parabéns de Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) elogiou o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, por retirar as credenciais de um servidor do departamento de imigração dos Estados Unidos que atuava em Brasília. “Andrei, parabéns pela sua posição com relação ao delegado americano, colocando a reciprocidade. Ou seja, o que eles fizeram conosco, a gente vai fazer com eles, esperando que eles estejam dispostos a voltar a conversar e as coisas voltarem à normalidade”, afirmou Lula, em vídeo publicado no X. O chefe do Executivo também anunciou a contratação de mil policiais federais, ao lado de Andrei e do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva. Ele disse ainda que o governo está em “guerra contra o crime organizado”.

de extradição quanto prolongar caças às bruxas políticas em território dos EUA”. Na mesma mensagem, republicada em português pela embaixada dos EUA em Brasília, esse “funcionário relevante” deveria deixar o país por “solicitação” do governo de Donald Trump.

Segundo escalão

O Palácio do Planalto e o Itamaraty ainda não receberam nenhuma comunicação oficial da Casa Branca sobre o imbróglio diplomático envolvendo o delegado brasileiro. No fim da tarde de terça-feira, o diretor do Departamento de América do Norte do Ministério das Relações Exteriores, ministro Christiano Figuerôa, chamou à sede do Itamaraty a ministra-conselheira da embaixada dos EUA em

Brasília, Kimberly Kelly, que ocupa interinamente a chefia da representação diplomática para prestar esclarecimentos sobre o caso.

O encarregado de negócios, Gabriel Escobar, que responde pelo comando da embaixada na ausência de um embaixador nomeado, está de férias. O principal cargo da representação diplomática está vago desde que Trump assumiu a Presidência dos Estados Unidos — um dos sinais do esfriamento das relações entre os dois países.

A reunião com Kimberly Kelly, no nível de segundo escalão da diplomacia, pouco acrescentou às informações que o Planalto dispunha. A embaixada não esclareceu a situação do delegado brasileiro nem os motivos reais que motivaram o governo dos EUA a pedir a saída dele do país, apenas

confirmou a “comunicação verbal” ao PF “sobre a interrupção imediata de exercício de suas funções oficiais em território norte-americano”, de acordo com nota oficial do Itamaraty, divulgada no início da noite de ontem.

Como resposta, o Itamaraty comunicou à diplomata, também verbalmente, que o governo brasileiro aplicaria o princípio da reciprocidade “diante da decisão sumária contra o agente da Polícia Federal, que não foi precedida de qualquer pedido de esclarecimento ou tentativa de diálogo”, como prevê um dos memorandos de entendimento bilateral que regula esse tipo de cooperação policial.

Na avaliação de autoridades brasileiras, a solicitação para que o delegado brasileiro deixasse os Estados Unidos foi consequência da prisão do ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Informações (Abin) e deputado federal cassado Alexandre Ramagem, na semana passada, por agentes do ICE, na Flórida. Após articulações de bolsoneiros que vivem nos Estados Unidos junto a autoridades do governo Trump, Ramagem foi solto depois de ficar dois dias detido, sem pagamento de fiança. Condenado na trama golpista, ele aguarda, agora, uma decisão sobre o pedido de asilo político que fez ao governo dos EUA após fugir do Brasil, em setembro do ano passado.

“Democracia é experiência de vida”

» IAGO MAC CORD

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez uma defesa enfática da democracia, durante aula magna que celebrou os 64 anos da Universidade de Brasília (UnB).

“A democracia é uma experiência de vida que a gente leva a efeito no dia a dia e nem sempre percebe. Ela faz parte da cesta básica dos direitos fundamentais que nós precisamos ter para ter as nossas liberdades”, exaltou.

Ela enfatizou que tanto a vida quanto o sistema democrático compartilham uma natureza de fragilidade, exigindo uma vigilância constante.

Para contextualizar a importância das liberdades civis, Cármen Lúcia recorreu a relatos pessoais do período da ditadura militar. Ela descreveu a sensação de realizar uma prova de direito constitucional em abril de 1977, sob o peso do fechamento do Congresso Nacional, uma lembrança que descreveu como uma “memória física” do medo e da mordacida institucional.

Contudo, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) alertou que, embora as censuras

Reprodução/UnBTV



Cármen: democracia “faz parte da cesta básica dos direitos fundamentais”

estatais do passado tenham sido superadas, os tempos atuais apresentam ameaças inéditas e mais sutis.

“O que fazer e como lidar com as tecnologias que estão colocando chips na nossa imaginação, de tal maneira que nós mesmos renunciemos ou abrimos mão, sem perceber, das nossas liberdades? (...) Somos capazes de ficar horas na frente dessas telinhas e não

escutamos qual é a mágoa ou a dor daquele com quem convivemos no dia a dia”, lamentou a magistrada.

A ministra abordou também o histórico de exclusão no acesso ao saber, lembrando que o conhecimento foi, por séculos, um instrumento de poder negado às mulheres e às classes desfavorecidas. Ela celebrou o sistema de cotas como um avanço necessário para a pluralidade.

Julgamento suspenso

O ministro André Mendonça pediu vista e interrompeu o julgamento no STF que analisa o caso do deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por difamação contra a deputada Tabata Amaral (PSB-SP). O pedido ocorreu após o ministro Cristiano Zanin acompanhar o relator, Alexandre de Moraes, formando placar de 4 x 0 pela condenação.

Para os ministros, o filho de Jair Bolsonaro (PL) cometeu o crime ao publicar conteúdo falso nas redes sociais sobre uma proposta elaborada por Tabata para distribuição gratuita de absorventes em espaços públicos.

No voto, Moraes fixou pena de um ano de detenção para Eduardo, em regime inicial aberto, e 39 dias-multa, cada um equivalente a dois salários mínimos, ou seja, cerca de R\$ 126,4 mil nos valores atuais.

O caso está sendo analisado pelo plenário virtual da Corte desde sexta-feira. Com o voto de Zanin, o placar está em 4 votos a 0 pela condenação do ex-deputado. Acompanharam o relator, Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino. Restam ainda os votos de outros seis ministros empessados.

Investir em cultura é investir em futuros possíveis: o Sesc Cultural como projeto para todos



Valcides de Araújo Silva
Diretor Regional do Sesc-DF

Algumas das cidades mais importantes do mundo têm na cultura e na educação seu principal motor de crescimento social e econômico. Uma educação que valoriza, difunde e preserva a cultura, atua para a formação de uma sociedade que se reconhece enquanto povo. Uma cultura que valoriza a educação, é agente de construção do pensamento crítico, tornando-se vetor de evolução, transformação e inclusão social. E essa também é a essência do Sesc-DF.

Nossa gestão alcançou números inéditos nas ações desenvolvidas pela instituição. Na educação, com uma proposta que alia inovação tecnológica a uma formação humanista, aumentamos em 42% o número de estudantes matriculados na Rede EduSesc. Na cultura, respondemos por 70% da produção cultural do DF.

No entanto, até recentemente, não contávamos com um espaço que unisse educação e cultura. Essa lacuna sempre me incomodou. Transformei, então, esse incômodo em propósito. E o propósito em um sonho que começou a ganhar forma em novembro de 2025.

Ao lado do presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido, demos um passo significativo para a história do Sesc-DF e do Distrito Federal. Realizamos a pré-inauguração do Centro Cultural Sesc-DF, localizado na 511 Norte. O espaço foi idealizado para fazer com que a cultura, por meio da educação – enquanto um processo contínuo de formação, ensino e aprendizagem, esteja ao alcance de todos. Afinal, ela é um direito fundamental garantido em tratados internacionais e na nossa Constituição Federal, como um dos pilares da cidadania.

A conclusão do Sesc Cultural está prevista para 2028, mas o espaço já funciona como palco de intensa programação cultural. Na inauguração, por exemplo, foram realizados shows e mostras gratuitas. Recentemente, como parte dessa ideia, recebemos itinerâncias da 36ª Bienal de São Paulo e da participação brasileira na 19ª Mostra Internacional de Arquitetura - La Biennale di Venezia, com visita gratuita no Museu Nacional da República.

Como projeto de construção da proposta de trabalho do Sesc Cultural, reuniremos de 22 a 25 de abril pensadores e pesquisadores de diversas partes do mundo no Seminário Internacional “Cultura pra Quê? - Centros de arte, decolonialidade e futuros possíveis”. O evento, gratuito, discutirá o papel das instituições culturais diante dos desafios contemporâneos, como meio ambiente, desigualdade, memória, território e novas formas de organização social.

Com essas iniciativas, mostramos ainda que a cultura aliada à educação desempenha papel estratégico na geração de emprego e renda. Ao fomentar cadeias produtivas, contribui para o enfrentamento das desigualdades e se torna instrumento de promoção da justiça social. É também por meio dela que reconhecemos nossa história, nossos valores e nossa identidade enquanto cidadãos e sociedade.

Investir em cultura, portanto, é investir no acesso a direitos, na promoção do respeito e na ampliação das oportunidades de participação social. É investir no futuro. Este futuro que é responsabilidade de todos nós e cuja construção começa agora, no presente. E o Sesc Cultural nasce com esse compromisso.

CONGRESSO

Fim da jornada 6 x 1 dá o 1º passo na Câmara

CCJ aprova as duas PECs sobre o tema. Governistas tentam capitalizar e oposição pede mais discussão, mas entidades empresariais demonstram preocupação

» WAL LIMA
» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, as duas propostas de emenda à Constituição (PECs) relacionadas ao fim da jornada 6 x 1 — segundo a qual são seis dias de trabalho e um de folga. Dois fatores chamaram a atenção: o primeiro, a baixa participação da oposição bolsonarista nos debates, o que evidencia que não tem uma estratégia definida para evitar que o Palácio do Planalto capitalize a paternidade da proposta; o segundo, a atuação do relator, deputado Paulo Azi (União-BA), que agradou aos governistas e foi considerada equilibrada. Os méritos dos textos ainda não têm data para serem analisados na comissão especial, que deve ser instalada na próxima semana.

Pela análise do relator, as duas PECs — uma de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que propõe reduzir a jornada semanal gradualmente das atuais 44h para 36h, em uma transição de 10 anos; outra, de autoria da deputada Erika Hilton (PSol-SP), que prevê uma escala de quatro dias de trabalho por semana, com limite de 36 horas no período — não violam cláusulas pétreas da Constituição. Segundo Lopes, que esteve na comissão, a redução da jornada será mais um passo na direção daquilo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início, há 38 anos, quando reduziu as horas trabalhadas de 48 para 44h.

“Essa redução é em nome de 31,7 milhões de trabalhadores. Aqueles que trabalham mais são os que ganham menos no Brasil. Não acredito no modelo de horas. Aqueles que trabalham menos são, de fato, os que entregam no prazo suas obrigações. A escala 6 x 1 se tornou a escravidão moderna. É fundamental colocar um ponto final. Os impactos serão sentidos por todos os setores da sociedade, em especial para os trabalhadores e suas famílias. Será positivo para o empresário e para o empreendedor”, explicou Lopes.

Já o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), defendeu o debate da proposta, mas “de forma responsável”. “Queremos discutir a (escala) 6 x 1 (para) avançar e modernizar a legislação trabalhista. O que não dá para fazer é uma PEC dessas, da noite para o dia, e produzir uma infinidade de desemprego e quebra de empresas”, frisou.

O deputado Kim Kataguirí (Missa-SP) criticou o fato de a apreciação da matéria ser realizada na

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Relatório do deputado Paulo Azi (União-BA) mereceu elogios dos governistas, que consideram ponderado



A escala 6 x 1 se tornou a escravidão moderna. Os impactos serão sentidos por todos os setores da sociedade, em especial para os trabalhadores. Será positivo para o empresário”

Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), autor de uma das PECs



Queremos discutir a [escala] 6 x 1 [para] avançar e modernizar a legislação trabalhista. O que não dá para fazer é uma PEC dessas, da noite para o dia, e produzir uma infinidade de desemprego”

Deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara

forma de PEC. Segundo ele, o motivo seria apenas para reforçar um “palanque político”, pois, se estivesse como projeto de Lei, avançaria mais rápido na Casa.

“Todo mundo sabe que isso é absolutamente desnecessário. Se tivesse vontade política de fazer, tinham mandado o projeto com urgência constitucional no primeiro ano de mandato. Para quem acredita que se resolve numa canetada a produtividade de um país — não se resolve. Essa mesma promessa que está sendo feita agora é falsa, de dizer para os trabalhadores de que vai acabar a escala 6 x 1. Vai acabar igual à PEC das domésticas,

feita há 10 anos, com a promessa de que iriam receber mais, ter direitos, receber FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e férias remuneradas. O que aconteceu depois? Trezentas mil domésticas a mais trabalhando na informalidade. Nenhuma ganhou nenhum direito a mais”, criticou.

A preferência do governo era, desde o começo, por um projeto de lei, de tramitação mais rápida e que, ao fim, se aprovado, daria ao Palácio do Planalto a palavra final sobre o texto. Mas o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), bateu pé e avisou ao ministro de Relações Institucionais,

José Guimarães que daria preferência às PECs. Isso porque, apesar do processo mais lento de avanço na Casa, poderia não só trazer parte da paternidade do tema para a Câmara, mas, também, tirar do presidente Lula a decisão sobre a redação que vigerá.

Advertências

Entidades patronais, porém, continuam a fazer pressão contra a proposta no Legislativo. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) manifestou preocupação com o avanço das PECs, segundo ela, sem aprofundamento técnico e sem avaliação consistente dos impactos sobre a economia, o emprego e a renda do trabalhador.

“A Federação alerta que a aprovação da proposta na CCJ reforça o caráter precipitado e eleitoreiro da iniciativa, ao priorizar ganhos políticos de curto prazo em detrimento de uma discussão responsável sobre seus efeitos estruturais no país”, criticou a entidade em nota.

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) foi na mesma direção ao ressaltar que a proposta tende a gerar aumento de custos, perda de competitividade, redução de investimentos e impactos diretos sobre o emprego formal, especialmente em setores intensivos em mão de obra. “Levantamento elaborado pela Fiep aponta que a medida poderá causar perda de PIB no curto prazo, sem garantia de geração de empregos e o risco de demissão ou informalidade para cerca de 1,5 milhão de trabalhadores formais”, advertiu.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Caso Ramagem tensiona com a Casa Branca e respinga na eleição

O caso Alexandre Ramagem caiu no colo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pleno ano eleitoral como um episódio em que política interna, diplomacia e disputa de narrativas se entrelaçam. A prisão do ex-deputado e ex-diretor da Abin nos Estados Unidos, seguida da crise envolvendo o descredenciamento do delegado brasileiro Marcelo Ivo de Carvalho, transformou um caso judicial em um contencioso diplomático com forte impacto político. Lula vem escalando as críticas ao presidente Donald Trump e parece anabolizar o episódio para criar um incidente diplomático capaz de criar um divisor de águas na disputa eleitoral com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

É uma estratégia de risco, que somente tem sentido se houver uma avaliação de que Trump apoiará seu adversário e isso pode ter um impacto eleitoral positivo para Lula, tendo em vista a grande rejeição ao presidente dos EUA no Brasil. A decisão do governo norte-americano — sob influência do Departamento de Estado e do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental — de exigir a saída de Carvalho foi acompanhada de uma acusação grave: a de que o delegado teria tentado “manipular” o sistema de migração dos EUA para contornar procedimentos formais de extradição e promover perseguição política. A imputação, ainda que sem detalhamento público, deslocou o caso do plano técnico para o da disputa política.

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, rebateu duramente a versão americana. Segundo ele, é “inimaginável” que um policial federal estivesse nos EUA para enganar autoridades locais, classificando essa hipótese como produto de “vilania de rede social”. Rodrigues confirmou que o delegado retornou ao Brasil e adotou como medida de reciprocidade a retirada das credenciais de um agente americano que atuava dentro da PF, em Brasília, restringindo seu acesso a instalações e bases de dados compartilhadas.

O pano de fundo do episódio é a condenação de Ramagem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 16 anos de prisão, na mesma ação penal que atingiu o ex-presidente Jair Bolsonaro, por tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Foragido, Ramagem deixou o Brasil pela fronteira com a Guiana e seguiu para os EUA, onde passou a pleitear asilo político. Sua prisão em Orlando por agentes do ICE teve natureza migratória e não decorreu diretamente do pedido de extradição feito pelo Ministério da Justiça brasileiro.

A soltura de Ramagem, com autorização para responder ao processo de asilo em liberdade, já sinalizava divergências de interpretação entre os dois países. O agravamento da crise veio com a decisão norte-americana de afastar o delegado brasileiro, interpretada pelo governo Lula como um gesto de desconfiança institucional. Na viagem à Europa, Lula reagiu publicamente ao episódio, com tom cauteloso, mas deu uma no cravo e outra na ferradura. Disse não ter informações completas sobre o ocorrido, mas advertiu: “Se houve um abuso com relação ao nosso policial, nós vamos fazer a reciprocidade com o dele no Brasil”.

Lula rechaçou qualquer ingerência da Casa Branca. Em outra declaração, afirmou que o Brasil “não pode aceitar esse abuso de autoridade que alguns personagens americanos querem ter com relação ao nosso país”. Caminha num terreno delicado, no qual precisa preservar canais diplomáticos e, ao mesmo tempo, mostrar firmeza perante a opinião pública doméstica. No plano político, o governo repõe no centro do debate a tentativa de golpe de Estado e a responsabilização de seus protagonistas, reforçando a narrativa de defesa da democracia.

Comunicação verbal

Para a oposição, especialmente aliados de Bolsonaro, o episódio alimenta o discurso de perseguição política, agora com repercussão internacional. O próprio Ramagem, ao agradecer autoridades norte-americanas pela soltura, passou a sustentar que sua permanência nos EUA é regular e amparada por um pedido legítimo de asilo. A crise atinge um dos pilares da cooperação bilateral: o trabalho de oficiais de ligação entre agências de segurança. A presença de delegados brasileiros junto a órgãos, como o ICE, e de agentes norte-americanos no Brasil, é fundamental para o combate ao crime transnacional, sobretudo o tráfico de drogas. O episódio pode comprometer essa engrenagem.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) diz ter informado à Embaixada norte-americana que aplicaria o princípio da reciprocidade contra um funcionário dos EUA. De acordo com o comunicado, o governo Trump descumpriu um trecho do acordo de cooperação entre os dois países. Isso porque adotou a medida contra o delegado brasileiro sem ter pedido esclarecimento sobre a atuação dele, nem tentar um diálogo com o governo daqui. “A representante da Embaixada norte-americana foi informada, também verbalmente, que o governo brasileiro aplicará o princípio da reciprocidade diante da decisão sumária contra o agente da Polícia Federal, que não foi precedida de qualquer pedido de esclarecimento ou tentativa de diálogo sobre o caso”, diz o comunicado do MRE.

Mais do que um incidente pontual, o caso revela uma tendência mais ampla: a crescente interseção entre disputas judiciais internas e dinâmicas geopolíticas. A atuação de Trump e o ambiente político polarizado nos EUA também ajudam a explicar a reação norte-americana, na medida em que o tema dialoga com a narrativa conservadora internacional de crítica à judicialização da política.

Para Lula, o episódio é, ao mesmo tempo, um risco e uma oportunidade. Risco, porque pode tensionar relações com Washington e ser explorado pela oposição como sinal de isolamento. Oportunidade, porque reforça seu discurso de soberania e de resistência a pressões externas. O caso Ramagem deixou de ser apenas um processo judicial para se tornar um capítulo da disputa eleitoral de 2026, no qual os fatos importam tanto quanto a narrativa construída a partir deles. Ou até menos.

ELEIÇÕES 2026

Mínimo corrigido apenas pela inflação

A equipe econômica do pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) estuda um pacote de ajuste fiscal que prevê a correção de aposentadorias, além de despesas com saúde e educação, apenas pela inflação. A proposta integra um conjunto de medidas que, segundo aliados, poderia gerar economia inicial de cerca de dois pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB).

O plano, adiantado pela *Folha de S.Paulo*, ainda não foi oficialmente apresentado. Integrantes da pré-campanha afirmam que a divulgação foi adiada por estratégia política, diante do receio de críticas, especialmente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, potencial adversário na disputa eleitoral. Nos bastidores, a avaliação é de que o tema poderia ser explorado como redução de direitos sociais.

Entre as principais medidas em estudo está a desvinculação dos pisos constitucionais de saúde e

educação. Atualmente, a Constituição determina percentuais mínimos de aplicação nessas áreas, mas a proposta permitiria que os valores fossem reajustados apenas com base na inflação, sem crescimento real.

Outra frente envolve mudanças na política de valorização do salário mínimo. A ideia é separar os reajustes concedidos aos trabalhadores da ativa daqueles aplicados a benefícios previdenciários e assistenciais, como aposentadorias do INSS e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passariam a ter apenas reposição inflacionária.

Para viabilizar as mudanças, seria necessária a aprovação de propostas de emenda à Constituição (PECs), que exigem amplo apoio no Congresso. A aposta do grupo político de Flávio é que uma eventual vitória nas eleições poderia fortalecer a base de apoio da direita no Legislativo, facilitando a tramitação.

Além do ajuste fiscal, o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Proposta de Flávio não foi divulgada ainda por temor às críticas

pré-candidato já declarou publicamente a intenção de promover um amplo programa de privatizações, com a possibilidade de venda de até 95% das estatais. O coordenador da pré-campanha, Rogério Marinho (PL-RN),

também defende a revisão de reformas anteriores, como a trabalhista e a da Previdência, em meio ao diagnóstico de que o atual modelo econômico enfrenta dificuldades para se sustentar no longo prazo. (AB)

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Projeto de Paulo Henrique

Ciente das dificuldades de continuar no mercado financeiro, Paulo Henrique Costa deseja, ao menos, manter-se como servidor da Caixa Econômica Federal (CEF). Ser afastado a bem do serviço público seria um pesadelo.

Projeto de Vercaro

O ex-banqueiro do Master sonha mesmo é recuperar o patrimônio. Especialmente, conseguir manter o controle sobre os recursos guardados lá fora.

Batam nele

Por mais que Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) critiquem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será apontando as fragilidades de Flávio Bolsonaro (PL) que ambos terão mais chances de conseguir crescer, tirar votos do filho 01 de Jair Bolsonaro e seguir para o segundo turno contra o petista. É na direita que se dará o grande embate do primeiro turno.

Ciente da estratégia

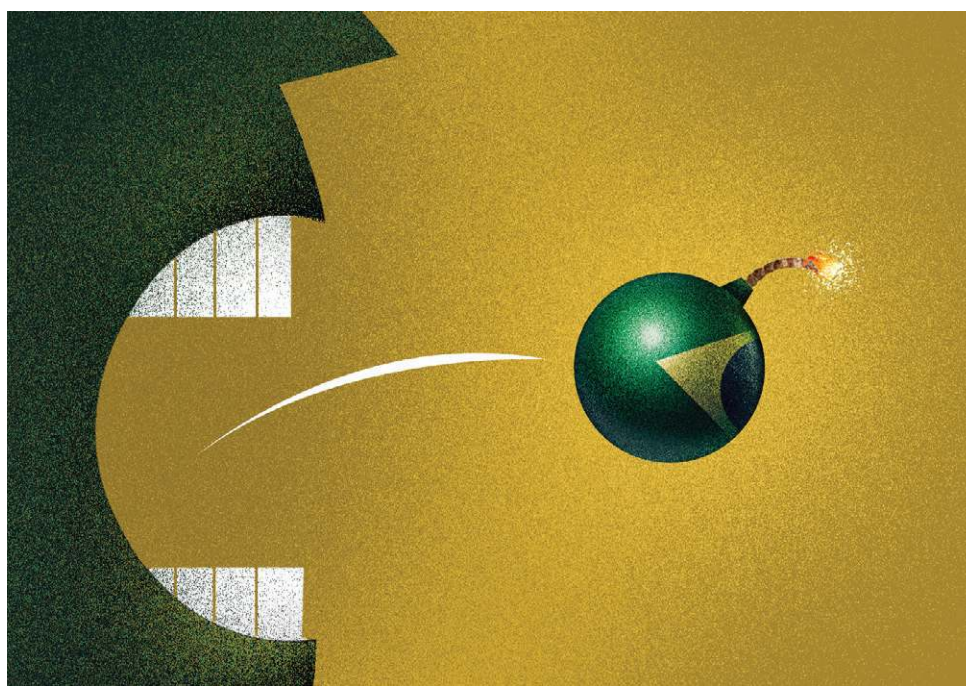
Até aqui, Caiado se convenceu de que esse parece ser o caminho. Tanto que, em suas entrevistas, tem dito que se o PL e Bolsonaro tivessem sido competentes ao governar, o PT não teria voltado.

Tensão máxima no caso BRB-Master

Os investigadores do caso BRB-Master não descartam a aceitação de três delações premiadas — do ex-controlador do banco, Daniel Vercaro; do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa; e do advogado Daniel Monteiro. Até porque cada um cuidava de uma ponta do esquema. Vercaro fazia os contatos políticos, Monteiro armava a ocultação de patrimônio e há a suspeita de que Paulo Henrique ajudou a construir as carteiras maquiadas para aquisição do BRB. Os investigadores avaliam, inclusive, que a “imobiliária” que PHC estava montando em São Paulo, com imóveis recebidos do Master, deixam claro que o ex-CEO do BRB pretendia se mudar para a capital paulista. Portanto, há

indícios de que seu conhecimento dos negócios de Vercaro vai muito além do Banco de Brasília.

A corrida/ Como o leitor da coluna já sabe, está posta a corrida sobre quem vai delatar primeiro. A aposta de muitos é de que quem apresentar algo novo terá a prioridade. Até aqui, os investigadores já têm informações capazes de levar o trio Vercaro-PHC-Monteiro ao banco dos réus com reais chances de condenação. Portanto, se um entregar as irregularidades cometidas pelo outro, não mudará muita coisa. A Polícia Federal (PF) quer as peças que faltam para fechar o desenho do maior escândalo financeiro da história recente do país.



CURTIDAS

Um relator “light”/ Tanto a oposição quanto o governo querem um relator moderado para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que extingue a escala 6 x 1 de trabalho, tal e qual Paulo Azi (União-BR), que relatou o texto na Comissão de Constituição e Justiça. Para os parlamentares, o perfil de centro, mais equilibrado, é ideal para conduzir o debate na comissão especial, onde o mérito da PEC será discutido.

Ponto para ele/ Mesmo sendo visto com um olhar de desconfiança no início, Azi conquistou o respeito e confiança da base do governo na Câmara. A comissão especial deve ser composta até o fim da semana que vem.

Reprodução/TV Brasil



Fim de assunto/ Romeu Zema (foto) afirmou, com todas as letras, que seguirá firme até outubro. “Vou levar a minha pré-candidatura e candidatura até o fim”, disse na visita à Câmara dos Deputados, antes de participar do lançamento da pré-candidatura de Kiko Caputo ao governo do Distrito Federal. À coluna, o ex-governador de Minas Gerais afirmou que ainda não tem nomes para o posto de vice, mas fontes ligadas ao partido afirmam que o Novo deseja que seja uma mulher.

Quem manda/ Por mais que o Novo queira uma mulher na vaga de candidata a vice, a decisão caberá a Zema. E a ideia do ex-governador é esperar mais um pouco por essa definição. Dia desses, Zema publicou um vídeo ao lado de Flávio Bolsonaro, dizendo que o estava convidando para ser seu vice. Flávio soltou uma gargalhada.



Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?



Inscrições gratuitas!

Acompanhe o evento presencialmente no Correio Braziliense

MAIO

4

auditório do Correio Braziliense

A partir das 9h

Buscando promover uma discussão qualificada sobre os rumos da propriedade intelectual no Brasil, o Correio Braziliense e a Interfarma promoverão o evento **"Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a saúde?"**, no formato de Summit.

Além de contribuir para a desmistificação do assunto, o encontro também propõe um olhar atento aos principais gargalos que dificultam a chegada da inovação no país – um desafio central para o desenvolvimento sustentável e o acesso a novas tecnologias.

Realização:



Promoção:





SAÚDE PÚBLICA

Jovens com diabetes 2 poderão usar Mounjaro

Anvisa aprova emprego das canetas com a substância tirzepatida em crianças e adolescentes. País é o sexto do mundo com o maior número de casos da doença — afeta cerca de 16,6 milhões de pessoas

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o uso da substância tirzepatida no tratamento da diabetes tipo 2 em crianças e adolescentes. Comercializada como Mounjaro, a substância ganhou popularidade como “caneta emagrecedora” por favorecer a perda de peso.

O medicamento passou a ser vendido no Brasil em 2023 para adultos com diabetes tipo 2. Em junho do ano passado, o uso foi liberado para adultos obesos ou com sobrepeso.

A autorização das canetas para crianças baseia-se em um estudo clínico internacional publicado na revista *The Lancet*, em setembro de 2025. O Mounjaro é o primeiro medicamento da classe dos agonistas do receptor GLP 1 a ser aprovado para o uso pediátrico.

O médico endocrinologista Levimar Araújo, do Departamento de Diabetes Tipo 1 em Crianças e Adolescentes da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), entende que a aprovação da medicação para essa faixa etária é fundamental para o combate à doença em menores. Segundo ele, para que a criança ou adolescente comece a usar as canetas é importante que já exista um quadro prolongado de excesso de insulina (hiperinsulinemia), que muitas vezes é acompanhado de aumento no colesterol e de aumento do peso, principalmente na região abdominal.

“A condição para prescrição desse medicamento é justamente uma criança que já tenha desenvolvido pré-diabetes ou diabetes do tipo 2, o que é mais raro nas crianças. Porém, nos adolescentes tem se tornado cada vez mais frequente”, explica o médico.

Acompanhamento

O endocrinologista lembra que o Mounjaro é uma medicação para tratar a diabetes e não deve ser usado sem o acompanhamento especializado. “As canetas vão ser essenciais para tratar a diabetes, que está aumentando nas nossas crianças e nos nossos adolescentes em decorrência da obesidade. Hoje, nós temos 40% da nossa população

Reprodução/BBC News Brasil



Para a Sociedade Brasileira de Diabetes, Mounjaro pode ajudar a conter o avanço de uma doença que cada vez mais atinge os jovens

com sobrepeso”, aponta.

O fármaco atua imitando os hormônios GIP e GLP 1, essenciais para a regulação da glicose e do apetite. Assim, a substância auxilia na liberação de insulina após as refeições e na menor produção de glicose pelo fígado, o que traz saciedade por mais tempo.

Da mesma forma que o medicamento afeta os adultos, as crianças e adolescentes também sentem os efeitos negativos do uso. Segundo Levimar, quadros de náusea, vômitos e desidratação são comuns. Ele alerta, também, para o uso excessivo da substância, que pode causar problemas prolongados no metabolismo.

“Se uma dose maior for usada em uma criança, pode inibir muito o apetite, levando ao aumento da saciedade e a menor ingestão de proteína e carboidrato. Em alguns casos, o uso irresponsável pode causar, inclusive, problemas no crescimento”, completa.

Sintomas e causas da diabetes 2

» A diabetes tipo 2 é caracterizada por valores elevados de glicose no sangue — hiperglicemia. Nesse grau da doença, o corpo não aproveita adequadamente a insulina produzida.

» A causa do diabetes tipo 2 está diretamente relacionada ao sobrepeso, sedentarismo, hipertensão e alimentação desbalanceada.

» O excesso de peso, especificamente o acúmulo de gordura na região abdominal, libera substâncias inflamatórias que dificultam a ação da insulina.

» A falta de atividade física

regular contribui para o ganho de peso e diminui a sensibilidade à insulina.

» Dietas ricas em alimentos industrializados, açúcares e gorduras trans estão associadas ao desenvolvimento da resistência à insulina.

» Ter parentes de primeiro grau com a doença aumenta significativamente o risco, indicando uma forte predisposição genética à diabetes.

» A doença é mais comum acima dos 40-45 anos, mas vem aumentando entre crianças e adolescentes.

Atualmente, o Brasil ocupa o sexto lugar entre os países com maior número de casos de diabetes tipo 2, segundo a Federação Internacional de Diabetes. Em todo o país, cerca de 16,6 milhões de pessoas sofrem com a doença. A SBD aponta que cerca de 213 mil adolescentes e crianças têm diabetes tipo 2, enquanto quase 1,5 milhão são pré-diabéticos. Cerca de 90% dos pacientes diabéticos no Brasil têm esse tipo.

Levimar acredita que a tirzepatida precisa estar no SUS, já que a obesidade tornou-se um problema de saúde pública. “Estamos caminhando para um índice de sobrepeso acima de 54% do nosso país, como mostram os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Seria de grande utilidade se o Brasil tivesse a própria tirzepatida ou medicamentos similares para o auxílio dessa pandemia que temos hoje, que é a obesidade”, observou.

REDES SOCIAIS

Vídeos com IA erotizavam mulheres evangélicas

» CAETANO YAMAMOTO*

A Polícia Civil de São Paulo investiga o influenciador digital Jefferson de Souza, de 37 anos, acusado de utilizar inteligência artificial (IA) para manipular e sexualizar jovens evangélicas em vídeos publicados sem que elas tenham autorizado. Ele divulgou o material nas redes sociais — um dos canais que mantém tem mais de 11 mil inscritos.

O inquérito foi aberto depois que uma estudante de 16 anos e seus pais procuraram a 8ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em fevereiro, em São Mateus, Zona Leste da capital paulista, para denunciar Jefferson. As imagens manipuladas foram feitas dentro de igrejas da Congregação Cristã do Brasil (CCB).

Em depoimento, o influenciador admitiu usar fotos de jovens evangélicas para animar as imagens e gerar vídeos. Mas negou que soubesse a idade da jovem que fez a denúncia e afirmou não tê-la vinculado “a qualquer conteúdo sexualizado ou pornográfico”. Jefferson alega que produz “conteúdo humorístico”, sem intenção ofensiva, com críticas relacionadas à igreja e a “determinadas fotografias” que “não seriam adequadas” dentro dos templos.

Depois de ser denunciado, o influenciador publicou vídeo se desculhando, prometendo ser “mais cauteloso”. Mas não comentou a manipulação por IA.

Por nota, a Congregação Cristã do Brasil (CCB) afirmou não compactuar “sob nenhuma hipótese” a divulgação de conteúdo que atenta à dignidade, a honra e a imagem de qualquer pessoa. “Ainda que eventualmente praticados por indivíduos que se identifiquem como integrantes da instituição, não representa, em qualquer medida, defesa de tais condutas. (A CCB) ainda esclarece que não mantém registro formal de membros, não sendo possível atribuir vínculo institucional”, destaca.

Os vídeos de Jefferson seriam manipulados pela tecnologia conhecida como “deepfake”, que permite que rostos sejam trocados em vídeos, vozes sejam clonadas e até mesmo ações sejam simuladas com perfeição.

*Estagiários sob a supervisão de Fábio Grecchi

VIOLÊNCIA

Empresário é morto com mais de 20 tiros no Rio

» VANILSON OLIVEIRA

O empresário Daniel Patrício Santos de Oliveira, de 29 anos, foi assassinado ontem com mais de 20 tiros, na Pavuna, Zona Norte do Rio de Janeiro, em uma abordagem policial. Ele dirigia uma picape Ram acompanhado de três amigos quando o carro foi alvejado por disparos feitos por uma patrulha do 41º BPM, de Irajá. Os outros ocupantes do veículo não se feriram. A Corregedoria Geral da PM prendeu dois policiais em flagrante, suspeitos de terem cometido homicídio doloso.

Segundo a família, Daniel — que era dono de uma loja de produtos eletrônicos — voltava de uma festa por volta das 3h30 da manhã. Thaís Oliveira, irmã do empresário, afirmou que foram efetuados 23 tiros e garantiu que ninguém no carro estava armado. A perícia encontrou marcas de tiro também no muro de uma escola próxima.

“Vinte e três tiros não é ordem de parada. Não teve revide porque não tinha arma dentro do carro.

Meu irmão é mais uma vítima do Estado, desse Estado despreparado que atira para matar”, criticou.

Segundo a PM, agentes realizavam a patrulha e, na abordagem — sobre a qual não deram explicações —, balearam uma pessoa, que não resistiu aos ferimentos. Daniel morava na região há 22 anos, era casado e tinha uma filha de quatro anos.

A mulher do empresário, Karina Dias Paes, contou que ele comprou o carro maior porque o casal se organizava para mudar. “Estou com minha mudança pronta. Ele veio de Foz do Iguaçu com esse carro para a gente levar nossas coisas. Acabaram com a minha vida. Acabaram com a minha família. Ele vai ser mais um que vai ficar na estatística. Nós vamos ficar como? O que eu faço agora? Foram 23 tiros. Atiraram para matar. Acabaram com o rosto do Daniel. O que eu faço com uma criança de quatro anos? Quero ver provar que o Daniel era bandido”, desabafou Karina, que perdeu o pai há cinco meses.

Reprodução de vídeo



Carro em que Daniel e os amigos estavam. Os PMs que fizeram os disparos responderão por homicídio doloso

Médica assassinada

O caso de Daniel tem semelhanças com o da médica oncologista Andréa Marins Dias, de 61 anos, morta a tiros por PMs em 15 de março, durante uma perseguição

em Cascadura, também na Zona Norte da capital fluminense. O veículo da médica teria sido confundido com o de suspeitos.

Andréa voltava da casa dos pais quando, supostamente, foi perseguida e recebeu ordem de parada

— não obedecida — de uma patrulha do 9º BPM. As armas dos policiais foram apreendidas, mas as câmeras corporais dos policiais estavam descarregadas (sem bateria), o que impossibilitou a gravação da abordagem. Os PMs foram afastados.

» Femicida se suicida em DP

O homem acusado de matar a modelo baiana Ana Luiza Mateus, 29 anos, no Rio de Janeiro, foi encontrado morto ontem, horas depois de ser preso como principal suspeito do crime. Endreo Lincoln Ferreira da Cunha teria se enforcado dentro da Delegacia de Homicídios da Capital. Ana Luiza era candidata ao Miss Cosmo Brasil 2026 como representante da Bahia. A suspeita é de que ela tenha sido jogada do 13º andar de um prédio na Barra da Tijuca, Zona Oeste da capital fluminense. Testemunhas relataram que ela e Endreo chegaram ao edifício onde houve a suspeita de homicídio discutindo e que ouviram, durante a noite e madrugada, brigas no apartamento. Endreo é do Mato Grosso do Sul e tem mais de 20 anotações criminais — uma delas por atropelar um policial civil em 2011, acidente pelo qual foi condenado a três anos em regime aberto.



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 23 de abril de 2026

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Dólar Últimos	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,65% São Paulo	197.737	R\$ 4,974 (0%)	15/abril 4,992 16/abril 4,992 17/abril 4,983 20/abril 4,974	R\$ 1.621	R\$ 5,822	14,65%	14,44%	Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88
0,01% Nova York	192.888							
	16/4 17/4 20/4 22/4							

CB.PODER

“Moradia não é consumo. É patrimônio”

Presidente da Caixa detalha impacto das novas regras do programa Minha Casa, Minha Vida, que ampliam acesso à moradia

» RAFAELA BOMFIM*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Aos jornalistas Denise Rotemburg e Carlos Alexandre de Souza, o presidente da Caixa disse que as mudanças atingem famílias de renda intermediária

As novas regras do programa Minha Casa, Minha Vida começaram a valer ontem, com mudanças nas faixas de renda, ampliação dos limites de financiamento e criação de uma nova categoria voltada à classe média. As alterações foram detalhadas pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, em entrevista aos jornalistas Denise Rotemburg e Carlos Alexandre de Souza, no programa *CB.Poder* — parceria da TV Brasília e *Correio Braziliense*. Segundo ele, as mudanças fazem parte de decisões do governo federal para ampliar o acesso ao crédito habitacional e alcançar mais famílias brasileiras.

As mudanças, aprovadas por unanimidade pelo Conselho Curador do FGTS e regulamentadas pelo Ministério das Cidades, devem beneficiar mais de 88 mil famílias em todo o país. De acordo com Vieira, o principal objetivo das mudanças é aumentar a capacidade de atendimento do programa, com ajustes nas faixas 1, 2 e 3 e a inclusão da faixa 4. “São quatro alterações que permitem, de forma substancial, que a família brasileira tenha acesso ao financiamento habitacional dentro dos programas públicos”, afirmou.

Segundo o presidente da Caixa, a medida amplia o alcance do programa para famílias de renda intermediária e pode impactar o mercado imobiliário. “A grande novidade da Faixa 4 é ampliar o acesso da classe média ao crédito habitacional”, disse.

Em meio ao aumento do endividamento das famílias, Vieira destacou que o modelo de financiamento mantém o limite de

comprometimento de renda de até 35% e frisou que, no caso do financiamento habitacional, não se trata de dívida, mas de investimento em um patrimônio. “É preciso distinguir endividamento de acesso à moradia. Moradia não é consumo, é formação de patrimônio”, afirmou. Ele também citou o conceito de LTV, que mede a relação entre o valor financiado e o valor do imóvel ao longo do tempo, como indicativo de ganho patrimonial.

Vieira destacou que a Caixa disponibiliza simuladores para que os interessados avaliem as condições antes de contratar o crédito.

As mudanças

A Faixa 1 passa a atender famílias com renda de até R\$ 3.200; a Faixa 2, até R\$ 5.000; a Faixa 3, até R\$ 9.000; e a nova Faixa 4 contempla rendas de até R\$ 13.000.

Além da ampliação da renda, os limites de financiamento também

foram reajustados. Na Faixa 3, o teto do valor do imóvel passou de R\$ 350 mil para R\$ 400 mil. Já na Faixa 4, o limite subiu de R\$ 500 mil para R\$ 600 mil.

O presidente ressaltou ainda que o programa conta com subsídios do governo federal, o que reduz o valor financiado pelas famílias. Segundo ele, ao comparar o custo da prestação com o aluguel, há uma redução média de cerca de 30%. “Isso gera ganho de renda para a família que deixa o aluguel

e passa a investir em um imóvel próprio”, explicou.

Vieira também destacou a evolução do crédito habitacional na economia brasileira. Entre 2000 e 2010, representava cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Com o avanço do programa, esse percentual subiu para 7,5% e atualmente está em torno de 10%. Ele afirmou que ainda há espaço para crescimento, citando como referência países onde o crédito imobiliário representa

parcela maior da economia.

Outro ponto abordado foi o programa de reformas habitacionais, que permite a melhoria de moradias já existentes. A iniciativa oferece crédito com taxas reduzidas e limites ampliados, podendo chegar a R\$ 50 mil. “Muitas famílias não querem mudar de casa, mas melhorar o imóvel onde já vivem”, disse. O acesso pode ser feito por meio de simulação no site da Caixa ou diretamente nas agências.

O presidente explicou que não é necessário ser correntista para iniciar o processo, mas a abertura de conta é exigida para a contratação do crédito. Segundo ele, a medida busca ampliar o acesso e facilitar a entrada de novos beneficiários no sistema de financiamento habitacional.

O balanço da Caixa em 2025 também foi citado, com crescimento de cerca de 20% no resultado contábil e expansão de quase 11% nas carteiras de crédito. Vieira afirmou que a instituição mantém indicadores sólidos e segue com atuação voltada tanto para o resultado financeiro quanto para políticas públicas.

Ele ainda mencionou estudos do governo federal sobre o uso do FGTS como instrumento para reduzir o endividamento das famílias. Segundo ele, a medida ainda está em análise e, caso seja implementada, caberá à Caixa a execução operacional.

O programa Minha Casa, Minha Vida segue como uma das principais políticas públicas de habitação do país, com foco na redução do déficit habitacional e no estímulo ao setor da construção civil, ao mesmo tempo em que amplia o acesso ao crédito para diferentes faixas de renda.

Microcrédito para pequenos agricultores

Em outra frente para promover a inclusão, a Caixa dispõe de um programa de microcrédito. Segundo o presidente do banco, Carlos Vieira, o programa é um eixo complementar às políticas habitacionais, com foco na geração de renda e inclusão produtiva. No *CB.Poder*, Vieira comentou que o banco estruturou uma política voltada, principalmente, para famílias de baixa renda, trabalhadores informais e agricultores familiares. “Implantamos uma estrutura de microcrédito como base de formação de renda para famílias de baixa renda e para a agricultura familiar”, afirmou.

Em 2025, cerca de R\$ 1 bilhão foi destinado a operações de microcrédito em diferentes regiões do país. Para 2026, a meta é triplicar esse volume e atingir R\$ 3 bilhões em financiamentos. Parte desse esforço inclui ações específicas em áreas rurais e assentamentos, com apoio a pequenos produtores. No Distrito Federal, por exemplo, há previsão de atendimento a cerca de 400 famílias ligadas à agricultura familiar.

De acordo com Vieira, o impacto do microcrédito pode ser medido pelo aumento da renda dos beneficiários. “Isso representa um aumento médio de renda de duas vezes

e meia para essas famílias”, disse. As condições de financiamento incluem taxas reduzidas, que podem chegar a 0,5% ao ano, além de mecanismos de incentivo, como desconto de até 25% sobre o valor contratado, dependendo da adimplência.

O presidente destacou que a política tem como objetivo estimular economias locais e reduzir a vulnerabilidade social. Os recursos são, em parte, provenientes de fundos constitucionais, o que permite condições diferenciadas. A estratégia também busca integrar o acesso ao crédito com outras políticas públicas. (RB)

Tomaz Silva/Agência Brasil



A agricultura familiar é um dos focos do programa de microcrédito

» Bolsa cai, em dia de tensão

Diante das tensões no Oriente Médio, o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira recuou 1,65%, aos 192.888 pontos, no menor nível desde 8 de abril. O movimento reflete ajustes após altas recentes e uma reavaliação de riscos por parte dos investidores. O dólar, por sua vez, fechou estável em R\$4,97. Os preços do petróleo subiram com força. O barril do tipo Brent, referência para as negociações internacionais, avançou 3,5%, a US\$ 101,91.

“Caixa não comprou ativos do BRB”

Durante a entrevista ao programa *CB.Poder*, o presidente da Caixa, Carlos Vieira, foi indagado sobre possíveis negociações para compras de ativos do Banco de Brasília (BRB). O banco público do Distrito Federal passa por plano de recapitalização por causa de operações feitas com banco Master, liquidado no ano passado. Ele negou que a operação tenha ocorrido e explicou que houve apenas análise de propostas, sem avanço nas negociações. “A Caixa não comprou ativos do BRB”, afirmou.

Segundo ele, a instituição chegou a receber ofertas envolvendo carteiras específicas, incluindo crédito imobiliário ligado ao governo do Distrito Federal.

No entanto, o processo não evoluiu devido ao não cumprimento de etapas consideradas essenciais, como auditorias independentes. “Recebemos uma oferta de outras carteiras, mas aguardávamos due diligence, que não aconteceu, e desistimos”, disse.

Vieira ressaltou que a Caixa segue critérios técnicos rigorosos para

qualquer operação desse tipo, priorizando ativos considerados sustentáveis do ponto de vista financeiro. Ele também mencionou que eventuais aquisições não são descartadas, desde que atendam às exigências de governança e estejam alinhadas à estratégia do banco. “Não seria problema comprar carteiras saudáveis, mas a operação não ocorreu”, afirmou.

Ao comentar o tema, o presidente fez referência à atuação da Caixa no que chamou de “Brasil real”, destacando o papel da instituição como agente de políticas públicas

e gestora de grandes volumes de recursos. Segundo ele, o banco administra cerca de R\$ 4 trilhões, com estrutura de compliance e autonomia operacional. A posição, de acordo com Vieira, reforça o compromisso com decisões baseadas em critérios técnicos e na sustentabilidade das operações. (RB)

» Leia mais sobre o BRB na página 13

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA S.A.

DATAPREV

CNPJ Nº 42.422.253/0001-01
NIRE: 53.5.0000333-9

COMUNICADO

Demonstrações Contábeis 2025

O Secretário Executivo Substituto da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência S.A. — Dataprev informa que se encontra à disposição, publicada no Site Correio Braziliense, a documentação relacionada abaixo:

- I. Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 2025;
- II. Demonstrações Financeiras do exercício de 2025, incluindo notas explicativas;
- III. Relatório dos Auditores Independentes acerca das Demonstrações Financeiras de 2025.

Brasília-DF, 23 de abril de 2026
PEDRO MARCHIORI
Secretário Executivo Substituto

SUMMIT

Patente na saúde em debate

Avanços de inovações em soluções terapêuticas e a pesquisa no Brasil são pontos centrais do evento promovido pelo **Correio**

» JUNIO SILVA
» JÉSSICA ANDRADE

O **Correio Braziliense** promoverá, em 4 de maio, o evento Propriedade intelectual na agenda pública: o que está em jogo para a saúde? Em parceria com a Interfarma, o encontro reunirá especialistas e autoridades para discutir os principais desafios do setor no país.

O objetivo do evento é abordar, a partir de painéis e palestras, as recentes ameaças à propriedade intelectual e os impactos econômicos e sociais, além de lançar um olhar atento ao desenvolvimento sustentável e ao acesso a novas tecnologias. Entre os convidados confirmados no encontro, está o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), Júlio César Moreira.

O tema representa um grande desafio para a área da saúde, como aponta o economista Pedro Bernardo, já que um ambiente juridicamente instável pode atrasar inovações em soluções terapêuticas.

“Até 1996, o Brasil não reconhecia patentes farmacêuticas, situação que mudou com a promulgação da Lei de Patentes”, afirma. “Nesse período, muitas empresas nacionais optaram por reproduzir medicamentos desenvolvidos no

exterior, em vez de investir em pesquisa própria. Como consequência, o país consolidou-se como um grande produtor de cópias, mas avançou pouco em inovação”.

O economista explica que, com um ingresso tardio do Brasil na corrida tecnológica do ramo, o país ainda se mantém dependente da importação de soluções terapêuticas desenvolvidas por empresas voltadas à pesquisa. “A introdução de uma inovação tende a estimular concorrentes a desenvolver soluções equivalentes ou superiores. Sem proteção patentária, porém, o incentivo muda: torna-se mais vantajoso copiar do que investir em pesquisa, que envolve riscos elevados”, declara.

Para exemplificar a necessidade de inovação no campo da saúde, Pedro Bernardo cita os avanços recentes de vacinas contra a covid-19 ou os tratamentos para hepatite C e HIV. “A inovação envolve, por natureza, alto risco: exige investimentos significativos sem garantia de retorno. Quando esse cenário se combina com um ambiente regulatório instável ou imprevisível, o efeito tende a ser ainda mais negativo. A insegurança jurídica reduz a atratividade para investimentos e desestimula o desenvolvimento de novas tecnologias”, observa o especialista.

CPNU 2 chama 3,1 mil aprovados

Reprodução/Instagram



O governo federal autorizou a nomeação de 3.147 candidatos aprovados na segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2). A medida foi formalizada por meio da Portaria MGI nº 3.356, assinada pela ministra Esther Dweck (foto) e publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União*. Caberá, agora, a cada órgão e entidade contemplados conduzir os procedimentos de convocação, nomeação e posse dos aprovados. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), responsável pela portaria, realizará as nomeações apenas para cargos de seu próprio quadro. As demais instituições deverão verificar a disponibilidade de vagas e publicar os atos necessários conforme seus cronogramas e demandas administrativas. Os aprovados ocuparão cargos de nível médio e superior distribuídos em 36 órgãos federais, incluindo agências reguladoras, ministérios, fundações e instituições vinculadas às Forças Armadas e à área da saúde. O maior volume de vagas está concentrado no próprio MGI, com 1.250 cargos autorizados. Na sequência, destacam-se o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com 300 vagas, e os comandos militares, como o Comando da Marinha (140), o Comando do Exército (131) e o Comando da Aeronáutica (90). Na área da saúde, foram autorizadas nomeações para unidades vinculadas ao Ministério da Saúde, como o Instituto Nacional do Câncer (78 vagas), o Instituto Nacional de Cardiologia (75) e o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (94).



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CNPJ Nº 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. 82.879.781

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



BALANÇO PATRIMONIAL 2025

ATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2025

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Disponibilidades - Nota 04	52.389	58.299	71.173
Contas a Receber - Nota 05	9.259	8.292	4.753
	108.657	112.661	117.196
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais - Nota 06	52.929	47.212	36.225
	56.134	50.084	38.777
IMOBILIZADO - Nota 08			
	1.667.833	1.644.850	1.642.924
	1.689.635	1.666.652	1.662.253
	1.745.769	1.716.736	1.701.030
TOTAL DO ATIVO	1.854.426	1.829.397	1.818.226

PASSIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2025

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Provisão para Contingências - Nota 10	-	-	434.668
Salários a Pagar - Nota 11	35.460	28.638	26.735
Obrigações a Pagar - Nota 12	115.771	64.064	47.782
Fundação REFER Nota 19.3	392.538	377.811	360.618
	603.687	515.696	928.831
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências - Nota 10	2.390.072	2.212.133	676.700
Obrigações a Pagar - Nota 12	180.414	-	-
Fundação REFER - Nota 19.3	2.706.775	2.793.189	2.840.313
	5.277.261	5.005.322	3.517.165
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - Nota 13			
Capital Social Realizado - Nota 13.1	6.548.725	6.456.613	6.325.714
Recursos para Aumento de Capital - Nota 13.3	99.078	99.678	166.957
Prejuízos Acumulados Nota 13.4	(10.674.325)	(10.248.105)	(9.121.129)
	(4.026.522)	(3.691.621)	(2.627.770)
TOTAL DO PASSIVO	1.854.426	1.829.397	1.818.226

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE 2025

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA - Nota 14		
Transportes Ferroviários	64.219	76.534
Aluguéis e Arrendamentos	3.692	3.690
	67.911	80.224
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	67.545	79.858
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 15	(657.328)	(621.282)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(589.783)	(541.424)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas - Nota 16	(437.902)	(188.620)
	(505.716)	(1.446.967)
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(1.095.499)	(1.988.391)
Subvenções para Custeio - Nota 17	1.285.346	1.227.513
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	189.847	(760.878)
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18		
	(605.721)	(365.397)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(415.874)	(1.126.275)
Resultado da Baixa de Bens	(10.539)	(1.196)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.471)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JULIANE SANTOS ARAUJO
Gerente Técnica de Contabilidade e Custos
CRC-RJ 116.263/O-7-T-DF

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora de Administração e Finanças
Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente



Irã captura navios no Estreito de Ormuz

Lanchas rápidas da Guarda Revolucionária dispararam e interceptam dois porta-contêineres. Casa Branca minimiza incidente e nega violação do cessar-fogo. Teerã descarta reabrir canal marítimo até Washington suspender bloqueio naval

» RODRIGO CRAVEIRO

Atta Kenare/AFP

Poucas horas depois de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ampliar novamente o ultimato e exigir de Teerã uma proposta unificada de cessar-fogo, o regime iraniano disparou contra três navios porta-contêineres e capturou dois deles quando tentavam cruzar o Estreito de Ormuz. O canal marítimo por onde passam 20% do petróleo e do gás produzidos em todo o mundo foi fechado pelo Irã. Lanchas rápidas do Corpo de Guardiões da Revolução Islâmica (IRGC) interceptaram os cargueiros MSC-Francesca, que teria ligação com Israel, e Epaminondas. As embarcações foram escoltadas até a costa do Irã, sob a acusação de violarem protocolos de segurança e de alterarem sistemas de navegação. O governo do Panamá confirmou que o MSC-Francesca tem bandeira panamenha e é propriedade de italianos.

A Marinha do IRGC informou que as autoridades do Irã inspecionariam a carga, os documentos e o histórico dos dois navios. UKMTO, agência de segurança marítima do Reino Unido, anunciou que uma das lanchas abriu fogo contra um cargueiro na costa de Omã. Disparos também teriam sido feitos contra ao menos uma embarcação na costa do Irã. Por sua vez, o presidente do Parlamento iraniano, Mohamad Bagher Ghalibaf, descartou reabrir o Estreito de Ormuz enquanto os EUA prosseguirem com o bloqueio aos portos do país persa.

A Casa Branca não demorou para pôr panos quentes na interceptação dos navios. A porta-voz Karoline Leavitt negou que o incidente tenha representado uma violação do cessar-fogo. “Não, porque não eram navios americanos, não eram navios israelenses. Eram dois barcos internacionais”, declarou Leavitt à emissora Fox News. “Esses dois navios foram capturados por lanchas rápidas. O Irã passou de ter a Marinha mais letal do Oriente Médio para agora agir como um bando de piratas. Eles não têm controle sobre o estreito. Isso é pirataria, o que estamos vendo em ação. O bloqueio naval imposto pelos Estados Unidos continua sendo incrivelmente eficaz”, acrescentou. Leavitt esclareceu que Trump não estabeleceu um novo prazo para o Irã apresentar um plano de paz. “Em última instância, o



O antiamericanismo exposto em murais

Desde o início da guerra entre Irã, Israel e Estados Unidos, murais coloridos surgiram em Teerã e outras grandes cidades, carregados de simbolismo e temas de resistência e desafio. Murais são há muito tempo uma característica marcante da paisagem urbana do Irã, especialmente na capital, onde, em praças centrais, refletem a mensagem política e a política externa do Estado. Desde a revolução de 1979, que estabeleceu a República Islâmica, esse tipo de imagem tem servido como meio de refletir a ideologia e a memória coletiva. Nos últimos dias, um mural em Teerã retratou um porta-aviões americano carregando caixões cobertos com bandeiras dos Estados Unidos, cercado por pequenas embarcações com bandeiras iranianas e um helicóptero. A imagem evoca o domínio marítimo do Irã, onde as Forças Armadas iranianas mantêm o bloqueio do estratégico Estreito de Ormuz. Outro mural retrata um homem com os braços erguidos, ambos envoltos na bandeira iraniana, formando um coração com as mãos. Outro mural mostra militares iranianos segurando uma rede de pesca que prende aviões e navios de guerra (foto).

calendário será determinado pelo comandante em chefe”, disse.

O Estreito de Ormuz é alvo de bloqueios dos dois lados. Washington tenta impedir a navegação de embarcações que saiam ou rumem aos portos iranianos. Teerã adverte que os barcos são obrigados a solicitar autorização para sair ou entrar do Golfo Pérsico através de Ormuz.

Direito marítimo

Ex-juiz-advogado geral (JAG) da Marinha dos EUA e professor de direito da Emory University (em Atlanta), Mark Nevitt afirmou ao **Correio** que o bloqueio iraniano

Eu acho...

Sameer A. Khan



“O impacto econômico do fechamento do Estreito de Ormuz é dramático: 20% do petróleo mundial transitam pelo canal. O Irã transforma o Estreito de Ormuz em arma para conseguir um acordo com os EUA. Não vejo como isso seja possível, a menos que o Irã concorde em abrir o Estreito.”

Mark Nevitt, ex-juiz-advogado geral (JAG) da Marinha dos EUA e professor de direito da Emory University

do Estreito de Ormuz e a interceptação de embarcações neutras violam as leis da guerra naval e o direito marítimo. “A decisão de atacar

navios aumenta, de forma dramática, as tensões na região. Também mina a possibilidade de um acordo entre Irã e EUA a curto prazo”,

explicou. De acordo com ele, a Casa Branca, provavelmente, considera a apreensão de navios como uma medida de aplicação da lei, não como um ato de guerra. “Mas não está claro para mim qual era exatamente o escopo do cessar-fogo.”

Em entrevista ao *The New York Post*, Trump afirmou esperar um segundo ciclo de negociações entre Estados Unidos e Irã, em Islamabad (capital do Paquistão), a partir de amanhã. “É possível!”, respondeu o republicano ao jornal, por meio de mensagem de texto, quando foi questionado sobre fontes no Paquistão que afirmavam que se espera novo diálogo entre 36 e 72 horas.

Líbano e Israel voltam à mesa

Israel e o movimento xiita Hezbollah voltaram ontem a trocar ataques no sul do Líbano, na véspera da segunda rodada de negociações diretas entre as partes em Washington, sob mediação do Departamento de Estado. Embora não tenha autoridade sobre a milícia pró-Irã, o presidente libanês, Joseph Aoun, antecipou que sua representante, a embaixadora nos EUA, Nada Moawad, foi orientada a defender a prorrogação do cessar-fogo firmado na semana passada — sem participação do Hezbollah —, com vencimento neste domingo.

“Faço um apelo ao governo do Líbano: trabalhem juntos contra o Estado terrorista que o Hezbollah construiu no seu território”, afirmou o chanceler israelense, Gideon Saar. Ele se referiu ao interlocutor como um “Estado falido”, pela impotência demonstrada para se impor como poder único no país, mais ressaltou a “decisão histórica” do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu de “negociar diretamente com o Líbano, depois de mais de 40 anos”.

Os combates diretos entre tropas, bem como a troca de bombardeios e ataques com mísseis e drones, decretaram o fim de um cessar-fogo firmado diretamente entre Israel e o Hezbollah no fim de 2024, após uma troca de hostilidades relacionada à ofensiva militar israelense contra o território palestino da Faixa de Gaza. A trégua se manteve até o início de março último, quando o movimento xiita abriu fogo contra o vizinho em resposta à morte em bombardeio do líder espiritual do Irã, o aiatolá Ali Khamenei.

Desde então, as autoridades libaneses registram a morte de 2.400 pessoas nos ataques israelenses, além do deslocamento de 1,2 milhão de habitantes para a capital, Beirute. Israel anuncia a determinação de ocupar com tropas uma faixa de 8km de profundidade ao longo de toda a fronteira, a título de estabelecer uma “zona de segurança” para manter os povoados do norte do país a salvo de foguetes disparados pelo Hezbollah.

ESTADOS UNIDOS

Trump denuncia manobra da oposição

A pouco mais de seis meses das eleições legislativas que renovarão a totalidade da Câmara e parte do Senado, o presidente Donald Trump protestou ontem contra os resultados de um referendo — que classificou como “fraudulento” — que permitirá à oposição democrata redesenhar o mapa eleitoral no estado da Virgínia. Nos Estados Unidos, os deputados são eleitos pelo voto majoritário dos eleitores em distritos eleitorais. A redivisão deles, a cargo da autoridade estadual, pode favorecer um partido, construindo unidades de maneira a assegurar maioria para seus candidatos. No caso da Virgínia, o novo mapa eleitoral teria potencial para que os democratas conquistem quatro cadeiras adicionais.

“Eles conseguiram mais uma vitória desonesta”, escreveu o presidente em sua plataforma, a Truth Social. A remodelação dos distritos eleitorais para benefício de um dos dois grandes partidos, prática recorrente que o jargão político dos EUA chama de ‘gerrymandering’ (algo como “manipulação”), tornou-se uma das batalhas decisivas da campanha para as legislativas de novembro. Em sua postagem, Trump acusa os adversários de obter “uma vitória desonesta”. “Durante todo o dia, os republicanos estavam ganhando, o entusiasmo era incrível, até o final, quando houve uma recontagem maciça de ‘cédulas enviadas pelo correio’. Onde será que já ouvi isso antes?”, provocou.

O presidente repetiu sua queixa costumeira contra o voto antecipado, válido em vários estados dos EUA, inclusive nas eleições presidenciais. Trump atribuiu a ele a derrota que sofreu em 2020, na tentativa de ser reeleito, para o democrata Joe Biden. No fim de março, ele assinou um decreto destinado a enquadrar de forma mais rígida o voto pelo correio, medida que os democratas contestaram na Justiça.

O referendo na Virgínia, importante estado da Costa Leste, foi a resposta da oposição à iniciativa de redistribuição eleitoral lançada por Trump e pelos republicanos em estados onde são majoritários, como o Texas. Dos 11 representantes que a Virgínia tem

atualmente no Congresso, seis são democratas. Com a nova delimitação territorial, eles esperam que esse número suba para 10 nas cruciais eleições de meio de mandato presidencial, em novembro.

Para isso, redesenharam o mapa eleitoral de forma que todos os condados de maioria rural, mais alinhados aos republicanos, ficassem reunidos em um único distrito, com direito a um só deputado. A governadora do estado, a democrata Abigail Spanberger, fez campanha no ano passado com a promessa de que não impulsione a iniciativa, que ainda deve ser examinada pela Suprema Corte estadual.

Em 2025, o Texas foi o primeiro estado a aprovar uma nova redistribuição que permitiria aos republicanos

BBC Geral



O presidente protesta contra iniciativa dos democratas: “fraude”

conquistar cinco cadeiras no Congresso. Ohio e Carolina do Norte seguiram o exemplo, para oferecer algumas cadeiras a mais ao

partido do presidente. A oposição decidiu contra-atacar e fez sua própria redistribuição também na Califórnia, reduto tradicional.

VISÃO DO CORREIO

A diplomacia vale o que custa

Os vaivéns de Donald Trump em sua guerra contra o Irã, entre acenos a um acordo e ameaças apocalípticas, dão poucos elementos seguros para qualquer previsão em torno do conflito. Se pode estar próximo de solução ou se tende a se prolongar sem horizonte à vista, verdadeiramente: nenhum analista ou observador com alguma dose de seriedade associaria o próprio nome — e a reputação — a qualquer tipo de previsão.

Mas, a poucos dias de completar dois meses, a guerra no Oriente Médio acumula algo mais além de um punhado respeitável de milhares de vítimas — sobretudo no próprio Irã e no Líbano, alvos preferenciais dos ataques coordenados dos Estados Unidos e de Israel. Um apanhado parcial indica 3,5 mil iranianos mortos. No Líbano, mais de 2 mil, além de 1,2 milhão de civis deslocados do sul e leste do país — algo como um entre cinco ou seis habitantes.

Desde que ocupou, pela primeira vez, a Casa Branca, entre 2017 e 2021, Donald Trump acostumou-se a espezinhar o sistema criado para reger as relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial, o conflito armado mais letal da história da humanidade. Em especial no retorno à presidência dos EUA, em 2025, o magnata republicano vem atacando sistematicamente a ONU: alega que é “cara demais”.

O Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos (CSIS), sediado nos EUA, porém, calcula que Trump gastou US\$ 3,7 bilhões apenas nas primeiras 100 horas da guerra — pouco mais do que quatro dias. O orçamento das Nações Unidas para todo o ano de 2026 prevê gastos de US\$ 3,5 bilhões.

Às vésperas de completar dois meses, a guerra de Donald Trump e do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, acumula prejuízos não apenas para os respectivos países e para seus alvos. O Irã contabiliza, inicialmente, prejuízos da ordem de US\$ 71 bilhões para sua infraestrutura. O Líbano, ainda que o inimigo declarado seja a milícia pró-iraniana Hezbollah, não tem um cálculo de perdas materiais.

Na ausência de um horizonte minimamente nítido para o desfecho, a guerra no Oriente Médio se perfila como pesadelo para a economia mundial. A diretora-geral do Fundo Monetário Mundial (FMI), a búlgara Kristalina Georgieva, alerta para o risco de uma recessão global.

Os economistas lutam com lápis e calculadoras para determinar o impacto global do impasse no Estreito de Ormuz, via marítima incontornável para 20% do petróleo negociado no mercado internacional. Desde o ataque inicial americano-israelense ao Irã, a cotação do petróleo saltou do patamar de US\$ 70 e passou a oscilar em torno de US\$ 100 o barril.

Para o Brasil, que em 2024 importou diariamente 280 mil barris, o custo adicional pode chegar à ordem de US\$ 8,5 milhões por dia. Mas os impactos econômicos do conflito têm alcance mais vasto e imediato.

As companhias aéreas, sobretudo na Europa, disparam o sinal de alerta. De um lado, pela escassez de querosene de aviação. De outro, pela disparada dos preços. A caminho da temporada de turismo do verão no Hemisfério Norte, as tarifas disparam e a oferta de viagens se reduz. A alemã Lufthansa cancelou mais de 20 mil voos considerados menos rentáveis.

A perspectiva de prolongamento do conflito emana ondas de choque, com impacto tanto mais duro e dramático para as economias mais vulneráveis. Projeta, para o curto e médio prazo, o risco de tensões sociais e políticas com potencial explosivo, como observou o papa Leão XIV na recente visita à África.

Por vezes, soa conveniente ou adequado investir contra as Nações Unidas, até pela impotência que demonstra. Mas é na diplomacia que pode residir, ainda, alguma esperança de conter as forças destruidoras que se acumulam mundo afora.

A diplomacia demanda reflexão, esforço discreto e persistência. Exige, igualmente, gastos e investimentos. Mas os números sugerem: eles são infinitamente inferiores aos de uma guerra que se aproxima ainda dos 60 dias.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Questão de justiça

Após quase um mês desfrutando da imerecida liberdade, a mãe do menino Henry Borel voltou para a cadeia, de onde jamais deveria ter saído. Ela está de novo trancafiada, não por já ter sido condenada pela morte do filho, mas ante “a gravidade concreta do delito e o histórico de coação de testemunhas”, como justificou o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao determinar o retorno da ré à prisão preventiva. Segundo as investigações, a acusada de assassinato teria intimidado a babá do filho para prejudicar a elucidação do crime.

A presidiária responde por homicídio qualificado por omissão, porque tinha ciência de que o filho, de apenas 4 anos, era submetido a uma rotina de agressões pelo padrasto e não agiu para socorrê-lo. A covardia final aconteceu na madrugada de 8 de março de 2021, quando o garotinho foi espancado até a morte. O sujeito sórdido que cometeu o assassinato brutal foi acusado de homicídio triplamente qualificado e tortura. Mãe e padrasto alegaram que o menino havia caído da cama, mas o laudo da necropsia apontou hemorragia interna e rompimento do fígado, entre outras lesões.

A prisão, embora por motivos outros, é um alento, e espera-se que, a partir dela, os dois passem a cumprir a esperada condenação. No entanto, é profundamente lamentável que, por maior que seja a sentença, não a cumprirão em sua totalidade atrás

das grades — uma generosidade da nossa legislação “penal”, que beneficia com progressão de regime até mesmo os mais repugnantes criminosos.

Basta ver que os assassinos de Isabella Nardoni, 5 anos, morta em 2008, já aproveitaram, de há muito, o regime aberto. E o pai de Bernardo Boldrini está no semiaberto, mesmo tendo sido condenado por homicídio quadruplicamente qualificado. Bernardo tinha 11 anos quando foi assassinado, em abril de 2014, com uma superdosagem de medicamento. Meses antes, ele tinha ido sozinho ao fórum da cidade pedir socorro, dizendo que sofria maus-tratos em casa. A madrasa, também acusada da barbárie, segue (por enquanto) na cadeia.

Essas foram crianças que passaram por intenso sofrimento e perderam a vida de forma brutal, como tantas outras, rotineiramente, neste país, porém nossa legislação não acompanha a gravidade dos crimes e coloca mais cedo nas ruas os algozes delas.

É preciso uma mobilização nacional para que a lei mude e determine, sem margem para outras interpretações, que torturadores, estupradores e assassinos de crianças e adolescentes cumpram enjaulados a condenação total, sem regalias de nenhum tipo. Na impossibilidade de prisão perpétua — vedada pela Constituição —, essa seria, ao menos, uma medida mais justa.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Distante do Brasil real

Chamar a restrição de benefícios no Judiciário de “escravidão” é perder completamente o senso de proporção. Em um país marcado por uma história brutal, usar essa palavra para falar de altos salários é um desrespeito à memória e à realidade de milhões de brasileiros que recebem o salário mínimo e têm que fazer malabarismos para pagar as contas básicas mensais. Creio que faltou sobriedade no discurso, o qual demonstrou distância e desconhecimento do Brasil real.

» **Pacelli M. Zahler**
Sudoeste

Bets e endividamento

Mais de 80% das famílias brasileiras estão endividadas, e quase 82 milhões de pessoas estão inadimplentes. Muitos colocam a culpa nas bets, mas tem uma coisa muito maior que os jogos de aposta on-line. Só que é mais útil vender a sugestão falaciosa de que milhões de pessoas estão viciadas em bets, né? Prometeram te mandar para a Disney e, agora, estão te chamando de viciado.

» **Elvis Alexandro**
Brasília

Falta atualizar Brasília

Ao completar 66 anos, Brasília cumpriu os objetivos vislumbrados pelo grande presidente Juscelino Kubitschek, honra lhe seja feita, de ser uma cidade com características únicas, com um conceito urbanístico criativo, de arquitetura arrojada e atenção ao meio ambiente e à qualidade de vida e, acima de tudo, ocupação e desenvolvimento do interior do Brasil. Só falta agora chegar ao nível das cidades mais modernas do mundo: metrô suficiente para todas as áreas da cidade, implantação de VLT, racionalidade e pontualidade nas rotas de ônibus, rede de transporte integrado, sistema de semáforos com temporização e inteligência para se adaptar às variações da densidade do trânsito, sinalização de logradouros colocada antes deles, para facilitar o posicionamento prévio dos motoristas, não depois, como é atualmente, indicação nas paradas dos próximos coletivos e horários, plano de reativação da sucateada Via W3 Sul. Algum governo precisa iniciar a atualização de Brasília antes que se deteriore. Mas, em vez disso, já surgiu a ideia de “densificar” o Setor Comercial Sul!

» **Roberto Doglia Azambuja**
Asa Sul

Revitalização da W3

O Governo do Distrito Federal (GDF) tinha que ser protagonista na revitalização da W3. Afinal, é um excelente espaço para comércio, gastronomia, prestação de serviços, lazer, entretenimento, entre outras atividades que podem perfeitamente se harmonizar com as quadras residenciais próximas. Mas é preciso que o poder público esteja empenhado em fazer essa transformação.

» **Fábio Mesquita**
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Vergonha pouca é bobagem: desembargadora do Pará diz que, daqui a pouco, vai estar no rol daqueles funcionários que trabalham em regime de escravidão. Resta ao CNJ investigar quem são os funcionários escravizados a que ela se refere.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Descobri hoje um pensamento do escritor e rabino judeu Salomon Schechter (1847-1915) que se encaixa como uma luva em uma pessoa que, no momento, se comporta como um xerife do planeta: “Você não será nada, se quiser ser tudo”.

Paulo Molina Prates — Asa Norte

Os bilhões gastos nessa absurda e irresponsável guerra de Trump atacando o Irã poderiam ajudar muito no combate à fome e à miséria no mundo.

Sylvio Belém — Recife

Acidente nas estradas do DF e Entorno deixam 12 mortos em cinco dias. O que estão esperando para tomar providências?

Ana Ornelas — Brasília

É muito triste ver a decadência da W3. Estou torcendo para revertermos esse quadro.

Alexandre Britto — Brasília

Brasileiro ajuda atleta em colapso e cruza a linha de chegada na Maratona de Boston. É um ato de generosidade que vale mais do que mil medalhas. Parabéns pela atitude!

Luciana S. Ciana — Brasília

Lamaçal na ciclovia

Como esperado, as obras do que será a ciclovia do Lago Norte entre as pistas da rodovia que serve a região estão atoladas em lama. As fortes chuvas dos últimos meses inundaram o traçado feito pelo GDF, que não deve ter previsto a temporada de chuvas que sempre começa em novembro. São cinco meses de chuva que comprometeram a obra tão necessária para a comunidade do Lago Norte, que certamente terá mais segurança para andar de bicicleta sem estar na rodovia. A esperança é de que a governadora Celina Leão volte o seu olhar para o Lago Norte e conclua a ciclovia antes da nova temporada de chuvas.

» **Taís Silva**
Lago Norte

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 1.187,88
			360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em emprebo terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br

Eleições 2026: estratégias e narrativas em jogo



» **FABIANO GARRIDO**
Sociólogo, doutor em economia e diretor executivo do Instituto Democracia em Xequê

A disputa política nas redes sociais ao longo das últimas semanas revela, com nitidez, como esquerda e extrema-direita vêm organizando suas estratégias narrativas no contexto atual de pré-campanha. Mais do que a circulação de temas, o que está em jogo é a capacidade de enquadramento — isto é, de definir não apenas sobre o que se fala, mas como se interpreta a realidade e se distribuem responsabilidades.

O eixo econômico se consolidou como organizador central do debate digital recente, ainda que apropriado de formas distintas pelos campos em disputa. Eventos externos, como a Guerra do Irã e a consequente alta dos combustíveis, funcionam como gatilhos exógenos. No entanto, são rapidamente internalizados como elementos de conflito doméstico. A esquerda tende a enquadrá-los como choques internacionais, defendendo respostas governamentais ativas, sobretudo no controle da inflação e na proteção do poder de compra sob o governo Lula. Já a extrema-direita mobiliza uma estratégia recorrente de nacionalização da culpa, conectando diretamente o aumento do custo de vida, o endividamento das famílias e a carga tributária ao governo federal. Trata-se de uma disputa dentro de

um mesmo campo semântico — a economia cotidiana —, mas com atribuições causais opostas.

Paralelamente, observa-se um esforço consistente da esquerda em sustentar uma agenda positiva combinada com contraste retrospectivo. A mobilização de temas como o fim da escala 6X1 e a soberania sobre terras raras indica uma tentativa de ancorar o debate em políticas públicas concretas, em contraposição ao que foi o governo Bolsonaro. Esse movimento busca evitar que a comunicação se torne exclusivamente reativa. Ao mesmo tempo, os ataques a Flávio Bolsonaro seguem uma lógica de deslegitimação moral e jurídica, funcionando como complemento potente — mas não substituto — da disputa programática.

Do outro lado, a extrema-direita busca coesionar sua narrativa a partir de um diagnóstico de erosão institucional e corrupção sistêmica. A vinculação entre o governo Lula, o Banco Master e o ministro do STF Alexandre de Moraes sugere a construção de um “ecossistema de suspeição”, no qual diferentes instituições são conectadas sob um mesmo enquadramento de crise. Esse tipo de narrativa amplia o alcance do ataque político: não se trata apenas de questionar o Executivo, mas de tensionar o arranjo institucional como um todo. Não por acaso, esse enquadramento tem servido de base para campanhas ao Senado que se estruturam em torno da defesa do impeachment de ministros do Supremo.

Há, nesse movimento, uma tentativa de retomada da agenda “antissistema” por parte da extrema-direita, inclusive como resposta à estratégia do governo Lula e da esquerda de enquadrá-los como defensoras de privilégios — contrária

ao fim da escala 6X1 e alinhada aos interesses de bets, bancos e bilionários — e enquanto força antipatriótica auxiliar dos interesses dos Estados Unidos no Brasil, favoráveis a taxação das exportações brasileiras. Mais recentemente, como visto no discurso de Flávio Bolsonaro na Cepac, surge a narrativa da oferta de terras raras como moeda de troca para o apoio de Trump a sua candidatura à Presidência.

Diante da limitação por não ocupar o Executivo — e, portanto, não dispor de instrumentos diretos de intervenção econômica, como ocorreu no governo Bolsonaro —, resta a esses atores a construção de narrativas centradas no pânico econômico e na ideia de corrupção sistêmica. Enquanto o governo Lula e a esquerda atuam na comparação com o governo anterior, na visibilidade de suas políticas e na desconstrução do opositor.

Nesse contexto, a disputa nesta pré-campanha se dá não apenas no plano das propostas, mas, sobretudo, na capacidade de moldar percepções sobre a origem e a natureza das crises relacionadas ao ambiente econômico e ou institucional. Sendo que as redes sociais, agora incrementadas pelo uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) na produção e disseminação de conteúdos e narrativas, serão novamente um palco decisivo.

Em um ambiente marcado por narrativas polarizadoras, pela fragmentação do debate público e pelo uso intensivo de novas tecnologias, a fronteira entre interpretação e fato se torna cada vez mais difusa. Corremos o risco de ver vencer nas urnas em 2026 não quem tiver as melhores propostas, mas quem conseguir impor, com mais eficácia, sua própria versão da realidade.



Brasília na rota 66 e a falta de um parabéns pra você



» **SILVESTRE GORGULHO**
Jornalista. Foi secretário de Estado de Comunicação e secretário de Estado da Cultura de Brasília

Há 70 anos, em 18 de abril de 1956, Brasília começou a vencer a burocracia para sair do papel e entrar na fase do concreto, com a Mensagem de Anápolis.

Em 21 de abril de 1960, a capital era inaugurada com pompa e circunstância pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Lá se vão 66 anos. Nos 65 aniversários anteriores, os brasilienses assistiram a comemorações variadas: algumas simples, mas eufóricas. Outras apoteóticas. Todas sempre regadas a danças e festanças. Mas, nunca, o aniversário de Brasília foi comemorado com tanta displicência, apatia e baixo astral, como agora. A festa dos 66 anos de Brasília ficou restringida à bela edição do irmão gêmeo de Brasília, o **Correio Braziliense**, inclusive com a tradicional e empolgante Maratona.

Parece que Brasília está em depressão. Lembro-me que, em 21 de abril de 2010, no cinquentenário da cidade, depois da capital ter passado pela crise de ter quatro governadores, a Câmara Legislativa elegeu, indiretamente, dois dias antes, um novo ocupante do Buriti. Mesmo com tantas cicatrizes, a cidade lavou a alma com uma “Festa dos 50 Anos”, que levou mais de um milhão de pessoas à Esplanada dos Ministérios.

Não havia nem um político no palco. A festa foi totalmente paga pela iniciativa privada com apoio logístico da Secretaria de Cultura. Deram às mãos Sinduscon, Associação Comercial, Ademi, Asbraco e Fecomércio. Brasília cantou e dançou

com Daniela Mercury — que foi âncora de um show histórico na Esplanada, onde se apresentaram com ela nada menos de 39 artistas da cidade.

À meia-noite, uma grande surpresa estava guardada a sete chaves. Apenas cinco pessoas sabiam. Além da Daniela Mercury, eu, como secretário de Cultura, e mais duas pessoas de minha equipe. E, também, o próprio gênio da MPB que iria se apresentar, cantando apenas uma canção.

Apagaram-se as luzes. Estava anunciado o início da queima de fogos. Antes, um canhão de luz focou diretamente o palco e uma voz límpida e forte, a capela, ecoou pela escuridão. Aos poucos, sob o holofote, surge Milton Nascimento: “Como pode o peixe-vivo / viver fora da água fria? Como poderei viver sem a tua, sem a tua companhia...”.

Foi uma apoteose! A voz de Milton Nascimento reverberou pelos quatro cantos do Brasil. Sim, a TV Globo transmitiu tudo ao vivo. Um misto de euforia e de emoção tomou conta da multidão.

Na segunda estrofe, entra Daniela Mercury que faz dueto com Milton. Aos poucos, começam a entrar cada um dos 39 artistas brasilienses que tinham se apresentado.

E a Esplanada, num coral de um milhão de vozes, sacudiu o Cerrado: “Como pode o peixe-vivo / viver fora da água fria? Como poderei viver sem a tua, sem a tua companhia...”.

Vi muita gente chorando. A energia de tantos candangos celebrando os 50 anos de Brasília contagiou a cidade e ajudou a levantar o astral de um tempo triste e sombrio que a cidade vivia.

Agora, nos 66 anos da capital, faltou ao atual governo sensibilidade e criatividade para tirar Brasília de uma depressão em que a cidade está mergulhada.

Para não dizer que falei apenas dos 50 anos da cidade, vou lembrar a comemoração de quando Brasília fez um ano, em 21 de abril de 1961. O presidente da República era Jânio Quadros. Ele estava de costas para a cidade. Falava até em voltar a

capital para o Rio de Janeiro. O prefeito, Paulo de Tarso, assoberbado com finalizações de infraestrutura e questões administrativas, nem pensou no assunto.

Na semana anterior, o então secretário da Cultura (na época presidente da Fundação Cultural), o poeta maior José Ribamar Ferreira ou, simplesmente, Ferreira Gullar, organizou as comemorações do primeiro aniversário. Evidentemente, com todas as dificuldades de uma cidade ainda na placenta da História. O que ficou da festa — além de um singelo coquetel no gabinete do prefeito Paulo de Tarso, foi a poesia que nasceu da pena de Ferreira Gullar.

A verdade é que, com seus pouco mais de 100 mil habitantes (hoje são mais 3 milhões), Brasília teve mais poesia do que festança. Sem nenhum tipo de condução e sem nenhum apoio logístico para celebrar o Ano 1 da nova capital, Ferreira Gullar buscou solução no Exército Nacional. Marcou audiência.

Um major o recebeu educadamente. Depois de muita conversa, o oficial se saiu com essa:

— Dr. Gullar, tudo bem, mas o problema é viatura e gasolina.

— Eu sei, mas qual a solução?

— Dr. Gullar, não tem solução!

Sem solução, sem apoio, com bastante poeira e muita inspiração, Ferreira Gullar aproveitou o vinho comemorativo no final de tarde do dia 21, na sala do prefeito Paulo de Tarso, sacou do bolso um poema em forma de embolada e discursou aos convivas: “Não adianta, seu prefeito, abrir estrada. / Não adianta carnaval na Esplanada. / Não adianta Catedral de perna fina / Não adianta rebolado de menina / Que o problema é viatura e gasolina.

Todo mundo riu muito, mas ninguém perdeu o ritmo: “O problema é viatura e gasolina”. Bons tempos aqueles, quando o astral era altíssimo e o problema era só viatura e gasolina.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha@adabr.com.br

PNE e a educação sem rumo

Ao estabelecer metas para uma década inteira, o Plano Nacional de Educação (PNE) não é apenas um documento administrativo, é um compromisso com o futuro de milhões de estudantes. Por isso, exige rigor técnico, clareza de objetivos e alinhamento com práticas que já demonstraram resultados em outros contextos. O que se observa, contudo, segundo críticos do modelo recentemente apresentado, é um desalinhamento preocupante com tendências internacionais consolidadas. Países que avançaram significativamente em educação, como Finlândia, Coreia do Sul, Canadá e Estônia, seguiram caminhos relativamente convergentes: simplificação curricular, foco em conteúdos essenciais, avaliação constante de desempenho e forte responsabilização de gestores e sistemas.

Nesses sistemas, a lógica é direta. Define-se o que é essencial aprender, organiza-se o currículo de forma sequencial e cumulativa, mede-se o resultado com instrumentos comparáveis e, a partir daí, ajustam-se políticas e práticas. Não há espaço para ambiguidade excessiva ou metas difusas. A educação é tratada como política de Estado baseada em evidências, não como campo de experimentação ideológica. Outro ponto central é a valorização da gestão escolar. Diretores e equipes pedagógicas assumem papel decisivo, com autonomia para implementar estratégias, mas também com responsabilidade clara pelos resultados. O desempenho não é abstrato: ele é medido, acompanhado e, quando necessário, corrigido. Além disso, políticas bem-sucedidas costumam incorporar mecanismos de incentivo. Escolas que apresentam bons resultados recebem reconhecimento e apoio para expandir práticas eficazes. Ao mesmo tempo, instituições com desempenho insatisfatório são alvo de intervenções estruturadas, com suporte técnico e metas claras de melhoria.

Esse ciclo — medir, avaliar, corrigir — constitui a base de sistemas educacionais que evoluem de forma consistente. Ele exige transparência, compromisso com dados e disposição para reconhecer falhas. Diante desse panorama, a crítica ao novo PNE se concentra justamente na ausência ou na fragilidade desses elementos. A percepção de que o plano carece de foco, apresenta metas genéricas e não estabelece mecanismos robustos de avaliação e responsabilização levanta dúvidas sobre sua eficácia prática. Outro aspecto apontado é a possível politização das diretrizes. Quando políticas educacionais passam a refletir mais disputas ideológicas do que evidências pedagógicas, o risco é desviar o foco do que realmente importa: o aprendizado dos alunos.

No Brasil, histórico de mudanças frequentes e descontinuidade de programas já comprometeu avanços em diferentes momentos. Cada novo plano que ignora experiências anteriores ou desconsidera evidências internacionais contribui para a perpetuação de um ciclo de baixa efetividade. Também chama atenção a questão da descentralização. Sistemas educacionais mais eficientes tendem a combinar diretrizes nacionais com autonomia local. Estados e municípios, mais próximos da realidade das escolas, têm maior capacidade de adaptar políticas às suas necessidades específicas. Quando essa autonomia é limitada ou mal estruturada, perde-se flexibilidade e capacidade de resposta.

Outro ponto crítico é a formação de professores. Nenhum plano educacional terá sucesso sem investir de forma consistente na qualificação docente. Países que avançaram nessa área priorizaram seleção rigorosa, formação contínua e valorização profissional. Sem isso, qualquer diretriz curricular tende a permanecer no papel.

Editorialmente, o debate sobre o PNE não deve ser reduzido a disputas partidárias. Trata-se de uma questão estrutural, que exige compromisso com resultados e disposição para aprender com experiências bem-sucedidas, tanto internas quanto externas. A crítica à falta de foco e à possível ideologização não é, portanto, um exercício retórico, mas um alerta sobre riscos concretos. Um plano educacional que não define prioridades claras, não estabelece métricas consistentes e não responsabiliza seus agentes tende a produzir resultados igualmente difusos.

O país enfrenta desafios significativos na educação básica, com indicadores que, apesar de avanços pontuais, ainda revelam desigualdades profundas e desempenho aquém do desejável em avaliações internacionais. Diante desse cenário, a margem para erro é limitada. Se há um consenso entre especialistas, é o de que a educação exige seriedade, continuidade e base técnica sólida. Planos amplos, porém pouco precisos, podem até gerar expectativas, mas dificilmente entregam resultados concretos.

O futuro da educação brasileira não será definido por discursos, mas pela capacidade de implementar políticas eficazes, monitorar seus efeitos e corrigir rumos quando necessário. Qualquer plano que se afaste dessa lógica corre o risco de se tornar mais um documento formal extenso, ambicioso e, no fim, pouco transformador. E, nesse campo, o custo da ineficácia não é apenas administrativo. Ele recai diretamente sobre milhões de estudantes que dependem da escola pública como principal instrumento de mobilidade social. Ignorar isso é comprometer não apenas uma política, mas o próprio futuro do país.

A frase que foi pronunciada:

“A parceria tem a missão de contribuir para qualificar o debate público a partir de análises, dados, evidências e reflexões sobre a importância de um PNE robusto, exequível e orientado pela garantia do direito à aprendizagem.”

Priscila Cruz

História de Brasília

Está marcado para amanhã o julgamento mais sensacional do Tribunal do Juri de Brasília. Será julgado o delegado João Pelles. (Publicada em 17/5/1962)



Usar menos produtos de beleza...

...É BOM PARA A SAÚDE

Estudo revela que quanto menos produtos cosméticos artificiais são usados, menor a presença de substâncias químicas potencialmente nocivas à saúde. Principais efeitos negativos no corpo humano são alterações hormonais

» ISABELLA ALMEIDA

A redução no uso de cosméticos pode diminuir substancialmente, em poucos dias, a presença de substâncias químicas potencialmente nocivas no organismo. É o que aponta um estudo divulgado ontem, conduzido por pesquisadores do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica (Inserm), na França. A pesquisa acompanhou pouco mais de 100 estudantes, entre 18 e 30 anos, que foram orientados a modificar temporariamente seus hábitos de higiene e beleza.

Durante cinco dias, os voluntários reduziram o uso de cosméticos convencionais e passaram a utilizar produtos alternativos livres de compostos como fenóis sintéticos, parabenos, ftalatos e éteres de glicol — substâncias frequentemente associadas a possíveis efeitos adversos à saúde. Para medir o impacto da mudança, os cientistas coletaram amostras de urina antes e após o período de intervenção.

A comparação dos resultados revelou uma queda significativa na concentração de diversos contaminantes químicos. Entre os destaques, houve redução de 22% no ftalato de monoetileno, composto utilizado, entre outras funções, na fixação de fragrâncias, e de até 30% no metilparabeno, conservante classificado por autoridades europeias como potencial desregulador endócrino, que interfere na regulação hormonal.

Outro dado relevante foi a diminuição de 39% nos níveis de bisfenol A (BPA), substância associada a distúrbios hormonais e a doenças como infertilidade e câncer de mama. Embora o BPA já seja

"Eu destacaria como principais fontes de atenção [fora dos cosméticos] os alimentos e as bebidas armazenados em recipientes plásticos ou em latas, especialmente quando aquecidos. O aquecimento de comida em plástico — principalmente aqueles que não são livres de BPA — é um ponto crítico. Além disso, fragrâncias e perfumes, bem como recipientes de armazenamento, também são fontes relevantes.

proibido em diversos países, incluindo membros da União Europeia, sua presença ainda pode ocorrer devido a contaminações durante processos de fabricação ou por meio de embalagens, segundo o Inserm.

Os resultados, publicados na revista científica *Environment International*, também indicaram quedas expressivas em outros compostos, como fenoxiacético, cuja redução chegou a cerca de 64%. Ainda assim, os pesquisadores ressaltam que nem todas as substâncias foram completamente eliminadas, sugerindo a existência de múltiplas fontes de exposição no cotidiano.

Disfunções hormonais

Conforme Dhiânah Santini, endocrinologista, professora e pesquisadora do Instituto de Educação Médica (Idomed), no Rio de Janeiro, essas substâncias nocivas

Palavra de especialista

Outras fontes

Também gostaria de frisar em relação a esses produtos, que fazem parte do nosso dia a dia e muitas vezes são difíceis de evitar, é a questão do controle regulatório. Produtos que não passam por essa supervisão exigem mais atenção, é muito comum comprar itens mais baratos, vindos de outros países, é claro que existem importados de qualidade, mas quando eles não passam por um controle adequado, como o da

Anvisa, perdemos a garantia sobre a composição e a segurança. Prefira produtos com formulações mais simples, evite aquecer alimentos em recipientes plásticos, tenha cuidado com produtos muito perfumados e valorize produtos que sigam regulações sanitárias confiáveis."

ALEXANDRE CÂMARA,
endocrinologista do
Sírio-Libanês, em São Paulo



Arquivo cedido

que mudanças individuais podem ter efeito imediato. No entanto, eles ponderam que medidas regulatórias mais amplas seriam necessárias para garantir uma redução mais eficaz e equitativa da exposição na população.

Resposta veloz

Segundo a endocrinologista Fernanda Parra, de São Paulo, mesmo exposições breves podem desencadear alterações epigenéticas persistentes. "O organismo responde rapidamente a esses estímulos, especialmente durante janelas críticas de desenvolvimento. Reduzir a exposição nos primeiros dias já começa a restaurar o equilíbrio hormonal, embora os efeitos consolidados levem semanas para se reverterem completamente."

Além disso, a especialista detalha que a exposição crônica a esses disruptores está associada a ganho de peso, resistência insulínica, disfunção reprodutiva, puberdade precoce em crianças, infertilidade, alterações na tireoide e aumento do risco de câncer hormônio-dependente. "Ademais, esses compostos podem comprometer a função imunológica e aumentar processos inflamatórios sistêmicos."

O tema ganha relevância no cenário europeu, onde o Parlamento Europeu deve discutir, no fim de abril, possíveis mudanças na regulamentação de cosméticos. A expectativa é de que novas regras possam restringir ainda mais o uso de substâncias consideradas de risco, ampliando a proteção à saúde pública, especialmente entre grupos mais vulneráveis, como gestantes e crianças.

Para saber mais

Cuidar da pele e da saúde

A estratégia mais eficaz é a redução ativa da exposição por meio da escolha informada de produtos. Podemos adotar medidas simples no dia a dia, como a leitura de rótulos dos produtos utilizados, a redução do número de itens e a preferência por opções com listas de ingredientes mais curtas e claras. Um ponto importante é o impacto dessas substâncias como disruptores endócrinos, especialmente em populações vulneráveis. Parabéns e ftalatos apresentam atividade estrogênica,

com capacidade de ativar receptores de estrogênio e perturbar a síntese de hormônios esteroides. Dessa forma, fica o alerta para o controle do uso de produtos de skincare em crianças e para a influência das redes sociais (TikTok, Instagram) na escolha de produtos. Sempre que possível, é recomendável consultar um dermatologista.

Fonte: Ademar Schultz,
dermatologista e professor
do Ceub

atuam de diversas maneiras no organismo. "Podem agir imitando, bloqueando ou alterando a ação hormonal. Nesse sentido, podem, por exemplo, imitar o estrogênio

e acelerar a puberdade em uma criança, ou produzir uma ação androgênica, fazendo as vezes da testosterona", explica.

"Além disso, quando bloqueiam

ASTRONOMIA

Nasa anuncia novo telescópio de R\$ 20 bilhões

A Nasa revelou ontem seu novo telescópio espacial, chamado Roman. O aparelho foi projetado para explorar vastas regiões do universo em busca de exoplanetas. Além disso, deve ajudar cientistas a explorar respostas para os grandes mistérios físicos que envolvem a matéria e a energia escuras. Segundo o diretor da instituição, Jared Isaacman, o equipamento de última geração "proporcionará à Terra um novo atlas do universo". O anúncio foi feito no centro Goddard da agência espacial americana, em Maryland, na costa leste do país, onde sua montagem foi concluída.

O instrumento prateado, com cerca de 12 metros de altura e um espelho primário com 2,4 metros de diâmetro, será transportado para a Flórida para seu lançamento ao espaço,

que deve acontecer entre o início de setembro deste ano e maio de 2027, a bordo de um foguete da SpaceX. Desenvolvido ao longo de mais de uma década, e com um custo superior a US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 20 bilhões), o telescópio recebeu o nome em homenagem a uma das maiores astrônomas dos Estados Unidos, Nancy Grace Roman, apelidada de "mãe do Hubble", em referência a outro telescópio icônico da Nasa.

Mais de 35 anos após o começo da operação do Hubble, que foi responsável por revelar, entre outras coisas, que nosso universo está se expandindo mais rapidamente do que os cientistas imaginavam, o telescópio espacial Roman assumirá a tarefa de responder às questões que ainda permanecem sem solução. Com



Telescópio Roman durante montagem: 12 metros de altura

seu amplo campo de visão, mais de 100 vezes maior do que o do seu irmão mais velho, ele varrerá vastas regiões do céu a partir de um ponto

de observação privilegiado, a 1,5 milhão de quilômetros da Terra. A expectativa é de que ele descubra pelo menos mil exoplanetas.

"Ele nos enviará 11 terabytes de dados por dia, o que significa que, apenas em seu primeiro ano, terá nos fornecido mais dados do que o telescópio Hubble coletou ao longo de toda a sua vida útil", explicou à AFP Mark Melton, engenheiro de sistemas do Roman. Graças a essa lente grande angular, a Nasa espera "descobrir dezenas de milhares de novos planetas" ou até mesmo "milhares de supernovas", detalha Nicky Fox, chefe de atividades científicas da agência.

Ademais, o Roman também tem como objetivo estudar o invisível: a matéria e a energia escuras, cujas origens permanecem desconhecidas. Cientistas acreditam que as duas, juntas, constituem cerca de 95% do universo. "Se o Roman algum dia ganhar o Prêmio Nobel, provavelmente será por algo em que ainda nem sequer

pensamos", frisou Mark Melton. O telescópio terá uma missão primária com duração de cinco anos, com uma possibilidade de extensão por mais cinco.

Pioneira genial

Nancy Grace Roman (1925–2018) foi uma pioneira da astronomia espacial, conhecida como a "mãe do Telescópio Espacial Hubble". Desde jovem interessada por astronomia, construiu uma sólida carreira acadêmica, mas enfrentou barreiras de gênero que a levaram a migrar para a pesquisa aplicada. Em 1959, tornou-se a primeira executiva da Nasa e chefe de astronomia, liderando programas científicos e sendo fundamental para a aprovação do Hubble, que possibilitou descobertas como a expansão acelerada do universo.

» Entrevista | NELSON DE SOUZA | PRESIDENTE DO BANCO DE BRASÍLIA

Em entrevista ao *CB Poder*, o presidente da instituição financeira fez um balanço das medidas que o banco está tomando para buscar recursos, como a venda de ações. "Significa mais um passo para recuperar a solidez", disse

"BRB continuará sendo do povo de Brasília"

» ANA CAROLINA ALVES

O presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson Antônio de Souza, destacou, durante o *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* —, o aporte de R\$ 8,8 bilhões aprovada na assembleia geral extraordinária, realizada ontem. As jornalistas Adriana Bernardes e Ana Maria Campos, o dirigente do banco ressaltou as medidas adotadas por ele para sanear e capitalizar o BRB até 29 de maio, prazo final para incorporação de recursos.

A assembleia geral aprovou o aporte de R\$ 8,8 bilhões para o BRB. O que isso significa na prática? De onde virão esses recursos?

Significa mais um passo que o BRB está dando, de maneira decisiva, para ter a solidez que teve no passado. Temos várias opções para a integralização desse capital aprovado. Além do empréstimo que solicitamos e estamos em tratativas adiantadas com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), temos a Lei nº 7.845/2026, aprovada na Câmara Legislativa do DF, que disponibilizou nove imóveis. Podemos fazer um Fundo de Investimento Imobiliário, ou utilizar os imóveis ou ações das empresas do GDF como garantia de empréstimo, não só junto ao FGC, mas também ao consórcio de bancos. Temos outras opções, como a securitização da dívida ativa do controlador, o GDF. Além disso, podemos contar com a venda de participação de algumas subsidiárias do BRB, como a financeira BRB, a BRB Card e a BRB Seguros.

Houve uma polêmica em relação à posição da Procuradoria-Geral do DF ao empréstimo junto ao Fundo Garantidor. Quem vai captar esse empréstimo, o BRB ou o controlador (GDF)?

Quem toma o empréstimo é o controlador. Esse empréstimo, vindo do sindicato de bancos ou do FGC, é para o controlador e o controlador (GDF) faz o aporte. Com relação à Procuradoria do GDF, não houve nenhum problema, é uma interpretação de lei. A saída do Márcio Vanderlei (da Procuradoria), foi por uma questão de momento, não tem a ver (com o empréstimo do BRB). Pelo contrário, quero agradecer todo o trabalho, toda a boa vontade que ele sempre teve com o BRB até o momento em que ele ficou à frente da Procuradoria.

O GDF tem capacidade para captar esse empréstimo? Está tudo dentro da legalidade do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal?

O BRB está no meio a uma operação em que tudo começou pela falta de compliance. Uma das coisas que nós temos muito cuidado, ainda mais com a relação com o GDF, é manter as operações, sejam ativas ou passivas, empréstimo, títulos imobiliários, de acordo com a legislação, seguindo a governança, analisando os riscos envolvidos e precificando naquilo que é o valor real. Não podemos abrir mão disso em hipótese nenhuma.

O senhor disse várias ações que o BRB tem adotado desde fevereiro de 2026 para fazer essa capitalização. Desse leque de opções, o que tem de concreto que o senhor pode contar 100% que estará no capital integrado até dia 29 de maio?

A prioridade é o empréstimo junto ao FGC. Nós temos como garantia algo novo, a dívida ativa do GDF, de R\$ 52 bilhões, que podemos securitizar e utilizar as cotas subordinadas dessa dívida como garantia do empréstimo. Não podemos esquecer dos imóveis aprovados na Lei nº 7.845. Desse nove imóveis, tem dois ali que não interessam, por exemplo, do ponto de vista de busca por conta dos investidores qualificados, que é o caso da Serrinha e do Centrad, que estão em alguma briga judicial ou algo dessa natureza, que não está 100% resolvido. O

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



que estamos pegando são imóveis desonerados de qualquer coisa. Além desses imóveis, temos as ações da CEB e da Caesb, e outros ativos que podem ser usados.

Tem uma resposta do FGC da nova proposta relacionada à dívida ativa do GDF?

Não, nós temos tratativas. Tivemos várias reuniões nos roadshows que fizemos. Eu fiz sozinho com a equipe do BRB e fiz duas vezes com a governadora (Celina Leão) em São Paulo e Brasília, onde apresentamos o portfólio que temos de ativos para essa venda e servir de garantia. Nessas nossas idas, chegamos a ter posições firmes com relação a esse assunto, a ter essas garantias. Tivemos reuniões com o FGC semana passada. Ficamos bem adiantados com relação ao assunto a ser resolvido e quais as maneiras mais rápidas de aportar esses recursos.

Muito se perguntou sobre o tamanho do rombo do BRB. Podemos dizer que é R\$ 8,8 bilhões?

Provisionamos o nosso balanço em R\$ 8,8 bilhões. Estamos solicitando empréstimo para capitalização do banco de R\$ 6,6 bilhões. A diferença de 2,2 bilhões o banco já tinha, o banco tem um patrimônio líquido de R\$ 4,5 bilhões. A instituição é forte, tem um bom ativo, consolidado. O que nós não temos de sólido são as carteiras do Master, que totalizam R\$ 21,9 bilhões. No roadshow que fizemos em Brasília e São Paulo, vendemos R\$ 1,9 bilhão para alguns investidores que se interessaram. Dos R\$ 20 bilhões restantes, estamos repassando R\$ 15 bilhões a uma gestora de ativos, a Quadra, quando ela fará um Fundo de Investimento de Direito Creditório (FIDIC). Desse valor, R\$ 4 bilhões são de cotas sênior, que se transformarão imediatamente em liquidez para o BRB, e R\$ 11 bilhões de cotas subordinadas. As cotas subordinadas vão ser recebidas com a Quadra, que tem eficiência e expertise para cobrança de ativos problemáticos. Fizemos questão de segregar tudo que veio do Master para não misturar com a coisa boa que tem dentro do conglomerado BRB. Fica um deságio, a princípio, de R\$ 5 bilhões. O que seria prejuízo são aqueles R\$ 2,6 bilhões da Tirreno, porque não tem lastro, não tem título, não tem nada.

Tivemos reuniões com o FGC semana passada. Ficamos bem adiantados com relação ao assunto a ser resolvido e quais as maneiras mais rápidas de aportar esses recursos"

A esmagadora maioria dos empregados do BRB têm compromisso com o correto, com a governança, com o compliance. A própria auditoria chegou a esse veredicto, de maneira contundente"



Confira a entrevista

O que o contrato com a Quadra Capital prevê? Qual a garantia que o BRB vai ter de receber os R\$ 11 bilhões restantes?

Os R\$ 15 bilhões acordados estão entrando em um FIDIC, quem vai gerir é a Quadra, porém esses ativos continuam sendo do BRB. Nós assinamos o contrato, porém o ativo é nosso. Nós vamos ter o relatório, as condições, o regulamento do fundo, lá ele vai dizer, por exemplo, que as cotas sênior, referente aos R\$ 4 bilhões, terão 17 meses para quitar. Quando quitarem, vamos para as cotas subordinadas. A Quadra, gestora dos ativos, tem muita expertise. Lógico que ela vai trabalhar, se ela tiver um bom desempenho, ela vai ganhar mais, assim como nós vamos ganhar mais. Mas, em quaisquer das situações, esse ativo continua sendo do BRB.

A auditoria contratada concluiu que a compra de ativos do Master foi uma ação criminosa?

A auditoria contratada, teve três grandes blocos de análise. Um foi como sucedeu a capitalização do banco em 2024. O segundo item foi sobre as transações de compra e venda de carteiras, o ritmo e a dinâmica da compra de carteiras do Master. E o terceiro foi definir quais as pessoas contribuíram para que essas ações acontecessem. A auditoria forense foi conduzida pela Machado Meyer e a Kroll, e tivemos o cuidado de entregar todos os achados à Polícia Federal, ao Banco Central, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à Procuradoria Geral da República (PGR) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), nem para o controlador nós passamos, é totalmente sigiloso. Com relação a dizer se houve crime ou não, esse papel não cabe a mim, não cabe ao BRB.

Houve alertas dentro do BRB de que esses R\$ 21,9 bilhões que foram adquiridos pelo Master ofereciam risco para o BRB?

Sim, tiveram vários alertas com relação a esse assunto e a esmagadora maioria dos empregados do BRB têm compromisso com o correto, com a governança, com o compliance. A própria auditoria chegou a esse veredicto, de maneira contundente,

que tiveram vários alertas e que não foram seguidos, não foi seguida a tramitação do que cabe uma boa governança.

As operações com o Master tiveram início em 2024. Como ela aparece no último balanço do BRB? Isso foi colocado de forma fraudulenta para mascarar o balanço?

No início, vinha sendo feito tudo correto. De um determinado momento, começou a vir título que não era mais de origem Master, era de origem de terceiros e entrando como uma originação que fosse do Master. A partir daí, em algum momento, descobriram que os títulos ou não existiam, como é o caso da Tirreno, ou eram frágeis. Isso ocasionou R\$ 12,2 bilhões descobertos, inicialmente, quando foi comunicado ao Banco Central. Começaram a troca de títulos para poder recompor as carteiras que tivessem lastro. Quando houve a Operação Compliance Zero, boa parte não tinha sido ainda permutada. A auditoria forense não buscou essa análise, mas existem outras auditorias independentes que olham todas as demonstrações financeiras, e eles precisam dar o "ok" antes da publicação, já que o banco é uma empresa referenciada em Bolsa. Por isso que estamos com o balanço atrasado, o último publicado foi em 30 de junho de 2025. A partir daí, tudo começou, exatamente no segundo semestre de 2025. Em 2024, o balanço de junho tinha (problema), porém, não detectado. Em 2025 foi que se alastrou realmente, e o volume cresceu em progressão geométrica.

O balanço será publicado em 30 de maio?

Esperamos que sim, que tenhamos cada vez um banco mais forte. Quero dizer mais uma vez, uma coisa que me trouxe a esse banco, primeiro acreditar na equipe que lá está, é trabalhadora e são pessoas que entregam e que são responsáveis. E dizer que o BRB continuará sendo a empresa ícone do povo de Brasília e este banco não irá quebrar. Quem estiver apostando ou reservando seus recursos para comprar o BRB, isso não vai acontecer, porque ele vai continuar servindo ao povo de Brasília e região.

» LEIA MAIS SOBRE O BRB na página 14

CASO MASTER / Limite do capital do Banco de Brasília poderá ser ampliado em até R\$ 8,8 bilhões em ações. Especialistas explicam próximos passos da instituição e analisam a pressão aos cofres do GDF, acionista majoritário

Assembleia traz fôlego ao banco

» ANA CAROLINA ALVES
» PAULO GONTIJO

A Assembleia-Geral Extraordinária do Banco de Brasília (BRB), realizada, ontem, em formato virtual, marcou um novo capítulo no processo de reestruturação da instituição e repercutiu no mercado financeiro pela aprovação de medidas consideradas centrais para o futuro da instituição financeira. Entre as decisões, os acionistas autorizaram um amplo aumento de capital e mudanças na governança, movimentos vistos como parte do esforço para recuperar a confiança e fortalecer a capacidade financeira do banco.

Na prática, a assembleia aprovou a ampliação do limite de ações que o banco pode emitir, permitindo a realização de um aumento de capital de até R\$ 8,8 bilhões. A operação será feita por meio da emissão de novas ações (2,5 bilhões de papéis), com preço fixado em R\$ 5,36, o que pode elevar o capital social do BRB para até R\$ 11,161 bilhões.

Na mesma reunião, os acionistas homologaram nomes para o Conselho de Administração, consolidando a nova composição da governança do banco. Foram aprovados o presidente Nelson de Souza, além de Joaquim Lima de Oliveira e Sérgio Nunes Brito (como integrantes do Conselho), em um movimento que reforça a estrutura decisória da instituição em meio ao atual cenário.

Análise

Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo afirma que a decisão da assembleia é um marco importante para definir o rumo da instituição. "Essa aprovação dá um direcionamento aos próximos passos que os gestores do BRB vão ter que adotar", afirma.

Segundo ele, o volume aprovado reflete o tamanho do desafio enfrentado pelo banco. "A assembleia mostra a necessidade de capitalização da ordem de R\$ 8,8 bilhões, que me parece ser o tamanho do prejuízo encontrado nessas operações", explica.

Bergo destaca que o plano vai além da recomposição financeira imediata e tem impacto direto na transparência. "Uma vez concretizado, vai viabilizar a confecção do balanço de 2025 para apresentação ao Banco Central, à CVM e ao mercado, mostrando a real situação do BRB", pontua.

Na avaliação do economista e especialista em sistema financeiro, Newton Marques, a aprovação do plano de capitalização era um passo necessário. "O banco precisa aumentar o capital social e a forma disso é por meio da subscrição de ações. Não há outra alternativa para atender às exigências do Banco Central", explica.

Marques ressalta, no entanto, que a capitalização resolve apenas parte do problema. "Uma coisa é atender às exigências regulatórias, outra é recuperar o patrimônio e a liquidez que foram afetados. Isso depende diretamente da gestão", afirma. Ele explica que, após a aprovação em assembleia, inicia-se o processo de subscrição das ações, no qual os atuais acionistas têm prioridade para adquirir os novos papéis e, assim, manter sua participação no banco. "Quem é acionista tende a aportar recursos para não ser diluído. No caso do DF, que tem controle do banco, há um interesse direto em manter essa fatia", destaca Newton Marques.

Cofres públicos

O movimento também pressiona diretamente as contas do Governo do Distrito Federal (GDF), principal acionista da instituição,

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



BRB trabalha para recuperar valores perdidos em negociações fraudulentas com o Master

que precisará aportar recursos relevantes para manter sua participação e evitar diluição. Para César Bergo, o impacto fiscal é inevitável, ainda que dependa da estratégia adotada. "O aumento de capital pode pressionar as contas públicas, porque o GDF não tem esses recursos disponíveis em caixa e precisa buscar alternativas", afirma.

Ele aponta que uma das saídas pode envolver operações financeiras mais complexas. "Esse dinheiro

provavelmente não vem do orçamento. O governo terá que buscar empréstimos ou estruturar garantias, como uso de ativos, para viabilizar esse aporte", explica.

Reação do mercado

Na avaliação do professor de finanças do Ibmec Brasília, Marcos Melo, o aumento de capital é um passo relevante para reposicionar o banco no mercado. "A aprovação

do capital social é um passo muito importante para a saída da situação em que a empresa foi levada. O aumento de capital possibilitará que o BRB capte recursos e melhore sua condição de liquidez", ressalta.

Segundo ele, o movimento não deve ser interpretado apenas como reação a uma crise, mas também como tentativa de reorganização estrutural. "Outras medidas aprovadas ajudam no caminho do

fortalecimento do banco, como a possibilidade de uso de terrenos em garantia", destaca.

Apesar disso, a recomposição da credibilidade é vista como o principal desafio. "Provavelmente não será suficiente para recompor a confiança dos agentes do mercado, mas contribui bastante. É um conjunto de ações que deve trazer de volta a credibilidade", afirma.

Ele acrescenta que o desgaste recente tem forte impacto na percepção do mercado: "O principal desafio é a reparação da credibilidade. Em instituições financeiras, a confiança é um ativo central e sua perda pode gerar saída de recursos mesmo sem um problema imediato de caixa".

Próximos passos

Com a aprovação em assembleia, o banco entra agora na fase de execução das medidas. Segundo César Bergo, o próximo movimento será estruturar a entrada efetiva dos recursos e detalhar o plano ao mercado. "Depois da assembleia, você tem a implementação da decisão, com a publicação de fato relevante e a definição de como será feito o aporte de capital", afirma.

O processo inclui a abertura do período de subscrição das ações e a busca por fontes de financiamento, especialmente por parte do GDF. Bergo acrescenta que o governo, como principal acionista, terá que apresentar um plano para aportar esses recursos e manter sua participação.

Além disso, a efetivação da capitalização deve caminhar junto com outras medidas de governança e transparência. Para especialistas, a execução desse conjunto de ações será determinante para medir a capacidade do BRB de atravessar o atual momento e retomar a confiança do mercado.

Linha do tempo

28 de março de 2025

GDF confirmou a intenção de adquirir 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do Master, pagando R\$ 2 bilhões.

17 de junho de 2025

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a compra de uma fatia do Banco Master pelo BRB.

19 de agosto de 2025

Câmara Legislativa do DF aprovou, com 14 votos favoráveis e sete contrários, o BRB a adquirir 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do capital social do Banco Master.

3 de setembro de 2025

O Banco Central rejeitou a compra de fatia do Banco Master pelo BRB.

18 de novembro de 2025

A Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) deflagraram a Operação Compliance Zero, que investiga a venda de R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito inexistentes do Master ao BRB.

18 de novembro de 2025

10ª Vara Federal de Brasília determinou que Paulo Henrique Costa, fosse afastado por 60 dias da função de presidente do BRB.

19 de novembro de 2025

Ibaneis Rocha demitiu Paulo Henrique Costa.

27 de novembro de 2025

Nelson Antônio de Souza assume a presidência do BRB.

2 de dezembro de 2025

Contratação do escritório Machado Meyer Advogados para conduzir auditoria independente que vai apurar os fatos citados na operação Compliance Zero.

4 de fevereiro

PF abre inquérito para apurar suspeitas de gestão fraudulenta no BRB.

6 de fevereiro

BC recebe plano de recuperação do BRB.

24 de fevereiro

O Projeto de Lei nº 2.175/2026 chega à Câmara Legislativa e começa a tramitar em regime de urgência.

3 de março

A CLDF aprova o projeto em dois turnos, com 14 votos favoráveis e 10 contrários. O texto prevê o uso de imóveis de estatais para reforçar o capital do banco.

10 de março

O então governador Ibaneis Rocha sanciona a proposta (agora Lei Distrital nº 7.845/2026).

13 de março

Integrantes do PSB protocolaram uma ação popular contra os efeitos da nova Lei.

16 de março

A 2ª Vara da Fazenda Pública do DF concedeu uma liminar suspendendo a lei, proibindo a transferência de imóveis ou garantias ao BRB. O Governo do DF recorre da decisão.

17 de março

O desembargador Roberval Belinati, presidente em exercício do TJDF, atende ao recurso da Procuradoria-Geral e do BRB, derrubando a liminar e reativando os efeitos da lei.

23 de março

Nova reviravolta judicial: uma decisão específica impede o uso do imóvel mais valioso da operação (Serrinha, avaliado em R\$ 2,3 bilhões) devido a entraves ambientais e estatutários da Terracap.

27 de março

Diante da judicialização dos imóveis, o GDF solicita um empréstimo de R\$ 4 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) como "Plano B". O desembargador Roberval Belinati derruba a liminar que excluía a Serrinha do Paranoá do rol de garantias, devolvendo ao governo o direito de usá-la no fundo imobiliário.

30 de março

Celina Leão toma posse como governadora. Na ocasião, ela

diz que não fará "guerra ideológica" à frente do Palácio do Buriti e que buscará apoio do governo federal, se necessário, para fortalecer o Banco de Brasília (BRB).

31 de março

Vence o prazo dado pelo BC para que o BRB entregasse os balanços pendentes referentes a 2025. O banco não entrega os balanços.

31 de março

Nelson de Souza fixou a data de 30 de maio para finalizar todos os processos pendentes e o rito de capitalização no prazo de 180 dias, a contar da data de entrega do plano de capitalização da instituição ao Banco Central, em 6 de fevereiro.

7 de abril

BRB encaminha relatório de auditoria independente à Polícia Federal.

9 de abril

Celina afasta 12 servidores do BRB suspeitos de envolvimento com caso Master.

9 de abril

Celina se reúne com Gabriel Galípolo, presidente do BC, em São Paulo e faz reuniões com possíveis investidores da Faria Lima.

10 de abril

Fundo de investidores apresentou proposta para a aquisição de R\$ 15 bilhões dos ativos que eram vinculados ao Banco Master.

16 de abril

Paulo Henrique Costa é preso pela Polícia Federal.

20 de abril

BRB fecha acordo de R\$ 15 bi com a Quadra Capital para transferência de fundos oriundos de operações com o Master.

22 de abril

Acontece a assembleia-geral extraordinária, onde é aprovado o aumento de capital em até R\$ 8,8 bilhões.

IMOVISION APRESENTA

2º FESTIVAL DE CINEMA EUROPEU IMOVISION
DE 23 A 29 DE ABRIL

O MAIOR FESTIVAL DE CINEMA EUROPEU DO BRASIL

GARANTA JÁ OS SEUS INGRESSOS!

REALIZAÇÃO: IMOVISION
PATROCÍNIO: niteroi
NITERÓI

UNIFRANCE
ometele
ADOROCINEMA
VejaTV
Bravo!
RESERVA
EXIBIDOR
palavra!

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA



ANA MARIA CAMPOS
camposanamarca5@gmail.com

Assédio moral e decisões que levaram a prejuízo bilionário

Ed Alves/CB/D.A Press



Um dos caminhos para apurar a atuação do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa em medidas esdrúxulas que levaram a operações que somam R\$ 21,9 bilhões com o Banco Master pode ser as denúncias de assédio moral na instituição financeira do DF. Integrantes do BRB sustentam que funcionários foram afastados, transferidos da administração para agências bancárias ou demitidos por discordarem de decisões tomadas pelo então presidente. PH, como era conhecido, não aceitava discordâncias. Muitos empregados acabaram doentes e com síndrome de pânico pela pressão que sofreram em vários episódios, segundo relato de integrantes do BRB. Esse comportamento pode explicar operações bilionárias, como a de R\$ 2,6 bilhões com o Fundo Tirreno, ligado ao Master, sem nenhum lastro. Puro pó. Preso desde a semana passada, Paulo Henrique Costa abandonou a linha da defesa conduzida pelo criminalista Cleber Lopes, e contratou os advogados Eugênio Aragão e Davi Tangerino (leia mais na coluna *Data Venia*, do caderno *Direito&Justiça*).

Evocando JK

Luis Tajés/Divulgação



A deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) reuniu mais de 300 estudantes, na Câmara Legislativa, para celebrar os 66 anos de Brasília. Pré-candidata ao governo do DF, ela convidou para a sessão o também pré-candidato Ricardo Cappelli (PSB). Em auditório lotado de estudantes, Cappelli evocou a figura de Juscelino Kubitschek para reforçar o papel histórico da capital. “Nos momentos mais difíceis, eu passo ali pelo Memorial JK, fico olhando para a estátua do Juscelino e ela não nos dá o direito de pensar pequeno, de desistir”, afirmou. “Brasília nasceu de um sonho coletivo e continua sendo construída todos os dias. Quando a gente valoriza a juventude, a gente está cuidando do futuro da nossa cidade”, disse a deputada.

Continuidade com mudanças sensatas, afirma novo presidente do TJDF

Ao tomar posse na presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), o desembargador Jair Soares pregou a continuidade do trabalho do antecessor, desembargador Waldir Leônico, que considerou de excelência pelo grande reconhecimento pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mas acrescentou: “Não significa que mudanças não sejam necessárias. Não é sensato, contudo, mudar por mudar. Constatada a necessidade, por óbvio, mudanças devem ser feitas, com sensatez e serenidade, e sempre visando melhorar a gestão, a qualidade dos gastos e a prestação jurisdicional”.

Divulgação/TJDFT



Decisões justas e seguras

O magistrado também ressaltou a necessidade de preservar o olhar do magistrado frente ao crescimento do uso de Inteligência Artificial: “Metas são importantes para a eficiência da prestação jurisdicional. E só são possíveis com o uso da tecnologia. Mas, não se pode esquecer que, antes de tudo, há um ser humano que, conquanto reclame por urgência na solução da sua demanda, espera que a decisão seja justa e segura. Do contrário, não terá ele a sensação de justiça”.

Divulgação/TJDFT



Mesa de autoridades

Compuseram a mesa da solenidade de posse do TJDFT o ex-presidente do TJDFT desembargador Waldir Leônico Júnior; o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, eleito vice-presidente do STJ; a ministra Nancy Andrighi, do STJ; a governadora Celina Leão; o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz; o procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur; e o presidente da OAB/DF, Paulo Maurício Siqueira.

Ed Alves/CB/D.A Press



Rigor no combate à misoginia e às fake news contra mulheres nas eleições

Ao tomar posse, ontem, como presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), o desembargador Angelo Passarelli — que vai comandar o processo eleitoral deste ano na capital do país — defendeu um debate eleitoral respeitoso e baseado em argumentos. Ele também demonstrou preocupação com a violência política de gênero, ao criticar práticas como ataques misóginos, assédio e disseminação de informações falsas direcionadas a mulheres na política, e afirmando que a legislação será aplicada com rigor nesses casos.

Ibaneis vai a posses no Judiciário local

O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) esteve ontem na posse dos novos integrantes do TRE-DF, Angelo Passarelli e João Egmont, eleitos por aclamação como presidente e vice-presidente e corregedor regional da Justiça, respectivamente (foto). Também participou da sessão solene no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), em que o novo comando do Judiciário local assumiu a direção.

Instagram



Instagram



Nova procuradora-geral

A procuradora-geral do DF em exercício, Diana de Almeida Ramos, estreou ontem em eventos públicos no novo cargo. Escolhida pela governadora Celina Leão para comandar a PGDF, ela esteve nas posses do Judiciário local. Para oficializar a nomeação, a indicação precisa ainda passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da CLDF e do crivos dos deputados distritais em plenário.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INOVAÇÃO / Lançamento de duas carretas tecnológicas móveis, que se aliam aos 16 polos fixos do projeto, teve a presença da governadora Celina Leão. Previsão é atender 23,5 mil jovens e adultos este ano

Gamifica DF atenderá todas as regiões

» BEATRIZ MASCARENHAS

O Projeto Gamifica DF contemplará todas as regiões administrativas do Distrito Federal com a entrada em funcionamento de duas carretas tecnológicas móveis. Os equipamentos se aliam aos 16 polos fixos existentes. Com isso, a iniciativa deve atender 23,5 mil jovens e adultos até novembro deste ano.

O objetivo é oferecer acesso a equipamentos tecnológicos de alto desempenho e cursos do setor para estudantes do DF. O lançamento das carretas itinerantes ocorreu ontem no Centro de Ensino Médio Integrado (Cemi) do Cruzeiro, com a presença da governadora Celina Leão, e do secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Rafael Vitorino.

Ao discursar, Celina destacou que os brasileiros têm uma “criatividade que precisa ser a cada dia mais valorizada”. A governadora enfatizou que o projeto é mais do que um espaço para aqueles que gostam de jogar, é um curso profissionalizante, que pode mudar o futuro dos jovens. “Nós acreditamos que a capital tem condição de ser uma cidade tecnológica, por um viés sustentável e cheio de criatividade”, disse Celina. Os alunos com

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília.



Iniciativa dá acesso a cursos com equipamentos de alto desempenho

melhor desempenho serão levados para feiras internacionais de tecnologia, fora do Brasil.

Em parceria com a Receita Federal do Brasil, o projeto disponibiliza aparelhos apreendidos pelo órgão a estudantes. O que antes seria descartado e incinerado por ser resultado de pirataria, será destinado ao ensino, aproveitando o material de alto custo para engajar os participantes, incentivando a inserção deles no mercado da tecnologia.

Mercado de trabalho

Encabeçado pela Secti-DF, o

Gamifica DF aposta na gamificação como ferramenta, tornando o ambiente educacional mais dinâmico e atrativo. Durante o evento, foram apresentadas as propostas do projeto, que busca estimular o interesse dos alunos por meio de recursos interativos e tecnológicos.

De acordo com Vitorino, a iniciativa inclui curso de desenvolvimento de jogos, design, marketing e empreendedorismo. Ao falar sobre a parceria com a Receita Federal, ele explicou que os participantes também aprenderão a reconectar os aparelhos, “transformando-os em microcomputadores

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília.



Encabeçado pela Setic, o Projeto Gamifica DF tem parceria da Receita Federal do Brasil

educacionais, que no final dessa política, são entregues aos alunos e às instituições de ensino”. Os concluintes recebem certificado.

O estudante Victor Hugo Nascimento, de 17 anos, é um dos beneficiados. Ele conheceu a proposta no Cemi Cruzeiro, onde estuda. “Na primeira aula aprendemos sobre produção de games. Criamos as temáticas que queríamos e a história do jogo”, compartilha o adolescente.

Victor se mostra atento à rápida evolução que a tecnologia, reconhecendo que isso terá impacto para entrar no mercado de trabalho. “É

interessante, pois, quando eu sair da escola, estarei preparado para lidar com esses avanços”, reforça.

Professores temporários

Na ocasião, a governadora também comentou sobre a suspensão da mudança na forma de cálculo da remuneração dos professores temporários da rede pública. “Um grupo de trabalho já foi instituído para tratar do tema. Eu ainda convidei o Sindicato dos Professores para participar desse grupo”, disse Celina.

A medida anterior, que reduzia as horas de coordenação

pedagógicas (período para planejamento de aulas, entre outras atividades), foi revogada. A governadora explicou que a norma extinta gerava distorções nos pagamentos, criando diferenças difíceis de justificar. A decisão, segundo ela, foi discutir uma solução mais equilibrada. Em relação à paralisação, Celina Leão ressaltou que “é um direito do sindicato”, mas avaliou que a questão já está encaminhada.

O Sinpro-DF marcou paralisação para hoje, com ato às 9h, na Praça do Buriti, em defesa do pagamento integral da jornada de trabalho aos temporários.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

O índio na feirinha

Fui a uma feirinha em busca do extrato de uma planta da medicina popular que tem propriedades anti-inflamatórias impressionantes. Há mais de 15 anos, fui diagnosticado com uma colite, que é uma inflamação no intestino. Busquei a cura com médicos alopatas e naturopatas. Experimentei vários medicamentos, mas nenhum surtiu efeito.

Depois de retornar aos médicos, eles mesmos chegaram à conclusão de que não havia uma possibilidade de cura definitiva para o caso e eu teria de conviver com o

problema e procurar reduzir os danos. Incomodavam-me as dores e o desconforto na hora de comer.

Fiquei desolado e senti que a minha vida seria diferente a partir daquele momento. Como gosto de conversar, puxei o assunto com o Joaquim, que era dono de um restaurante macrobiótico. Com o sotaque de nordestino sereno, Joaquim me disse que o tal extrato era muito eficaz para inflamações e relatou situações de cura.

Procurei o medicamento, sem botar muita fé, tomei e, para minha surpresa, cerca de um mês depois senti que a inflamação havia sido debelada. Não senti mais dores, desconfortos ou enjoos.

O médico naturopata, iridologista e pesquisador de terapias alternativas examinou

fotos dos meus olhos antes e depois de ter tomado a seiva. A parte escura ficou clara, indicando que o problema de saúde havia sido sanado. Ele comentou que aquela seiva tinha propriedades anti-inflamatórias poderosas e precisaria ser pesquisada pelos cientistas.

Não revelarei o nome da seiva porque acredito na ciência e acho que esse tipo de divulgação não pode ser feita de maneira irresponsável. Mas o fato é que, ao sentir sintomas semelhantes ao do problema anterior, dirigi-me à feirinha em busca da seiva. E a encontrei. Eu acho que o meu médico tem razão, essas ervas da medicina popular teriam de ser melhor estudadas pelos cientistas.

Na volta, tive a atenção chamada para outra banca, onde um índio berrava, a

plenos pulmões, de maneira frenética, sem camisa, as qualidades de uma garrafada de ervas medicinais. No entanto, ele tentava vender o produto de uma maneira um tanto teatral. Macerava uma infinidade de ervas, com um pilão imenso, elevado em uma plataforma, narrando cada lance do preparo da garrafada com a dramaticidade de um Fla-Flu. “É bom para anemia, afta, amidalite, gripe, infecção urinária, úlcera, nervoso. Você toma e fica calmo”.

O índio era vigoroso, enérgico e veemente. Aos poucos, formou-se uma pequena multidão ao redor da banca para assistir ao espetáculo da preparação da garrafada. Todavia, um senhor com uma bicicleta fez algum questionamento ao índio, que me escapou. O índio

ficou possesso, desferiu raios, trovões, cachoeiras e relâmpagos.

Começou a replicar, a esbravejar e a espicar. Batia o pilão com mais força e se esgoelava: “Estou trabalhando, sou calmo, não venha me atrapalhar, se não você vai se dar mal”. Pegou uma flecha de ponta afiada e desafiou: “Você está atrapalhando o meu trabalho. Sou um cidadão no seu ofício. Não me tira do sério. Enfio essa flecha em você”.

O homem que interpelou o índio, pegou a bicicleta e saiu lentamente, enquanto boa parte da feira urrava. Virou uma mistura de briga com palhaçada, contudo, em um átimo, poderia acontecer algo trágico do nada: “Ei, índio, tome alguma erva da sua banca para se acalmar”, disse uma senhora. Ainda bem que ele não ouviu e tudo terminou em paz.



Veículo que protagonizou acidente com oito mortes na BR-020 não possuía autorização da ANTT nem certificado de segurança. Caso assemelha-se ao desastre ocorrido em fevereiro, que deixou cinco mortos na mesma rodovia

Van de tragédia era clandestina

» LETÍCIA MOUHAMAD

A van que protagonizou a tragédia que deixou oito mortos na BR-020, na terça-feira, operava de forma clandestina. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o veículo não possuía o Termo de Autorização de Fretamento desde 2023, tampouco o Certificado de Segurança Veicular exigido para o transporte de passageiros. A van saiu de Buritirama (BA) com destino a São Paulo.

A autarquia federal confirmou que o utilitário não estava cadastrado na frota de nenhum transportador habilitado. O acidente de trânsito envolvendo a van matou cinco pessoas de uma mesma família que retornavam de um velório na Bahia para São Paulo.

O cenário de irregularidade e dor repete, em menos de dois meses, o enredo de outro desastre na região. Em 17 de fevereiro, durante o feriado de Carnaval, uma van também clandestina saiu de Santa Rita de Cássia (BA) com destino a Brasília e colidiu na traseira de uma carreta na altura de Planaltina. Naquela ocasião, seis pessoas morreram e 11 ficaram feridas. O motorista responde por homicídio culposo e lesão corporal.

Dinâmica

A colisão desta semana ocorreu no Km60, em Formosa (GO). A van, que levava 13 ocupantes, perdeu o controle, invadiu a pista contrária e atingiu a lateral de um Fiat Toro antes de bater frontalmente em um caminhão. No carro de passeio, a empresária Valdivina Lourenço Ferreira, 60 anos, morreu no local.

Material cedido/Diário de Formosa



Reprodução/Instagram



O corpo de Valdivina Lourenço Ferreira foi enterrado ontem em Hidrolândia (GO)

Destroços da van ficaram espalhados na via, que foi interditada

Dos 13 ocupantes da van, sete morreram na hora: os motoristas João Rodrigues de Oliveira, 53, e Agnaldo Rodrigues de Oliveira, 64, que se revezavam e eram irmãos; e os familiares Johnes Rodrigues, 34, filho da mulher que havia sido velada na Bahia; Onildo Rodrigues, 36, e Ivan Rodrigues, 53, irmãos e primos das demais vítimas; Jacoeleni Mota, 36; e Benilde Rodrigues, 69, tia dos familiares.

A Polícia Civil de Goiás, por meio da 2ª Delegacia de Polícia (Formosa), conduz o inquérito. O delegado Jandson da Silva ressaltou que

a conclusão dos laudos periciais será fundamental para determinar se a falha foi mecânica ou humana. O motorista do caminhão envolvido, Carlos Francisco de Queiroz, 42, não sofreu ferimentos.

Enquanto a investigação avança, a preocupação volta-se para os sobreviventes que permanecem em estado crítico. Dois ocupantes da van lutam pela vida em unidades de saúde de Goiás. Uma adolescente de 14 anos está internada no Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol), em Goiânia. Segundo

o último boletim, ela encontra-se no pronto-socorro em estado geral grave, mas consciente e respirando espontaneamente.

Outra vítima, um homem de 25 anos, permanece na sala vermelha do Hospital Estadual de Formosa (HEF). Seu quadro é considerado grave e ele já foi regulado para a especialidade de neurocirurgia, aguardando transferência ou intervenção específica. Além deles, um idoso de 79 anos, que estava no Fiat Toro, segue internado em estado estável com múltiplos ferimentos, mas não corre risco de morte.

Luto

O clima em Sobradinho, onde vivia dona Divina — como era conhecida Valdivina — é de consternação. A oitava vítima da tragédia, foi sepultada ontem em Hidrolândia (GO), sua cidade natal. Empresária conhecida na RA, ela administrava uma loja de roupas com as filhas e viajava para Prado, na Bahia, com o marido, uma das filhas e o genro.

Pelas redes sociais, familiares e amigos lamentaram a morte. O prefeito de Hidrolândia, José

Délio Jr., sobrinho de Divina, comentou: “Ficam em nossa memória os momentos e o respeito por tudo o que ela representou em nossa família, deixando lembranças que serão sempre guardadas com carinho”.

Uma amiga da família também compartilhou a dor da partida da empresária. “Comecei a trabalhar com 15 anos, foi quando conheci dona Divina, a pessoa que me ensinou a ser vendedora. Parte de mim devo a ela. Só quem esteve próximo sabe o impacto da partida dessa matriarca”, disse.

Food truck famoso pega fogo em Ceilândia

Um dos pontos mais conhecidos da cena gastronômica popular de Ceilândia, o food truck Dog do Cangaceiro, localizado na ADE P Sul, foi completamente destruído por um incêndio na terça-feira. O incêndio começou na charruoliteira, um equipamento profissional de grelhar hambúrgueres. Apesar do susto e dos prejuízos materiais, não houve registro de feridos. Sócio-proprietário do empreendimento, Henrique Martins, 32 anos, explicou que o incêndio teve início durante o funcionamento normal do food truck. Segundo ele, o fogo começou quando a chama ultrapassou o limite habitual e entrou em contato com a coifa, o que facilitou a propagação das chamas. “Como a coifa suga gordura, ela já estava engordurada. Quando entrou em contato, o fogo se alastrou muito rápido”, disse. No momento do incidente, funcionários estavam na área interna do veículo. “Graças a Deus, ninguém se feriu. Isso é o mais importante. O restante a gente corre atrás para se reerguer”, afirmou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Obituário / Sepultamentos realizados em 22 de abril de 2026

» Campo da Esperança

Ananete Torres Alves, 64 anos
Antônia da Silva Dias, 71 anos
Beatriz Paulhaber de Magalhães, menos de 1 ano
Helcias Soares da Silva Filho, 65 anos
Hermes Alves Carvalho, 49 anos
Ilda Gonçalves Ferraz, 90 anos
Lusia Geralda da Silva, 10 anos
Maria Aparecida Rodrigues Nunes, 74 anos
Maria dos Santos Cardoso, 80 anos
Marli Carvalho Sacramento de Melo, 71 anos
Melissa de Jesus Silva, 12 anos
Nayara da Silva Almeida, 35 anos
Neuza do Nascimento da Silva, 94 anos
Noêmia Acoverde Palmeira da Nóbrega, 96 anos
Waldomiro de Lima Mendes, 93 anos

» Taguatinga

Arnelice Mares de Oliveira, 82 anos
Cloves dos Santos Oliveira, 56 anos
Francisco das Chagas da Silva Pinto, 69 anos
Francisco Pereira de Sousa, 79 anos
Iraci de Souza Pereira, 90 anos
Juscelino Elias da Silva, 67 anos
Maria Aparecida Machado Lima, 64 anos
Maria Justina Rodrigues, 88 anos
Maria Pereira Garção, 71 anos
Pedro Omar Pereira Gomes, 52 anos
Valtemir Fernandes Bento, 77 anos
Vicente da Silva Sousa, 79 anos

» Gama

José Weliton de Magalhães Silva, 58 anos
Maria da Páz de Sousa de Sá Munis, 66 anos

» Planaltina

Janilda Helena Soares, 82 anos
Lauro Carlos Robaert, 76 anos
Moisés do Nascimento Santos, 67 anos
Rita Moura de Oliveira Freire, 87 anos

» Brazlândia

Edimar Rodrigues de Oliveira, 41 anos
Nicodemos de Lima e Silva, 70 anos

» Sobradinho

Ana Bernardino da Conceição, 10 anos
Marcília Dias da Paz Almeida, 69 anos
Maria Inês dos Santos Veloso, 72 anos

» Jardim Metropolitano

João Vaz de Sousa, 16 dias anos
Manoel Gonçalves de Jesus, 59 anos

SGBO
SERVIÇO GEOLOGICO DO BRASIL - CPRM

GOVERNO DO BRASIL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
CNPJ 00091652/0001-89

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Edital de Convocação

Na forma do Estatuto Social e Legislação vigente, convocamos os Senhores Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, dia 30 de abril de 2026, às 14 horas e 30 minutos, na Sede da Companhia, localizada no Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, 5º Andar, Edifício Central Brasília, Brasília - DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

- Relatório da Administração Exercício 2025;
- Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- Destinação sobre o Resultado do Exercício 2025;
- Remuneração dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria;
- Eleição de Carla de Paiva Bezerra como membro do Conselho de Administração, indicado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, em cargo que se encontrava vago em função da renúncia de Marilene Ferrari Lucas Alves;
- Integralização ao capital social da CPRM do montante de R\$ 56.010.241,00, mediante a incorporação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, com a correspondente alteração do Art. 10º do Estatuto Social;
- Alteração do Estatuto Social, com modificação dos Arts. 4; 38; 71; 77; 85; 88; 97; 100; 107; 108; 110; 114; 115; 116; 117; 120; 122; 123; 128; e inclusão dos Arts. 132 a 136, para atualização do objeto social, adequações de governança e conformidade à Lei nº 13.303/2016, aos Decretos nº 8.945/2016 e nº 11.049/2022, e demais ajustes organizacionais e redacionais;
- Eleição de Marcelo Pereira de Amorim, como membro titular do Conselho Fiscal, indicado pelo Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional, em substituição a Flávia Filippi Gianetti;
- Eleição de Wiler Roger de Souza, como membro suplente do Conselho Fiscal, indicado pelo Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional, em recondução.

O acionista que desejar ser representado na referida Assembleia Geral deverá depositar a procuração com poderes especiais na Sede da Companhia, até às 14 horas e 30 minutos do dia 29 de abril de 2026, conforme estabelece o artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral estão disponíveis para consulta na Sede da Companhia. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento pode ser encaminhada para o endereço de e-mail seger@sgb.gov.br.

Brasília, 13 de abril de 2026
DENIS DE MOURA SOARES
Presidente do Conselho de Administração



Quando você sentir que o céu está ficando muito baixo, é só empurrá-lo para cima

Ailton Krenak



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Encontro internacional de cultura em Brasília promove a economia criativa

O Sesc-DF promove, até amanhã, o seminário internacional sobre democratização cultural, no local onde será a nova unidade na 511 Norte. Referências das mais diversas vertentes da arte de vários países, como Manuel Borja-Villel — ex-diretor do Museo Reina Sofia, na Espanha — e Mícaela Neiva — head de Relações Internacionais e Institucionais do Rio2C —, participam do grande encontro. Representantes dos Estados Unidos, Itália, Argentina, Equador, França, Chile e Bolívia estão no grupo. A liderança indígena, escritor e ativista ambiental Ailton Krenak faz palestra amanhã. Atrair os olhos internacionais para a capital federal e promover intercâmbio de experiências tem como objetivo fomentar mais consumo cultural no DF, aliado ao incentivo à economia criativa.

“O seminário nasce de uma pergunta direta: para que serve a cultura? Nossa proposta é que esse seja um espaço de debate efetivo, para refletir sobre os caminhos que as instituições precisam assumir no presente”, afirma Borja-Villel.



Fecomercio



Arquivo

Responsabilidade de desenvolvimento social e econômico por meio da arte

O seminário Internacional Cultura para Quê? se propõe a gerar reflexão sobre a responsabilidade social das instituições culturais em garantir mais acesso da população às expressões artísticas. E como podem contribuir para serem agentes de transformação para uma sociedade mais inclusiva. “Pensamos a arte como forma de unir, de estabelecer pontes e interação entre diversos segmentos da população. Não pode ser algo isolado, com acesso restrito. Nosso empenho no Sesc é ampliar isso de forma real, e conectar o DF com o mundo e com suas próprias expressões culturais”, frisou Valcides.

Celina pede ajuda de supermercados para comprarem produção agrícola do DF

Representantes do setor de supermercado, de produtores rurais e do GDF se reuniram, no Palácio do Buriti, em encontro convocado pela governadora Celina Leão. Na pauta, a criação de um projeto que amplie a presença de produtos do Distrito Federal nas gôndolas dos estabelecimentos comerciais. A proposta prevê a criação de um selo de identificação para valorizar a produção local, fortalecer os pequenos produtores e estimular, entre os consumidores, o reconhecimento e a preferência por itens feitos na capital. A partir de hoje, um grupo de trabalho começa a atuar na formulação do projeto. Secretaria de Agricultura e Emater fazem parte do grupo.



Reprodução

Demanda dos produtores da Feira da Goiaba



A ideia ganhou força após visita da governadora à Feira da Goiaba, em Brazlândia, onde produtores relataram a necessidade de mais apoio para comercializar seus produtos no próprio Distrito Federal, sem depender do envio para outros estados. “A gente pode lançar esse programa aqui no GDF. Tenho certeza de que a população do DF compraria se soubesse que o produto é daqui, que é fresquinho, que é do nosso quintal. Eles vão abraçar”, disse a governadora.

Cadastro facilitado para os fornecedores locais

“Precisamos facilitar o cadastro desses produtos dentro das lojas. Pelo que já conversei com os proprietários das redes de supermercados, há uma percepção muito positiva sobre essa iniciativa. Vamos mostrar que somos parceiros e que estamos unidos pelo bem da nossa cidade. São produtos de qualidade, que podem fortalecer ainda mais a economia do Distrito Federal”, afirmou o presidente do Sindisuper-DF e da Associação dos Supermercados (Asbra), Jair Prediger.

Sucesso na Casa de Chá

Durante a reunião, o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, destacou que a valorização da produção local é uma prática consolidada na Casa de Chá, cafeteria-escola do Senac-DF em parceria com a Secretaria de Turismo. O espaço se tornou um exemplo de como produtos locais podem ser incorporados com qualidade, identidade regional e boa aceitação do público.



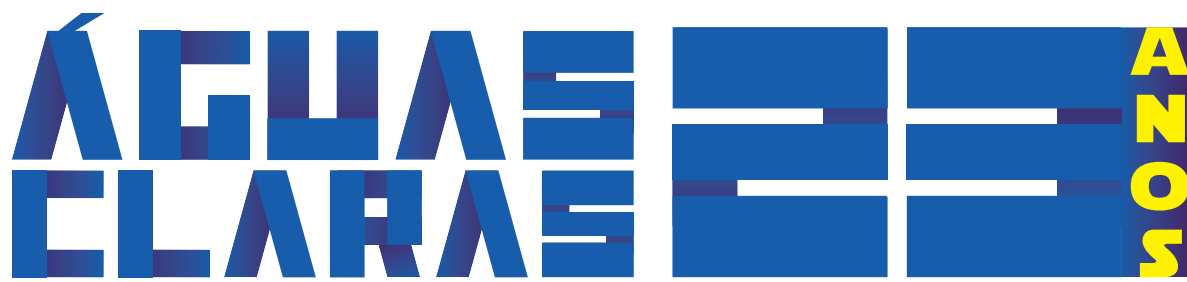
Divulgação

Inclusão de catadores na cadeia global dos biocombustíveis

Durante a Hannover Messe, na Alemanha, o Brasil avança na construção de modelo voltado à inclusão de catadores e cooperativas na cadeia produtiva dos biocombustíveis. A proposta é ampliar a captação de diferentes tipos de óleo residual, especialmente óleo de cozinha usado. A iniciativa reúne a expertise de empresas brasileiras e do Sebrae na capacitação e na formalização de pequenos negócios, cooperativas e trabalhadores da reciclagem, dando início a uma rede nacional capaz de conectar coleta, logística e indústria em escala.

Positivo para meio ambiente, economia e indústria

Há impacto positivo para o meio ambiente, porque evita que o óleo residual seja descartado incorretamente e polua rios e sistemas de água. É positivo para a economia, pois gera renda e oportunidades para quem mais precisa. É estratégico para a indústria, ao criar uma fonte sustentável de matéria-prima reconhecida globalmente.



Águas Claras é um símbolo de modernidade, planejamento e qualidade de vida no Distrito Federal.

Uma região que cresce em ritmo acelerado, conecta pessoas, impulsiona negócios e traduz o estilo de vida urbano contemporâneo. No mês do seu aniversário, em maio, a cidade ganha ainda mais visibilidade, engajamento e protagonismo.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília apresentam um projeto exclusivo para gerar uma conexão única entre as marcas e um público qualificado, dinâmico e em constante movimento.

Entre em contato com nosso comercial!

Associe sua marca a um dos projetos mais estratégicos do DF.



Apoio:



Realização:

Promoção:

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



As professoras Marcella Lemos Brettas Carneiro (E) e Graziella Joanitti (D) inventaram a máscara Vesta que bloqueia o vírus da covid-19

A inovação em favor do cuidado atingiu um novo patamar durante os tempos de pandemia. Como resultado de pesquisas desenvolvidas na UnB, foi criada a máscara Vesta, um equipamento de proteção que também ajuda a reduzir a atividade do vírus da covid-19

Protagonismo feminino na ciência

» MILA FERREIRA

Os tempos sombrios de pandemia foram combustível para inovações científicas em favor do cuidado. Desenvolvida na Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o setor produtivo, a máscara Vesta foi capaz não só de reter o vírus da covid-19, mas também de reduzir a atividade do microrganismo. A criação conquistou o primeiro lugar no Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação para o SUS em 2025. Nesta semana em que Brasília comemora 66 anos, o **Correio** conversou com as professoras e pesquisadoras Marcella Lemos e Graziella Joanitti que estiveram à frente da produção do equipamento, disponibilizado à sociedade em 2022.

A UnB foi o lugar onde tudo se tornou possível. “A universidade ofereceu muito mais do que estrutura, ofereceu um ambiente de colaboração, de formação e de confiança. Foi esse espaço que permitiu transformar uma ideia científica em uma tecnologia real, percorrendo todo o caminho até chegar à sociedade”, enalteceu Marcella Lemos. “Esse projeto mostra, de forma muito concreta, o papel da universidade pública: um espaço que não apenas produz conhecimento, mas responde a crises e gera impacto na vida das pessoas”, acrescentou a professora.

A universidade conta com uma estrutura específica para apoiar a proteção e o licenciamento de tecnologias desenvolvidas internamente: o CDT, Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Universidade de Brasília. O centro ofereceu suporte na orientação e condução dos processos de depósito de patente, bem como nas negociações, análises jurídicas e etapas relacionadas ao licenciamento e à comercialização da máscara. “Esse apoio demonstra como a UnB valoriza a inovação e reconhece a importância das tecnologias geradas em seu ambiente de pesquisa. O trabalho realizado pelo CDT foi decisivo para viabilizar os trâmites necessários, garantindo mais segurança jurídica, clareza nos acordos e o devido reconhecimento a todos os envolvidos no desenvolvimento da tecnologia”, ressaltou a professora Graziella Joanitti.

O projeto recebeu apoio financeiro de diferentes instituições, como FAPDF, UnB, FioCruz, Capes, CNPq, CNBB, entre outras, além de uma campanha de financiamento coletivo junto à sociedade. “Esse conjunto de apoios foi essencial para transformar a iniciativa em realidade. Em apenas dois anos, a máscara percorreu todo esse caminho, da pesquisa ao mercado, o que representa um marco importante e um tempo recorde para um processo de desenvolvimento tecnológico dessa natureza”, disse Graziella.

“A máscara Vesta é mais do que um equipamento de proteção, ela é um exemplo concreto de como a ciência pode se transformar em cuidado”, afirmou Marcella Lemos, da Faculdade de Planaltina da UnB (FUP), que atua nas áreas de nanotecnologia aplicada à saúde e ao desenvolvimento de biomateriais. Ela integra projetos de inovação voltados à proteção e ao cuidado em saúde. “Pesquisadores, estudantes e profissionais da saúde se uniram em uma rede colaborativa que atravessou instituições, áreas



Veja vídeo com o trabalho das pesquisadoras da UnB sobre a máscara Vesta contra covid-19

do conhecimento e até setores da sociedade. Foi um movimento de construção conjunta, movido por urgência, mas também por propósito”, complementou.

Desenvolvida com nanotecnologia, ela combina alta capacidade de filtração com um diferencial importante: um nanofilme antiviral à base de quitosana, que ajuda a reduzir a atividade de vírus na superfície do material. “Na prática, isso significa ampliar a segurança de quem usa, especialmente em contextos de alto risco. Mas, simbolicamente, ela representa algo maior: a capacidade da ciência de sair do laboratório e chegar às pessoas, protegendo vidas de forma direta”, explicou a professora Marcella.

A proposta era aprimorar a máscara N95, que já era utilizada como equipamento de proteção individual. “A ideia era incorporar um nível adicional de segurança. Para isso, a máscara passou a contar com uma camada de nanopartículas derivadas de compostos naturais, biocompatíveis e seguros”, detalhou a professora Graziella Joanitti.

Futuro

Para a professora Marcella Lemos, o vislumbre de um futuro justo e promissor passa a valorização da ciência e da educação. “Também acredito muito na força da colaboração. Grandes conquistas não são individuais, elas são construídas coletivamente”, destacou. “O conhecimento pode gerar impacto. Aquilo que começa pequeno pode, sim, alcançar muitas pessoas. Mas, é importante lembrar que nada disso acontece sem investimento. Apoiar a ciência é, também, cuidar do futuro”, completou.

Graziella Joanitti defendeu a busca de caminhos que passem pela sustentabilidade. “No campo da pesquisa, da ciência e da inovação, eu diria para que cultivem a curiosidade, busquem oportunidades em universidades e centros de referência e pensem sempre em soluções que caminhem junto com a sustentabilidade, a qualidade de vida e o desenvolvimento da sociedade”, salientou. “Eu imagino Brasília como um centro de referência para a ciência no país, reunindo instituições fortes, pesquisadores qualificados e projetos com impacto real para a sociedade. Espero uma cidade que continue crescendo, mas com um olhar atento para o futuro, para a qualidade de vida das pessoas e para o desenvolvimento sustentável”, pontuou.

“Brasília tem um potencial muito grande de se consolidar como um polo de ciência, tecnologia e inovação. E isso não é apenas uma expectativa, é algo que começa a se materializar em projetos, parcerias e iniciativas que nascem aqui”, observou Marcella. “Daqui a 10 anos, espero ver uma cidade ainda mais conectada com o conhecimento, com universidades fortalecidas e com uma integração maior entre ciência, políticas públicas e sociedade. Brasília tem essa vocação: ser um lugar onde ideias se transformam em soluções”, concluiu.

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Flamengo em vantagem

O Flamengo chegou ao sexto triunfo consecutivo. Ontem, o rubro-negro bateu o Vitória por 2 x 1 e saiu na frente por vaga nas oitavas de final da Copa do Brasil. Everton Araújo e Pedro marcaram. No jogo de volta, em 14 de maio, os cariocas podem empatar para avançar de fase.



Gilvan de Souza/Flamengo

NEGÓCIOS Como antecipou o **Correio**, Arena BSB e BRB encerram parceria e concessionária coloca direitos do nome à venda em segmento aquecido que movimentou R\$ 2 bilhões no Brasil, turbinado por banco digital

Mané no mercado

MARCOS PAULO LIMA

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O casamento entre a concessionária Arena BSB e o Banco de Brasília chegou ao fim. Como antecipou o blog *Drive de Corpo* do **Correio Braziliense**, em 15 de abril, o segundo estádio com maior capacidade de público do país (72.788), atrás apenas do Maracanã (78.838), volta a ter uma estrela solitária no nome: Mané Garrincha. O naming rights "Arena BRB" sai de cena após três anos e quatro meses até o fechamento do contrato com um novo parceiro comercial. A reportagem publicada há uma semana revelava que uma agência estava no mercado à caça de um novo investidor.

A primeira partida sem o nome da instituição financeira estatal na "fachada" será neste sábado. Sem-teto por causa da realização de um show no Nilton Santos, o Botafogo receberá o Internacional no sábado na arena batizada com o apelido do Anjos das Pernas Tortas, maior ídolo alvinegro, às 18h30, pela 13ª rodada do Campeonato Brasileiro.

Arena BSB oficializou o fim do acordo em nota oficial publicada às 18h de ontem. "A Arena BSB SPE S/A, concessionária da Arena Mané Garrincha e Arena Nilson Nelson comunicam que, a partir de 23 de abril de 2026, ocorrerá o encerramento da utilização da marca "BRB" como naming rights dos equipamentos", inicia o texto.

Os gestores do estádio acrescentam: "Gradualmente serão retiradas todas as marcas, identificações e demais elementos visuais associados, em um processo conduzido de forma planejada e coordenada entre as partes", informa, referindo-se à Arena BSB e ao BRB.

O documento finaliza dizendo: "A Arena BSB SPE destaca que a readequação não impactará a continuidade das atividades do complexo, que será operada normalmente, e registra seu reconhecimento pela parceria institucional estabelecida com o Banco de Brasília pelo período de 2022 a 2026". O banco detalha dados da parceria.

O contrato de 2022 com o BRB previa o pagamento de R\$ 2,5 milhões por ano e gatilhos por evento que poderiam variar de R\$ 3,5 milhões a R\$ 4 milhões

"Desde 2022, mais de 7 milhões de pessoas circularam pelo Complexo em mais de 700 eventos considerando grandes shows nacionais, turnês internacionais, jogos de futebol, feiras e eventos corporativos", indica.

O documento encerra: "Essa movimentação é indutora de crescimento para Brasília, com mais de R\$ 3 bilhões injetados na economia do DF nos setores de turismo, bares, hotelaria e transporte, além da geração de emprego e renda para todo o setor de entretenimento". Segundo a concessionária, 50 milhões de pessoas foram alcançadas pela marca BRB.

Inaugurado em 2013 para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de 2014, o Mané foi administrado pelo Governo do Distrito Federal até 2021. O BRB assumiu o naming rights do estádio no começo da temporada de 2022. O banco atribuiu a decisão de não renovar o acordo a uma contenção de despesas em meio à grave crise financeira e de credibilidade.

O valor dos naming rights foi fechado em R\$ 12 milhões por ano. O montante seria repassado da seguinte maneira: R\$ 6 milhões fixos e outros

R\$ 6 milhões em remessas que variariam de acordo com as negociações. Quanto mais eventos, maiores seriam as parcelas. O contrato teria terminado em dezembro de 2024, mas não houve aditivo nem renovação. Consequentemente, os repasses acertados foram interrompidos por 15 meses até o início da crise no banco estatal acelerar o encerramento da parceria.

Bombando

A caça da agência representante do Mané Garrincha a um novo parceiro é oportunista. O mercado dos naming rights está aquecido depois de o Nubank acertar a compra dos direitos até 2044 por um valor estimado de R\$ 50 milhões por ano. Antes, o banco digital havia fechado com o estádio do Inter Miami, time de Lionel Messi e Luis Suárez na Major League Soccer (MLS), a liga de futebol profissional dos Estados Unidos. Valor: US\$ 19 milhões por temporada em um contrato de 15 anos.

Segundo especialistas, o setor ficou estagnado nos últimos anos e volta com força total. Além do negócio fechado pela W Torre com a casa

do Palmeiras e das negociações em curso do Mané Garrincha, há movimentações nos bastidores pelo Maracanã e a Arena do Grêmio. Morumbi e Neo Química Arena também estão na lista dos investidores.

"O modelo de consolidação de naming rights se espalha pela Europa e os Estados Unidos, e serve de referência ao Brasil, não apenas pelos gigantescos acordos comerciais com clubes a arenas, mas pelas ativações e geração de oportunidades que elas proporcionam, fazendo com que os ganhos vão além das questões financeiras, mas também levam engajamento junto ao público", analisa Anderson Nunes, Head de Negócios da Casa de Apostas, que adquiriu naming rights de dois estádios de Copa do Mundo: Arena Fonte Nova, em Salvador, e da Arena das Dunas, em Natal.

O Brasil segue a tendência, por exemplo, do Campeonato Alemão. Dos 18 clubes da elite da Bundesliga, apenas três não comercializaram naming rights. Entre os principais estádios do país, pelo menos 10 têm nomes privados (**leia infografia**). Outros estádios habilitados a receber

jogos das duas principais divisões do país também comercializaram nomes. São os casos do Mané Garrincha, Arena das Dunas, Pacaembu e Santa Cruz, do Botafogo-SP.

Todos esses acordos, somado os períodos em que os contratos foram fechados, ultrapassam as cifras de R\$ 2 bilhões. Parece muito, só que não. Palco da final da Copa do Mundo de 2026, o MetLife Stadium foi fechado por R\$ 2,1 bilhão em um país no qual o segmento movimentou US\$ 2,5 bilhões e 90% das arenas ostentam algum tipo de acordo.

Pioneiros, os Estados Unidos registraram o primeiro caso de venda de naming rights em 1973. A Rich Products Corporation passou a agregar a marca ao Estádio Buffalo Memorial Auditorium — demolido em 2009 —, rebatizado de Rich Stadium. O espaço foi uma arena multiuso localizada em Buffalo, Nova York, e abrigou tanto o Buffalo Bills (NFL) quanto os Buffalo Sabres (NHL), além de sediar outros eventos, como jogos de basquete universitário, shows e lutas. O primeiro caso no Brasil é de 2005. A Arena da Baixada virou Kyocera Arena.

Naming rights no Brasil

Morumbis/São Paulo
R\$ 90 milhões
por 3 anos
■ R\$ 30 milhões por ano

Nubank/Palmeiras
R\$ 900 milhões
por 18 anos
■ R\$ 50 milhões por ano

Neo Química Arena/Corinthians
R\$ 300 milhões
por 20 anos
■ R\$ 15 milhões por ano

Casa de Apostas Arena Fonte Nova
R\$ 52 milhões
por 4 anos
■ R\$ 13 milhões por ano

Arena MRV/Atlético-MG
R\$ 60 milhões
por 10 anos
■ R\$ 6 milhões por ano

Arena BRB Mané Garrincha
R\$ 7,5 milhões
por 3 anos
■ R\$ 2,5 milhões por ano*

Mercado Livre Arena Pacaembu
R\$ 1 bilhão
por 30 anos
■ R\$ 33,3 milhões por ano

Arena Crefisa Barueri Propriedade da Crefisa

Ligga Arena /Athletico-PR
R\$ 200 milhões
por 15 anos
■ R\$ 13,3 milhões por ano

*Havia gatilhos com variáveis que poderiam oscilar entre 3,5 e 4 milhões

COPA 2026

Contusão deixa a convocação de Estêvão por um triz

A presença de Estêvão na Copa do Mundo está em xeque. O atacante do Chelsea sofreu uma lesão de grau 4 na coxa direita e não teria condições de se recuperar a tempo de defender a Seleção Brasileira no Mundial.

O brasileiro foi substituído na derrota do time londrino para o Manchester United por 1 x 0, no sábado, 18, pela Premier League. Exames preliminares apontaram para um problema leve, mas uma análise mais aprofundada atestou

a gravidade da lesão.

A CBF aguarda um posicionamento do Chelsea para entender a situação de Estêvão. O atacante é um dos destaques do Chelsea e tem oito gols e quatro assistências em 36 partidas na temporada de estreia pelo time inglês. De acordo com o técnico Liam Rosenior, o brasileiro não segurou as lágrimas no vestiário após a lesão. Ele só deve voltar a jogar pela equipe de Londres na próxima temporada.

O brasileiro vive a expectativa

de voltar aos gramados em 30 dias. A convocação para a Copa será em 18 de maio e apresentação do grupo em 13 de junho. Ancelotti torce para que não haja mais baixa até a Copa. O treinador não contará com Rodrygo, do Real Madrid, que sofreu grave lesão no joelho. Para o ataque, o italiano deve ter Vinicius Junior, Raphinha, João Pedro, Luiz Henrique, Matheus Cunha e Gabriel Martinelli. Endrick, Igor Thiago e Rayan brigam por uma vaga no setor.

Trump

A pedido do homem de confiança italiano Paolo Zampolli, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sugeriu, ontem, ao presidente da Fifa, Gianni Infantino, a retirada do Irã da Copa do Mundo e a inclusão da Itália no Grupo G com Egito, Bélgica e Nova Zelândia. Embora a Fifa resista em meio à guerra entre os norte-americanos e os persas, Trump não dá garantias de segurança à delegação do Irã na Copa.



O xodó de Ancelotti se lesionou no fim de semana no jogo do Chelsea

Copa do Brasil

Rafael Rodrigues/EC Bahia



Bahia x Remo

Com gols de Tchamba, Yago Pikachu e Alef Manga, o Remo bateu o Bahia na Fonte Nova por 3 x 1 e pode perder por um gol de diferença no jogo de volta, que ainda avança às oitavas.

Mateus Dutra/Cruzeiro



Goiás x Cruzeiro

No Serra Dourada, o Goiás não decepcionou sua torcida. Pela ida da 5ª fase da Copa do Brasil, recebeu o Cruzeiro e, com direito a gol no último minuto, arrancou o empate por 2 x 2.

Raul Baretta/Santos



Santos x Coritiba

Santos e Coritiba ficaram no empate sem gols, ontem, na Vila Belmiro, no jogo de ida da quinta fase da Copa do Brasil. O jogo de volta está previsto para 13 de maio, no Couto Pereira.

Ricardo Duarte / Internacional



Athletic-MG x Inter

O Inter derrotou o Athletic-MG, de virada, por 2 x 1, com gols de Bernabei e Bruno Henrique, no Orlando Scarpelli, em Florianópolis. A volta será em 12 de maio, no Beira-Rio.

Ari Ferreira/Red Bull Bragantino



Bragantino x Mirassol

No duelo entre times do interior paulista, prevaleceu o equilíbrio. No jogo de ida da quinta fase, Red Bull Bragantino e Mirassol empataram por 1 x 1. A volta será em 13 de maio.

Mateus Lotif/FEC



Fortaleza x CRB

O confronto nordestino entre Fortaleza e CRB terminou com vitória dos cearenses, por 2 x 1. Os alagoanos largaram na frente, mas Miritello e Mailton decretaram a virada do Leão do Pici.

ESPORTES

ENTREVISTA
RADAMÉS LATTARI

Presidente da Confederação Brasileira (CBV) exalta série de eventos na cidade. Programação começou com o circuito de praia, que será seguido da elite mundial das areias e da Liga das Nações das quadras

"Brasília está dando um presente ao vôlei"

DANILO QUEIROZ

Na semana do aniversário de 66 anos, comemorado na terça-feira, Brasília ganhou um baita presente esportivo. Marcada por receber de coração aberto pessoas de todos os cantos do país, a cidade ganha o status de capital de uma das modalidades mais amadas pelos brasileiros. Até domingo, com ingressos gratuitos, o Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia desembarca por aqui. Na sequência, entre 29 de abril e 3 de maio, a nata da vertente de areia do esporte esbanja talento no Circuito Mundial. Em junho, as seleções de quadra entram em cena nas etapas masculina e feminina da Liga das Nações (VNL).

A sequência de competições de grande porte se apresenta como um reconhecimento da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) durante as festividades de aniversário. Mas, em entrevista exclusiva ao *Correio*,

presidente Radamés Lattari garante: é a cidade quem está agradando a entidade com acolhimento, carinho e, principalmente, capacidade de organização. No bate-papo, o dirigente de 68 anos enumera as qualidades e a expertise de Brasília para abrigar grandes disputas do calendário, além do potencial de crescer ainda mais no cenário nacional e mundial do vôlei.

Com mandato efetivo à frente da entidade desde janeiro de 2025, Lattari detalhou avanços da gestão, prospectou a importância dos eventos deste ano no ciclo em direção aos Jogos Olímpicos de Los Angeles-2028, explicou os avanços da reformulação estrutural da Superliga e a possibilidade de Brasília receber, futuramente, a decisão única da elite nacional das quadras. Tudo sob a ótica da expectativa das competições dos próximos meses. "Vamos tentar retribuir não só com resultados, mas com carinho, tentando aproximar o público cada vez mais dos atletas. Pedimos que todo mundo vá dar carinho, incentivo, para que nossas equipes possam ter grandes participações."

Brasília vai receber uma sequência importante de eventos, tanto no vôlei de quadra quanto no de praia. O que pesou na escolha da cidade para esse momento?

Brasília, além de ser a capital oficial do país, vai se tornar por um período a capital do vôlei brasileiro e mundial. A cidade reúne uma combinação de fatores: estrutura logística, experiência na organização de eventos e localização central, facilitando o deslocamento de delegações e torcedores de todas as regiões. Há uma excelente rede hoteleira e demonstrou capacidade de organizar grandes eventos. Além disso, sempre contamos com uma grande colaboração do governo local e da Secretaria de Esportes. O Renato Junqueira, secretário, faz de tudo para colocar Brasília nas melhores condições para receber grandes eventos.

Essa sequência de eventos já aconteceu outras vezes em Brasília. O quanto esse histórico facilita o planejamento?

Facilita bastante. Há dois ou três anos, tivemos a Liga Mundial

acoplada ao mundial de vôlei de praia. Tinha um apelo por parte do Renato Junqueira, o deputado federal Júlio César e o secretário Rodrigo Delmasso sempre pediram a volta desses eventos. Neste ano, conversamos com o governo do Rio. Eles falaram do Pré-olímpico, mas a VNL está na hora de voltar para Brasília para atendermos os fãs do Brasil inteiro. É uma cidade central, os fãs do Norte e do Nordeste se deslocam com facilidade. Além disso, o sucesso de público sempre existe. A torcida superlota até a parte de fora dos hotéis onde as delegações ficam hospedadas. É impressionante o carinho demonstrado pelos fãs com nossas seleções e os atletas do vôlei de praia.

Como a CBV mede o sucesso de uma operação desse porte? O que pesa mais: público, audiência ou retorno esportivo?

É a soma de tudo isso. Primeiro, há a participação do governo local. Segundo, o público que comparece. Terceiro, o fácil acesso para

Carlos Vieira/CB/DA Press



Dhavid Normando/CBV



que pensam que os patrocinadores locais deveriam investir mais, porque é uma cidade que tem condições de ter grandes times em diversas modalidades. Não digo só do vôlei. Brasília tinha tudo para ser também a nossa capital esportiva, porque poucas cidades têm tantos ginásios. Quando você vai para a região do Lago Sul e do Lago Norte, fica impressionado. É um clube atrás do outro, todos muito bem equipados, com excelentes ginásios. Brasília reúne condições para ser um grande destaque no esporte nacional.

Organizar eventos em sequência, com estruturas diferentes, como areia e quadra, gera desafios. O que mais pesa nesse processo?

A dor de cabeça é mais no início, quando se faz a montagem do projeto e fica naquela ansiedade de começar a construção no Parque da Cidade ou a montagem da quadra no Nilson Nelson. Mas a experiência que a CBV tem de organizar esses eventos, junto com o desejo da cidade de Brasília de receber, faz com que isso seja muito mais uma ansiedade do que uma dor de cabeça. O somatório da logística, da experiência da CBV e do desejo da cidade é um casamento perfeito.

Esses eventos marcam simbolicamente a metade do ciclo até os Jogos Olímpicos de Los Angeles-2028. Como está o planejamento das seleções e qual é o papel desses eventos nesse processo?

Nós temos que relembrar, antes de tudo, que uma das principais razões de estarmos olhando para Brasília também é uma forma de homenagear o Banco do Brasil, que há 35 anos é patrocinador do vôlei de praia. É um recorde. Nenhum patrocinador está há tanto tempo com a mesma modalidade. Nos orgulhamos muito. Eles são muito mais que patrocinadores, são parceiros da CBV. Isso faz com que tenhamos a responsabilidade de tratar esses eventos como preparativos para nossas equipes. Nesse ano, ainda temos Pre-Olímpico na quadra e na praia. As participações em Brasília são de fundamental importância

para nossas equipes adquirirem experiência e condições de tentar conquistar uma vaga. Com dois anos de antecedência, daria tranquilidade para fazer o restante do ciclo. Brasília é, sem dúvida, um divisor de águas na nossa preparação para esse ciclo.

Brasília está na rota para receber uma final única da Superliga?

É uma guerra. Brasília é sempre uma sede que está nos nossos pensamentos. Uma final de Superliga precisa ser em um ginásio com grande capacidade de público. Temos o Maracanãzinho, o Ibirapuera, o Mineirinho, a Arena BRB, no Amazonas, no Pará. Em termos de televisão e retorno de mídia, a gente acaba concentrando mais em Rio, São Paulo, Minas Gerais e Brasília. Então, Brasília está sempre entre as quatro candidatas. A gente espera, em breve, poder trazer novamente as finais da Superliga para a cidade. Se for um grande evento mais uma vez na Liga das Nações, quem sabe o pessoal não tome o gosto de nos propor as finais do próximo ano no DF. Este ano será em São Paulo.

Em qual estágio estão as discussões sobre mudanças na organização da Superliga?

A gente criou uma comissão junto com os clubes, presidida pelo Minas Tênis Clube. Os clubes vêm tendo reuniões frequentes com a CBV, e a CBV também tem conversado com investidores interessados em serem sócios da Superliga. Temos que criar um modelo de negócios e é isso que está em discussão. Existem dois ou três modelos na cabeça de todos. Atualmente, o dever de casa está com os clubes, que levaram essas possibilidades para estudarem e depois trazerem uma proposta para a CBV. Ao mesmo tempo, seguimos conversando com investidores. A ideia é, ainda neste ano, ter um modelo diferente de negócio na Superliga. Preferimos ser mais lentos para acertar do que ser veloz e errar.

Que legado essa sequência de eventos pode deixar para Brasília?

Programe-se

4ª etapa do Circuito Brasileiro

Até domingo (26/4), no Parque da Cidade

Ingressos: gratuitos com resgate na plataforma Sympla

2ª etapa do Brasileiro Sub-21

De 26 a 28 de abril, no Parque da Cidade

Etapa Elite do Circuito Mundial

De 29 de abril a 3 de maio, no Parque da Cidade

Liga das Nações de Vôlei (VNL)

Etapa feminina: de 3 a 7 de junho, no Nilson Nelson

Etapa masculina: 10 a 14 de junho, no Nilson Nelson

Não tenho a menor dúvida de que todo grande evento causa impacto na cidade. Lembro que, há três anos, quando realizamos a VNL, na semana seguinte vários clubes registraram aumento no número de alunos nas escolinhas. Também cresce o interesse de patrocinadores em estar junto de equipes. Além disso, aumenta o interesse do público em assistir às partidas das equipes masculina e feminina. Quem sabe quando o time masculino alcançar o objetivo de estar na Superliga A, isso se torne cada vez mais forte a partir do momento que o público se interesse mais por assistir e participar dos jogos da equipe.

Após pouco mais de um ano à frente da CBV, qual balanço faz da gestão?

A gente cresceu na organização da Superliga, passou a investir muito mais nas categorias de base e temos uma sede na França para que nossas equipes de praia e de quadra possam ter um intercâmbio maior, principalmente com os times europeus. É um caminho que ninguém mais pode fazer nada sem uma gestão com ética, transparência e sustentabilidade. Temos ações contra a homofobia e qualquer tipo de preconceito. Batemos recorde no número de eventos de vôlei de praia, mais do que qualquer país do mundo. O Brasil realiza seis a nível mundial. A China fez dois. Isso fez com que nossos atletas pontuem mais no ranking sem ter tantas despesas. Em vez de ir ao exterior, trazer as competições para cá aumenta o número de duplas participando. Estamos fazendo de tudo para popularizar o vôlei dentro de uma gestão marcada por ética, transparência e estamos obtendo resultados.

Na semana do aniversário da cidade, esses eventos são um presente para Brasília?

Nós deveríamos dar um presente a Brasília, mas acho que é a cidade que está dando um presente ao vôlei ao nos acolher e nos receber. Vamos tentar retribuir esse abraço através de carinho, resultado e organização nesses eventos.

NBB

O Brasília abriu a série melhor de cinco confrontos contra o Caxias do Sul, pelos playoffs do Novo Basquete Brasil, com vitória no Ginásio Nilson Nelson, por 73 x 64. O ala-pívô Paulichi foi o cestinha, com 26 pontos. Agora, a equipe do DF se prepara para dois confrontos em quadras gaúchas, no sábado e na segunda-feira.

LBF

Na Liga de Basquete Feminino, o Cerrado amargou a segunda derrota consecutiva. Três dias depois de ser batido pelo líder Sampaio Corrêa, a companhia da capital federal tropeçou no interior paulista contra o Sesi Araraquara, por 73 x 61. O próximo jogo é contra o Sodiê Mesquita, em 1º de maio, às 17h30, no Ginásio Sesc Ceilândia.

TÊNIS

João Fonseca conheceu o adversário de estreia no Masters 1000 de Madri, após ficar de fora da primeira fase como benefício de ser cabeça de chave. Ele terá pela frente um duro teste no primeiro confronto ao encarar o croata Marin Cilic, ex-número 3 do mundo e atual 51º na lista da ATP. A partida está prevista para amanhã, mas sem horário confirmado.

NBA

O Portland Trail Blazers chega à primeira participação nos playoffs em cinco anos e circulam rumores de conversas do novo proprietário, Tom Dundon, com possíveis candidatos para substituir o técnico brasileiro Tiago Splitter. O catarinense assumiu a equipe em outubro de 2025, após a prisão do ex-treinador, envolvido com jogos ilegais.

TÊNIS DE MESA

São José dos Campos (SP) receberá o WTT Star Contender Brasil 2026, de 21 a 26 de julho. O torneio é considerado um dos principais do circuito mundial da modalidade e reunirá, entre os 80 previstos, alguns dos maiores atletas do ranking. Grande estrela entre os asiáticos, Hugo Calderano é aguardado.

SALTOS

Brasília está sediando, até 3 de maio, o Campeonato Brasileiro de Saltos Ornamentais 2026, com entrada gratuita e programação diária, das 9h às 17h, no Centro Olímpico e Paralímpico do Gama. O evento reúne mais de 150 atletas de todas as regiões do país, além de delegações internacionais no complexo de alto nível.

Explore a W3, uma das avenidas mais emblemáticas de Brasília, em um especial interativo com curiosidades, fatos históricos, vídeos e relatos de quem vive esse comércio a céu aberto.

Especial Interativo

W3

A AVENIDA DE BRASÍLIA

Aponte a câmera e explore



CORREIO BRAZILIENSE
www.correio braziliense.com.br

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Vênus e Urano em conjunção.

É possível conceber o mundo em que gostaríamos de existir, e apesar de ser abstrata a concepção, e muito distante da realidade concreta em que existimos, ainda assim é valioso investir nas ideias. Nossa humanidade é capaz de criar um mundo infinitamente melhor do que esse em que existimos, e como não creio em conspirações, que são matematicamente impossíveis de ser verdade, só me resta aceitar que o mundo não é como o concebemos por pura preguiça de fazer tudo que seja necessário para que a ideia se torne realidade concreta. Ainda assim, mesmo que nossa humanidade não tenha o poder de realizar automaticamente suas ideias, é sabido que pensar é perigoso, porque os pensamentos são o gatilho das revoluções, que podem ser abafadas pelo poder dominante, mas nunca destruídas completamente.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Pensar demais é perigoso e contraproducente, mas pensar bem é uma bênção disponível a todas as pessoas que tiverem a boa vontade de se esforçar nesse sentido. Será você uma das almas escolhidas? Pense bem para isso.

TOURO
21/04 a 20/05

Apesar de todos os pesares que pesam sobre seu corpo e alma, e apesar de todos os pesos que as pessoas, inadvertida ou intencionalmente agregam ao que você já carrega, os primeiros sinais de libertação se fazem sentir.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Longo mais você precisará começar a se organizar direito, mesmo que sua alma se sinta, como sempre, inclinada a improvisar tudo. A improvisação é marca registrada de sua atuação, mas agora as coisas são diferentes.

CÂNCER
21/06 a 21/07

As coisas acontecem como devem acontecer, isto é, como os mistérios da vida ditam, e em alguns casos são bem diferentes de como nós desejamos ou criamos expectativas. Adapte-se rapidamente às mudanças em curso.

LEÃO
22/07 a 22/08

Com ordem, planejamento e organização, sem grandes dramas ou espetáculos, você recuperará tudo que perdeu no passado. Não se trata, apesar disso, de retornar ao passado, se trata de você assumir seu lugar por direito.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Mantendo tudo em ordem e persistindo no caminho escolhido, mesmo que tudo pareça dar errado, ainda assim a vida estará junto a você protegendo e encaminhando na melhor direção possível. É só confiar na Vida.

LIBRA
23/09 a 22/10

Procure abrir os olhos, físicos e o da alma, ao bem-estar que chama você de lá de um futuro que não é distante nem próximo ainda, já que essa distância será decidida no íntimo de seu coração, por acreditar ou não.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Como resultado de nossa estreita visão da realidade, enquanto a vida nos protege evitando que caiamos nas armadilhas pelas quais ardemos de vontade de conquistar, pensamos que estamos sendo castigados. Nada disso.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

O equilíbrio nos relacionamentos não depende de cobranças e acusações, isso apenas acentua o desequilíbrio. O equilíbrio e a harmonia desejáveis depende de haver solidariedade, cooperação e clara noção de interdependência.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Nada de errado, tudo certo, porém, mesmo assim a alma sente uma ponta de angústia, como se o fim do mundo se avizinhasse. Nada disso é real, ou melhor, nada disso diz respeito de seu caminho. São as coisas do mundo.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Movimento é o que provoca alegria e leveza, portanto, ainda que tenha mil e uma queixas que legitimem o peso de sofrer, mesmo assim dance sem se importar com nada nem ninguém. Isso acelerará o processo de libertação.

PEIXES
20/02 a 20/03

O futuro que você imaginava veio para ficar, depois de longos e cansativos esforços que, apesar de não terem acabado, mesmo assim surge uma alegria indômita para sua alma saltitar, dançar e celebrar a vida. É assim.

CINEMA

Cabeças nã tela

Thiago Soares



Imagens do filme *Geração Cabeças*, de Moacir Macedo

» NAHIMA MACIEL

Foram necessários 10 anos de pesquisa para Moacir Macedo chegar ao formato final de *Geração Cabeças*, o documentário que apresenta hoje, às 20h, no Cine Brasília. Desde 2016, o pesquisador vasculha acervos, sobretudo particulares, em busca de imagens em filme ou fotografia do movimento icônico criado por Neio Lúcio no final dos anos 1970. "Nós digitalizamos muitos acervos, centenas de fotografias e negativos, fizemos um trabalho de cooperação com as pessoas que ajudaram a fazer o Concerto Cabeças e envolvemos outros eventos que ocorreram no período em que o Cabeças esteve ativo", explica.

A ideia foi resgatar uma história que começou com a Galeria Cabeças, idealizada por Neio Lúcio em 1978 e que tornou-se um pólo agregador de artistas e poetas com séries de concertos e recitais, na área comercial da 311 Sul. "A gente está resgatando um período que, na verdade, nunca foi documentado sobre o movimento Cabeças, e a gente traz a visão das pessoas que participaram daquilo, poetas, músicos, produtores, artistas gráficos", diz Macedo. "Queremos homenagear especialmente o Neio Lúcio, o Guilherme Reis e o Eurico Rocha, que participou desde a concepção, mas que é pouquíssimo falado. Então trazemos um pouco da história dessas pessoas no documentário."

O pesquisador conseguiu reunir algumas preciosidades para o documentário e recuperou um filme em Super 8 realizado ainda da época dos concertos na 311 Sul, além de imagens de Cássia Eller cantando ao lado de Janette Dornellas na rampa do Parque da Cidade. "Tem muita foto inédita e conseguimos digitalizar os próprios negativos. É um trabalho de garimpo", garante o documentarista, que também fez questão de entrevistar, ao longo da última década, figuras como Alexandre Ribondi, Hugo Rodas e Guilherme Reis, que ajudaram a dar corpo ao movimento.

O Cabeças começou na 311 Sul, mas, aos poucos, migrou para outros pontos da cidade. Primeiro, foi para o Parque da Cidade e para a 312 Norte, para depois seguir para cidades como Taguatinga e Gama, nas quais se associou a outros movimentos, como o Festival Rolla Pedra. "De forma fixa, o Cabeças durou mais ou menos até 1987, depois disso foram revivals, um ou outro concerto", explica Macedo, que ainda não tem data para a entrada em circulação do documentário e depende de conseguir salas de cinema que recebam o filme.

GERAÇÃO CABEÇAS

Filme de Moacir Macedo. Hoje, às 20h, no Cine Brasília.

CRUZADAS

Artistas que concorrem ao prêmio Jabuti	Determinou a alforria dos filhos de escravizados nascidos a partir de 1871 (Hist. BR)		Prática alimentar do vegano	Cargos do Legislativo federal		Máximos; supremos
	Logo, em inglês	Desavença		Currais de ovelhas		
Místico que medita sentado na posição da lótus			Cardápio			
Ex-vocalista do Cidade Negra		Santa (abrev.) Sufixo de "lipíde"		Decâmetro (símbolo)		
O nome da letra "F"	O segundo rei hebreu			Solitários		
A região do Cangaço (abrev.)	Agride			Sistema Único de Saúde (sigla)	A cobra dos encantadores indianos	De (?) próprio: por sua vontade
Cruzado; oblíquo		Prata (símbolo) Sufixo de "acabado"	Atam; ligam			
Emissora do programa "A Tarde É Sua"				(?) ski, veículo		
"(?) Fíguro", jornal francês	Livro bíblico com protagonista feminina	Livro com retratos de família	Anfibio peçonhento	Sul-sudeste (abrev.)		
Descuidado com a própria aparência		Formam o símbolo dos Jogos Olímpicos	A cor da argila		Sem noção definida (fig.)	Períodos históricos ou geológicos
Paga por serviços prestados		Local de realização do "happy hour"		Remo, em inglês		
Membrana que reveste o bico de aves			(?) Ramazzotti, cantor italiano			

BANCO 3/0at. 4/soon. 5/ester — logue — redis — sumos.

30

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

A	B	L	R	D	A	G	E	M
N	E	V	A	D	A	L	E	
T	R	E	S	R	O	E	R	
S	I	N	A	E	A	A	G	
M	A	R	S	A	R	A	U	
G	A	R	O	U	P	A	L	L
N	D	T	O	A	L	H	O	
P	I	E	D	O	S	A	S	E
C	S	P	A	C	A	M		
O	A	I	G	O	M	A		
M	A	C	A	C	O	E	P	
F	I	R	E	Z	M	I	N	
A	E	M	A	X	I	X	E	
L	A	S	E	R	L	A	I	A

SUDOKU DE ONTEM

2	7	3	4	9	8	5	6	1
9	4	6	7	1	5	8	3	2
5	8	1	3	6	2	7	4	9
6	2	9	5	7	1	4	8	3
1	3	7	8	2	4	9	5	6
4	5	8	9	3	6	1	2	7
3	1	4	6	5	9	2	7	8
7	9	5	2	8	3	6	1	4
8	6	2	1	4	7	3	9	5

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Assine nosso site!

COQUETEL

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Olho muito tempo o corpo de um poema até perder de vista o que não seja corpo e sentir separado dentre os dentes um filete de sangue nas gengivas.

Ana Cristina Cesar

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

1		7						
3	2			1		5		
	8			9	2		7	
				2	6			
				5		2	6	
		4				9		
6				5			2	
8				3			7	
						6	5	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

» RICARDO DAEHN

Entre a oportunidade de trazer uma trama que cercasse fatos controversos da carreira de Michael Jackson, morto em 2009, sob gritante endividamento pessoal (até mesmo em termos de imagem), a adaptação feita na cinebiografia *Michael*, que chega aos cinemas, se rendeu ao poder do oportunismo. O tributo, numa trajetória que precede os escândalos pessoais, foi a estrada segura escolhida por Antoine Fuqua, o diretor do filme estrelado por Jaafar Jackson, sobrinho de Michael, e filho de Jermaine, um dos produtores executivos do longa. Outro desvio foi prudente: evitar que o protagonista imitasse o rei do pop.

“Em vez disso, o que Jaafar alcançou foi estar completamente presente no momento e trazer aquele mesmo espírito positivo que víamos Michael trazer para tudo o que fazia”, disse o diretor, em entrevista no exterior, defendendo o peso do sentimento evocado entre fãs. Ao custo de US\$ 155 milhões, o longa chega, sob a previsão de novo recorde: bater o patamar de US\$ 1 bilhão em renda, um marco para qualquer cinebiografia. A estimativa deriva do legado do artista imbatível como o líder do mais vendido álbum, desde sempre, *Thriller* (1982).

Um ideal de ruptura junto à família, delineada como exploradora, à época do Jackson 5, percorre toda a trama dos infortúnios de Michael, bastante sensível na fase infantil que tem por protagonista Juliano Krue Valdi. Um recorte safo na trama faz tudo desviar de aspectos escandalosos, uma vez que a trama para em 1988. Matéria recente do *The Guardian* reavivou acusações incisivas de abuso sexual contra menores, no início dos anos 1990, e das quais ao final o astro foi absolvido, em julgamento de 2005. Chamado de “monstro”, ele é lembrado, no texto, em declaração de Dan Reed, diretor do documentário *Leaving Neverland*. Intérprete do pai do fenômeno, Colman Domingo, há tempos disse para a revista *GQ* que apostaria em nuances. “Na verdade, não acho que o filme tente provar sua inocência”, opinou.

“Mentiras descaradas” e a falta de precisão de dados nos esboços do filme incomodaram a filha de Michael, Paris. E na frente de convencimento de que o filme se aterá a fatos, está o recorte da trama, limitado a 1988. Advogado do setor de entretenimento, John Branca (gestor dos direitos autorais do astro da música e produtor do filme) teria desviado da mídia, enquanto o roteirista John Longan (um dos roteiristas de *Gladiator*) teve por norte “a empolgação e a homenagem”.

ESTREIA NOS CINEMAS A CINEBIOGRAFIA DO CANTOR, DIRIGIDA POR ANTOINE FUQUA, PROTAGONIZADA PELO ATOR JAAFAR JACKSON, SOBRINHO DO ASTRO



Michael (Jaafar Jackson) ao lado da mãe Katherine (Nia Long)



Durante a ascensão do Jackson 5, o papel central é de Juliano Valdi

Fotos: Lionsgate

O CINEMA AOS ...

PÉS DE ...

MICHAEL JACKSON

Trampolim

Com uma frente de sucessos como *Human nature*, *Ben* (finalista ao Oscar de melhor canção) *I've gotta be me* e *Billie Jean*, incorporada, o filme revela o impulso do cantor, integrado a Motown Productions (a empresária Suzanne de Passe é interpretada por Laura Harrier), mostra, num átimo, o encontro com o produtor Quincy Jones (Kendrick Sampson) e desvenda a construção do álbum *Thriller*. Antes, expõe a camada de violência reservada por Joseph (Colman Domingo) aos filhos músicos, que presenciam Michael apanhar, com cintadas, nos ensaios caseiros, quando estouravam o hit *Stand*. Até a tranquilidade relativa na mansão em Encino (Califórnia), o filme descreve parte da pobreza em Gary (Indiana).

Na tela, a “autenticidade” do sobrinho foi festejada pelo diretor Fuqua. E, na contramão da violência, encorajamento familiar veio como qualidade, pelo que contou o astro Jaafar Jackson, particularmente acolhido por conselhos da mãe Alejandra Genevieve Oaziaya. “Ela é muito protetora comigo, sabendo o que está por vir com a atenção que o filme receberá”, demarcou o protagonista para a imprensa internacional. Numa das passagens marcantes do filme, o empresário de gravadora Berry Gordy (Treychon Carter) denota: “Michael, você é especial”.

Liberdade

Aos moldes de um escudo, o empresário John Branca (papel de Miles Teller) protegerá Jackson para engrenar a carreira solo, sob maior liberdade de expressão e criatividade. Junto com a fixação pela imagem de Capitão Gancho, Peter Pan e companhia, o longa aposta em muito da instância caseira do cantor. As maracutaías e atitudes nada dignas do pai Joe (morto em 2018) estão bem registradas. O galgar ao topo da Billboard vem ilustrado junto com algumas obsessões de Michael, entre as quais a coreografia de *Cantando na chuva* (1952), a adoração pelos amigos, como uma llama e um chimpanzé, além de citações a Chaplin, Greta Garbo e aos Três Patetas.

A elaboração e um repertório visual para o astro da música, em especial dentro da construção da virada com o clipe de *Thriller* (a cargo de John Landis, o mesmo cineasta de *Um lobisomem americano em Londres*), está no topo. Apoiado no desenvolvimento da Turnê da Vitória, o filme explora a potencialização da popularidade de Jackson junto a crianças e revela momentos tensos de saúde como a luta contra o vitiligo e o notório acidente de 1984.



Moraes retoma ação que pode mudar regras da delação premiada

Maria Eduarda Lavocat

O ministro Alexandre de Moraes encaminhou ao plenário do Supremo Tribunal Federal, no último dia 8, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ADPF 919, ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2021. A ação busca impor restrições ao uso de delações premiadas em investigações criminais, sob o argumento de que haveria abusos na aplicação desse instrumento.

Entre os principais pontos, a proposta pretende vedar o uso da colaboração premiada como prova isolada para fundamentar denúncias, condenações ou medidas cautelares, além de proibir a celebração de acordos com investigados presos.

Embora o tema, em um primeiro momento, não tenha gerado grande repercussão, a retomada do processo levantou questionamentos sobre o timing da liberação. A ação estava sem movimentação desde 2021 e voltou à pauta em um contexto considerado sensível, em meio às investigações relacionadas ao Banco Master.

Reportagens apontam possível envolvimento do escritório de advocacia de Viviane Barci, esposa do ministro, com recursos ligados ao banco, o que intensificou o debate público sobre eventual conflito de interesses.

No dia 13 deste mês, o senador Eduardo Girão (Novo-CE), em pronunciamento no Plenário, criticou a retomada do julgamento da ADPF questionando a análise da ação neste momento, em que a defesa de Daniel Vercaro negocia uma possível delação do empresário, principal investigado no caso Banco Master e suspeito de participação em irregularidades no sistema financeiro.

“A ADPF 919, parada desde 2021, justamente agora, em meio à iminência de uma possível delação — relevante no caso do Banco Master — revela um movimento, no mínimo, suspeito”, afirmou na ocasião.

O advogado criminalista Antônio Gonçalves avalia que a ADPF 919 busca reduzir o peso da delação premiada no processo penal, transformando-a em um elemento complementar de prova. “Isso pode enfraquecer o próprio instituto, uma vez que os depoimentos do colaborador deixariam de ocupar posição central na formação da prova”, afirma.

Ed Alves CB/DA Press



Parada desde 2021, a ADPF 919 volta à pauta em meio ao caso Master

Na mesma linha, o advogado criminalista e sócio do escritório Drummond e Nogueira Advocacia Penal, Thúlio Guilherme Nogueira, destaca que a ação não pretende extinguir nem proibir os acordos de colaboração. Segundo ele, o PT busca, na verdade, estabelecer parâmetros constitucionais para a aplicação do instituto, por meio de uma interpretação conforme a Constituição.

Entre os principais pontos defendidos na ação estão a proibição de que delações cruzadas sirvam como fundamento único para medidas cautelares ou condenações; a garantia de que o réu delatado se manifeste por último em todas as fases do processo; a limitação das cláusulas dos acordos ao que está previsto em lei; a vedação de acordos financiados por terceiros; e o reconhecimento de nulidade em casos de colaborações firmadas sob prisão cautelar manifestamente ilegal.

De acordo com Nogueira, grande parte dessas teses já encontra respaldo na Lei 12.850/2013 e em entendimentos consolidados do Supremo Tribunal Federal. “Não é uma construção nova, é texto expresso de lei e jurisprudência consolidada. O que a ADPF 919 busca é elevar esses parâmetros ao plano constitucional, conferindo-lhes força vinculante e observância obrigatória por todos os tribunais do país. O que hoje

depende da interpretação de cada juiz passaria a ser uma exigência constitucional inafastável”, declara.

O advogado aponta, no entanto, que o ponto mais controverso da ação é a proposta de invalidar delações firmadas sob prisão cautelar considerada ilegal. “Há uma dificuldade prática em definir o que seria uma prisão ‘manifestamente ilegal’, conceito aberto que pode gerar insegurança jurídica e ampliar a litigiosidade”, afirma.

Além disso, ele ressalta que impedir o investigado preso de firmar acordo pode restringir uma estratégia legítima de defesa. “O STF já firmou entendimento de que o requisito essencial para a validade da colaboração é a liberdade psíquica, e não a liberdade de locomoção. O réu que opta por colaborar diante de provas consistentes contra si está fazendo uma escolha racional no exercício da sua defesa, e não necessariamente agindo sob coação”, completa.

Para Nogueira, a retomada da ADPF 919 neste momento encontra uma justificativa plausível. Segundo ele, diante da possibilidade de uma colaboração de grande impacto, é natural que o STF busque fixar parâmetros antes que um eventual acordo seja firmado e produza efeitos. “Há, inclusive, uma lógica preventiva nesse movimento,

que dialoga com a própria finalidade da ADPF como instrumento de controle constitucional”, afirma. O problema, ressalta o advogado, ocorre caso a movimentação do processo beneficie ou prejudique partes específicas de forma não republicana.

Já o advogado criminalista Antônio Gonçalves avalia que o contexto da retomada levanta questionamentos. Para ele, o fato de a ação ter sido impulsionada por um dos ministros citados em investigações relacionadas ao Banco Master pode suscitar dúvidas quanto à imparcialidade.

Nesse cenário, Gonçalves aponta que caberá ao presidente do STF pautar o tema para julgamento pelo colegiado. Ele acrescenta que, sob a ótica das boas práticas institucionais, seria recomendável que ministros eventualmente mencionados nas investigações se declarassem suspeitos. “Apesar de não haver nenhum indício de que tal ato irá acontecer”, protesta.

Mudanças

Os advogados explicam que, caso a ADPF 919 seja aprovada, os efeitos tendem a se projetar principalmente sobre casos futuros. Se a delação premiada passar a ser tratada como elemento acessório, sem impacto relevante na situação jurídica do investigado, o instituto pode perder força no processo penal. Nesse cenário, a tendência é que investigados se mostrem menos inclinados a firmar acordos, diante de uma possível insegurança quanto aos benefícios concretos da colaboração.

Além disso, a decisão pode gerar reflexos em ações em andamento e abrir espaço para questionamentos sobre acordos já firmados. Tudo dependerá dos parâmetros que vierem a ser fixados pelo STF. Caso a Corte adote critérios mais restritivos, é natural que réus já condenados ou investigados com base em delações premiadas passem a contestar a validade dessas provas à luz do novo entendimento.

Ainda assim, os especialistas avaliam que não há um risco concreto de insegurança jurídica. O STF dispõe de mecanismos para modular os efeitos da decisão e delimitar seu alcance no tempo. O que deve ocorrer, inevitavelmente, é um período de maior litigiosidade, com a aplicação dos novos parâmetros sendo testada nos casos concretos.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Ex-presidente do BRB desvincula defesa à de Ibaneis

Ao trocar os advogados que o representam, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa desvinculou sua estratégia de defesa da que vem sendo adotada pelo ex-governador Ibaneis Rocha (MDB). Agora é cada um na sua. O criminalista Cleber Lopes, famoso advogado na área penal, acostumado a atuar em casos de grande repercussão com eficiência, deixou ontem o caso. No lugar, entram o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão e o criminalista Davi Tangerine. Havia um “conflito de interesse” para Paulo Henrique, segundo pessoas próximas. Cleber Lopes sempre advogou para Ibaneis, é amigo do ex-chefe do Palácio do Buriti e aliado nas disputas pelo comando da OAB-DF. Paulo Henrique está na beira do precipício com a divulgação das trocas de mensagens entre ele e o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, sobre operações de aquisição de imóveis de luxo apontados como propina pela compra de fundos sem lastro que causaram um prejuízo bilionário ao BRB. Por isso, preso no Complexo Penitenciária da Papuda, ele agora busca uma saída para escapar da cadeia.



Divulgação/Agência Brasília/Renato Alves

Em busca de um caminho

Cleber Lopes foi comunicado ontem da mudança quando visitava Paulo Henrique Costa na penitenciária. Mas antes mesmo de ser preso, o ex-presidente do BRB já havia conversado com alguns criminalistas. Já buscava um caminho solo.

Cassia André / CB/DaPress



Advogado experiente em casos de repercussão



Divulgador/TJDFT

Ex-ministro da Justiça do governo de Dilma Rousseff, Eugênio Aragão, que assumiu a defesa de Paulo Henrique Costa, foi advogado do presidente Lula na Operação Lava-Jato e na campanha de 2022. Ele tem um currículo extenso. É especialista em direito

constitucional e processual penal. Integrou o Ministério Público entre 1987 e 2017, chegando ao topo da carreira, como subprocurador-geral da República e vice-procurador-geral eleitoral. Conhece bem as “limitações e disponibilidades” do Ministério Público em casos de repercussão, como do Banco Master-BRB, o que pode ser um trunfo para a defesa. Mas nunca firmou, na condição de advogado, um acordo de delação premiada. Na verdade, Aragão é contra colaborações em troca de benefícios com o réu preso, como é o caso. Ele, no entanto, não será oposição, se este for o caminho estrategicamente mais adequado para a defesa. “Depende das circunstâncias”, disse à coluna.

Especialista em penal



Divulgação

Na defesa de Paulo Henrique Costa, Eugênio Aragão vai trabalhar em equipe com o criminalista Davi Tangerine. Ex-sócio do

presidente da OAB-SP, Leonardo Sica, Tangerine é membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e da Associação de Juristas Alemanha-Brasil (DBJV). É professor de direito penal dos cursos de graduação da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e de graduação e pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em direito penal e processo penal, Tangerine é experiente em acordos de leniência.



Preferência para vítimas de violência doméstica

Advogadas trabalhistas vítimas de violência doméstica ou que tenham medida protetiva a seu favor ou de seus dependentes terão prioridade de participação nas sessões de julgamento da Justiça do Trabalho. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vieira de Mello Filho, assinou um ato que garante a preferência nas sustentações orais, inclusive na participação remota. A medida se aplica também a mulheres responsáveis por pessoas com deficiência e em período de amamentação.

Ditadores narcisistas



Fernando Frazão/Agência Brasil

Durante aula magna em comemoração aos 64 anos da Universidade de Brasília (UnB), completados em 21 de abril, a ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE, afirmou que a liberdade é um direito fundamental e classificou ditaduras e ditadores como “narcisistas”. A ministra fez um paralelo entre o regime democrático e os sistemas autoritários. Segundo a magistrada, o cerceamento de liberdades é um sintoma de temor por parte de quem governa sem o respaldo do voto e do debate público. “As ditaduras e as tiranias não propiciam nenhuma possibilidade de liberdade. O ditador tem medo de mudança, até porque ele se acovarda diante do dia”, concluiu.



Divulgação/TJDFT

“A magistratura sobrevive à angústia dos tempos. Sofre críticas. As justas, bem-vindas, recomendam-se sejam recebidas com humildade. Servem para reconhecer erros e corrigir rumos. Repudia-se as descabidas e ofensivas”

Desembargador Jair Soares, presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)

TJDFT e TRE empossam nova administração para 2026 a 2028

Maria Eduarda Lavocat

A nova Administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) foi empossada, ontem, para comandar a corte durante o biênio 2026-2028. O desembargador Jair Soares assumiu a Presidência do Judiciário do DF, no lugar do desembargador Waldir Leôncio Júnior. Na mesma solenidade, o desembargador Fernando Antonio Habibe Pereira tomou posse como 1º vice-presidente; o desembargador Teófilo Rodrigues Caetano Neto, como 2ª vice-presidente; e Arnaldo Camanho de Assis, no cargo de corregedor.

A eleição por unanimidade dos novos dirigentes foi realizada pelo Tribunal Pleno, em 24 de fevereiro. Na mesma sessão, foram escolhidos os desembargadores Angelo Passareli e João Egmont para a administração do TRE-DF, para o período de 2026 a 2028. Eles também tomaram posse ontem. Na sequência, foi realizada a eleição para os cargos de direção do TRE-DF para o biênio 2026-2028. Por aclamação, Angelo Passarelli foi eleito presidente e João Egmont Leôncio Lopes, vice-presidente e corregedor regional eleitoral.

TJDFT



Novo comando no TJDFT reunido: Jair Soares (E), Fernando Habibe, Teófilo Caetano e Arnaldo Camanho

Conheça a nova administração do TJDFT e do TRE-DF (2026–2028)

Jair Soares (presidente)

Natural de Coromandel (MG), graduou-se em direito pela Universidade de Brasília e iniciou sua carreira como procurador federal no Incra (1982–1987), passando, em seguida, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pela Procuradoria da República em Brasília.

Ingressou no TJDFT como juiz substituto em 1988, foi promovido a juiz de direito em 1992 e alcançou o cargo de desembargador por merecimento em 2004. Entre 2024 e 2026, presidiu o TRE-DF.

Ao longo da carreira, recebeu diversas honrarias, como a Ordem do Mérito Judiciário do DF nos graus de Comendador, Grã-Cruz e Grão-Colar, além da Medalha do Mérito da Procuradoria-Geral do DF (2018) e a medalha pelos 50 anos de serviço público, concedida em abril de 2026.

Fernando Antonio Habibe Pereira (1º vice-presidente)

Nascido em São Luís (MA), o desembargador mudou-se para Brasília em 1978 e se formou em direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB) em 1984. Ingressou na magistratura do DF em 1990, sendo promovido a juiz de direito

em 1992 e a desembargador em 2009.

Também teve atuação na Justiça Eleitoral do DF em ambas as instâncias. Antes da magistratura, foi advogado, técnico judiciário do Superior Tribunal de Justiça e assessor do procurador-geral da República. Em 1992, foi aprovado no concurso para procurador da República.

Teófilo Rodrigues Caetano Neto (2º vice-presidente)

Conterrâneo de Jair Soares, Teófilo também é natural de Coromandel (MG), e graduou-se em direito na capital pelo Centro Universitário UDF em 1986, com especialização em direito civil e processual civil. Ingressou na magistratura do DF em 1991, aos 26 anos, após aprovação em diversos concursos públicos.

Antes de assumir como juiz, atuou como servidor público federal e foi aprovado em concursos para procurador autárquico (atual procurador federal), analista judiciário e advogado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Tornou-se desembargador em 2011, atuando na área cível. Também integrou o TRE-DF como membro suplente entre 2020 e 2022,

período em que dirigiu a Escola Judiciária Eleitoral e exerceu a vice-presidência do Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais.

Arnaldo Camanho de Assis (corregedor da Justiça do DF)

Carioca, Arnaldo nasceu em 7 de maio de 1963 e vive em Brasília desde 1980, cidade da qual recebeu o título de cidadão honorário em 2015. Graduado em direito pela Universidade de Brasília, ingressou na magistratura em 1990.

Atuou em varas cíveis, da Fazenda Pública e de Família, além da Turma Recursal dos Juizados Especiais. Na Justiça Eleitoral, foi juiz substituto, titular e membro do TRE-DF. Mestre em direito constitucional, possui formação acadêmica no Brasil e no exterior e também atua como professor.

Promovido a desembargador em 2008, exerceu funções administrativas relevantes no TJDFT, como a direção da Escola de Formação Judiciária (2021–2024) e a presidência da Turma de Uniformização. Também coordenou a atuação do Judiciário local durante grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo FIFA 2014. Desde 2024, atua na Corregedoria Nacional de Justiça,

coordenando inspeções e correições.

Angelo Passareli (presidente do TRE)

Nascido em 24 de fevereiro de 1954, no distrito de Coronel Goulart, em Álvares Machado (SP), é bacharel em Direito pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, em Goiânia (GO), onde se formou em 1981.

Ingressou na magistratura e foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios pelo critério de antiguidade, tomando posse em 19 de dezembro de 2006. Entre 2022 e 2024, exerceu o cargo de 1º vice-presidente da Corte.

João Egmont (vice-presidente e corregedor do TRE)

Natural de Fortaleza (CE), mudou-se para Brasília ainda na infância, em 1960, acompanhado da família. É irmão do ex-presidente do TJDFT, Waldir Leôncio Júnior. Inspirado pelo pai, advogado e professor, formou-se em direito pela Associação de Ensino Unificado do DF (AEUDF). Ingressou no TJDFT em 1990 e, em 2010, foi promovido a desembargador por merecimento.

Visão do Direito



Thais Precoma Guimarães

Advogada e sócia da Dotti Advogados, especialista em direito das famílias, das sucessões e processo civil, secretária-adjunta do IBDFAM/PR

Sancionada lei que regula a custódia compartilhada de pets

O direito das famílias precisou adaptar-se à nova realidade familiar, pois o Brasil possui uma das maiores populações de animais de estimação do mundo (em 3º lugar, com 160 milhões de pets) e, desde 2015, o IBGE aponta que o número de pets nos lares brasileiros supera o de crianças. Consolidou-se, na prática, o conceito de família multiespécie, formada por humanos e animais com base em integração e laços recíprocos de afeto.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da ONU, de 1978, estipulou, em seus artigos 2º e 5º, que cada animal “tem direito ao respeito” e “o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade que são próprias de sua espécie”. Igualmente, a proteção prevista na Constituição Federal (art. 225): “§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”.

No entanto, até abril de 2025, enfrentávamos uma forte divergência entre a realidade social e a nossa legislação. O Código Civil brasileiro classificava juridicamente os animais meramente como “coisas” ou objetos de propriedade. Na contramão dessa visão patrimonialista, países como Áustria, Alemanha,

Holanda e Suíça já haviam criado categorias intermediárias em seus códigos, estabelecendo explicitamente que animais não são coisas. Já França e Portugal determinaram que os “animais são seres vivos dotados de personalidade”.

Como os animais haviam passado a ser tratados como membros da família e inúmeros processos chegavam ao Judiciário, era imperiosa a aprovação de uma legislação específica, pois o tema demandava uma tutela jurídica própria. Na ausência de lei, os tribunais brasileiros passaram a aplicar, por analogia, as regras de guarda compartilhada de crianças e adolescentes a conflitos envolvendo pets.

Decisões históricas pavimentaram esse caminho, como o paradigmático julgamento do Recurso Especial 1.713.167, do STJ, em 2018.

Naquela ocasião, a Corte manteve a competência das Varas de Família e reafirmou que a disputa por pets não poderia ser tratada como simples posse, pois “a ordem jurídica não pode, simplesmente, desprezar o relevo da relação do homem com seu animal de estimação”. Na Justiça estadual, há o emblemático caso julgado em Santa Catarina em 2019, que determinou a guarda compartilhada do gatinho Mingau, estabelecendo o convívio de 15 dias por mês com cada um de seus tutores.

Apesar desses avanços jurisprudenciais, a construção carecia de positividade para conferir real segurança jurídica às partes. A resposta

veio por meio do Projeto de Lei 941/2024, de autoria da deputada federal Laura Carneiro. Durante a tramitação no Senado, o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Veneziano Vital do Rêgo, resumiu a essência da norma: a transposição de institutos típicos do direito de família para a regulação da custódia dos animais evita que o pet seja cruelmente utilizado como instrumento de chantagem emocional contra o ex-parceiro.

Esse esforço legislativo culminou na sanção da Lei 15.392, de 16 de abril de 2026. A norma regulamenta a custódia compartilhada de animais de estimação em casos de dissolução conjugal ou união estável. Agora, inexistindo acordo, o juiz determinará, obrigatoriamente, o compartilhamento da custódia e das despesas. A lei inova ao presumir o animal como propriedade comum caso a maior parte de sua vida tenha transcorrido durante a constância do casamento ou união estável.

A fixação dessa custódia exige a análise de critérios muito claros pelo magistrado, como o ambiente adequado para a moradia, as condições de trato, o zelo e a real disponibilidade de tempo dos tutores.

A engenharia financeira desenhada pelo novo texto legal também é pragmática:

Ordinária — Responsabilidade exclusiva do tutor que estiver com o animal no período específico de convivência. Exemplo:

alimentação básica, itens de higiene diária.

Extraordinária — Divisão igualitária (50% para cada parte), independentemente da posse temporária. Exemplo: consultas médico-veterinárias, internações e medicamentos.

É imperioso destacar as excludentes protetivas trazidas pela lei. A custódia compartilhada é expressamente vedada nos casos em que houver histórico ou risco de violência doméstica e familiar, bem como na constatação de maus-tratos contra o animal. Nestes cenários, o agressor perde em definitivo a posse e a propriedade em favor da outra parte, sem qualquer direito a indenização, permanecendo juridicamente responsável pelos débitos do animal pendentes.

A lei prevê, ainda, a perda do direito ao convívio em casos de renúncia formal ou diante do descumprimento imotivado e reiterado das regras pactuadas. Por fim, a edição da Lei 15.392/2026 reforça de modo cabal a importância da prevenção de litígios. A utilização de instrumentos preventivos — como a inclusão de cláusulas sobre a custódia e o regime de convivência dos animais em pactos antenupciais — adquire agora plena eficácia e incontestável chancela estatal. Este é, sem dúvidas, um marco civilizatório, garantindo que a tutela dos seres sencientes respeite as premissas da dignidade e do afeto em nosso ordenamento.

Visão do Direito



Daniel Santos

Sócio do Santos Advogados Associados



Carolina Farias

Advogada do Santos Advogados Associados

TST anula decisão por cerceamento de defesa em caso de dispensa por justa causa

A dispensa por justa causa, por representar a penalidade mais severa no âmbito do contrato de trabalho, exige prova robusta e inequívoca da falta grave atribuída ao empregado. Trata-se de uma modalidade de rescisão que, na prática, enfrenta elevado grau de questionamento judicial, de modo que a validade da medida, caso questionada, depende da demonstração concreta da gravidade da conduta e da proporcionalidade da sanção, não sendo suficiente a mera referência abstrata do fato a uma das hipóteses do artigo 482, da CLT.

Em recente julgamento, a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou decisão que havia afastado a justa causa aplicada

a empregado acusado de agressões verbais e outras faltas funcionais. O ponto central da controvérsia residiu no indeferimento da oitiva de testemunhas indicadas pela reclamada, que buscavam comprovar a extensão, a gravidade e a reiteração das condutas imputadas ao reclamante, aspecto que, na prática, costuma ser determinante nesse tipo de discussão.

Para o colegiado, embora o magistrado possua poderes instrutórios para indeferir provas consideradas desnecessárias, tal faculdade encontra limites quando a controvérsia envolve a caracterização da justa causa. Nessas hipóteses, a prova testemunhal assume papel relevante, pois permite a análise contextualizada dos fatos e evita que o julgamento se dê em plano

meramente abstrato, dissociado da realidade fática discutida nos autos.

A decisão reforça a necessidade de atuação preventiva e técnica por parte das empresas em casos de aplicação da justa causa. A avaliação dessa modalidade de dispensa deve ser precedida de adequada documentação dos fatos, observância da gradação das penalidades e preservação de testemunhas capazes de comprovar as circunstâncias que ensejaram a rescisão contratual.

Além disso, em situações de maior sensibilidade, a utilização de instrumentos complementares — como registros formais detalhados de entrevistas realizadas com empregados e, quando pertinente, a lavratura de ata notarial

- pode contribuir para o fortalecimento do conjunto probatório. O precedente evidencia que a sustentação da justa causa em juízo depende da estratégia probatória construída desde a ocorrência dos fatos.

A prática demonstra que a aplicação da justa causa costuma gerar controvérsias relevantes, especialmente quando a decisão é tomada sem uma análise jurídica prévia mais cuidadosa. Em muitos casos, a dificuldade não está na tipificação da conduta, mas na forma como a prova é construída e preservada, o que acaba fragilizando a defesa da empresa em juízo, reforçando a importância da adequada guarda dos elementos probatórios desde a ocorrência dos fatos e o acompanhamento do jurídico nas tomadas de decisões.

Visão do Direito



Caroline Rangel

Advogada criminalista, com pós-graduação em ciências penais

Misoginia e cautela interpretativa

O avanço das iniciativas legislativas voltadas à proteção das mulheres e ao combate da misoginia deve ser saudado. A violência dirigida às mulheres, seja em sua forma física, psicológica ou simbólica, continua presente de maneira alarmante na sociedade brasileira. Comentários humilhantes, discriminação no ambiente de trabalho, ataques em redes sociais e manifestações abertamente hostis às mulheres não podem ser naturalizados.

Mais que natural, é imperioso que o direito busque responder a esse problema e sinalize, de forma clara, que a misoginia é incompatível com os valores democráticos consagrados na Constituição Federal. Contudo, justamente por se tratar de uma pauta legítima e necessária, ela precisa ser conduzida com equilíbrio no debate público que, em boa hora, vem se expandindo. Em questões penais, não bastam as boas intenções. É fundamental que a lei seja clara, que os conceitos sejam precisos e que sua aplicação seja marcada pela prudência.

Uma primeira discussão envolve o aspecto da interpretação. É relativamente fácil identificar manifestações extremas e inequívocas de

misoginia. Quando há discurso de ódio, incitação à violência, humilhação dirigida à mulher por sua condição de mulher ou tentativa de inferiorizá-la de forma sistemática, a caracterização tende a ser clara.

Mas e quanto às zonas cinzentas? Com a misoginia passando a ser tratada de forma mais rigorosa pelo Direito Penal, surgirá inevitavelmente uma discussão sobre a fronteira entre o crime e o comentário apenas inadequado. Há frases grosseiras, piadas ofensivas, observações desleigos ou comentários francamente idiotas. Tudo isso pode ser moralmente reprovável. Mas nem todo comentário ruim é, necessariamente, um ato de misoginia.

Uma observação infeliz, uma fala tosca ou uma manifestação de mau gosto não devem ser automaticamente confundidas com a prática de um crime. O Direito Penal exige precisão. Para que exista delito, é indispensável demonstrar intenção discriminatória, ataque à dignidade da mulher em razão de sua condição feminina e, sobretudo, um grau de gravidade compatível com a intervenção penal.

Se essa distinção não for feita com apuro, corre-se o risco de transformar a nova legislação

em um instrumento de excessiva elasticidade. Situações que deveriam ser resolvidas no plano ético, social ou mesmo civil podem acabar sendo deslocadas para a esfera criminal.

Esse risco não é pequeno. É possível prever, desde já, um aumento expressivo de ações judiciais discutindo o que é e o que não é misoginia. Haverá divergências entre juízes, promotores e advogados. Casos semelhantes poderão receber decisões diferentes. E o Judiciário poderá ser chamado a resolver controvérsias que, em muitos casos, decorrem justamente da falta de critérios mais objetivos.

Outro ponto que merece reflexão diz respeito à opção de aproximar a misoginia do racismo, seja do ponto de vista simbólico, seja por meio da equiparação de tratamento jurídico. Há quem sustente que essa escolha fortalece a proteção às mulheres e confere à misoginia o caráter grave que o tema demanda. Contudo, é fundamental ter em vista que racismo e misoginia são fenômenos distintos, embora frequentemente se cruzem. Por isso, é preciso ter cautela ante a tendência de equiparar, de maneira automática, realidades históricas e jurídicas que possuem trajetórias próprias.

A prudência antes da mera comparação se faz necessária. Não porque a misoginia seja menos grave, mas porque toda equiparação jurídica precisa levar em conta as especificidades de cada fenômeno.

Pelas razões expostas, será fundamental que os operadores do Direito atuem com cautela. Juízes, membros do Ministério Público, delegados e advogados terão de construir, gradualmente, parâmetros interpretativos consistentes. Trata-se de um processo de aprendizado coletivo. A jurisprudência terá papel decisivo nessa tarefa.

Aos poucos, os tribunais deverão delimitar quais condutas configuram, efetivamente, misoginia e quais, embora inadequadas e reprováveis, não ultrapassam a linha do ilícito penal. Nenhuma sociedade democrática deve tolerar a violência ou a discriminação contra as mulheres. Mas também é próprio das democracias maduras reconhecer que o combate a uma injustiça não dispensa rigor conceitual e prudência institucional. A luta contra a misoginia precisa ser firme. Mas, justamente para que seja eficaz e legítima, terá de ser acompanhada de cuidado na interpretação e responsabilidade na aplicação da lei.

Visão do Direito



Isabella Tralli

Advogada tributarista e sócia do VBD Advogados

TJ-SP amplia espaço para contestação judicial do ITBI

A recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), em sede de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), que afastou a cobrança de ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) na integralização de imóveis por empresas inativas ou sem receita, representa um avanço relevante em termos de segurança jurídica e racionalidade na interpretação da imunidade constitucional. O Tribunal fixou o entendimento de que a ausência de receita não pode ser interpretada como indício de atividade imobiliária preponderante, o que, na prática, impede que o Fisco utilize uma presunção negativa para afastar a imunidade do ITBI.

Do ponto de vista processual, o IRDR tem efeito vinculante no âmbito do próprio Tribunal, nos termos do art. 985 do CPC. Isso significa que juízes de primeira instância e câmaras do TJ-SP devem aplicar a tese de forma uniforme, o que tende a reduzir, significativamente, a divergência

de decisões. Ainda assim, esse efeito vinculante não se projeta automaticamente sobre a atuação administrativa dos municípios fora dos processos.

Na prática, não se espera que as prefeituras deixem imediatamente de exigir o ITBI nesses casos. A tendência é de manutenção da postura de cobrança do ITBI até que haja consolidação definitiva do entendimento, especialmente considerando a possibilidade de interposição de recursos às instâncias superiores. Além disso, o efeito vinculante do IRDR, embora forte no âmbito judicial, não obriga diretamente a Administração a alterar sua conduta de forma imediata e automática.

Diante desse cenário, a via judicial ainda deve ser o principal instrumento de resolução das controvérsias. A diferença é que o contribuinte passa a litigar em posição significativamente mais favorável, com maior probabilidade de obtenção de decisões liminares e redução de riscos processuais. Em operações estruturadas, ganha força a utilização de medidas preventivas, como

o mandado de segurança, para afastar a exigência antes mesmo da ocorrência do fato gerador.

Sob a ótica prática, o contribuinte deve avaliar a situação conforme o momento da operação. Considerando o cenário, em operações futuras, é recomendável estruturar previamente a estratégia jurídica, considerando inclusive a possibilidade de judicialização preventiva. Nos casos em curso, a tese firmada no IRDR deve ser invocada de imediato, inclusive em grau recursal. Já nas hipóteses em que houve recolhimento do imposto, abre-se a possibilidade de discussão para repetição de indébito, observados os prazos prescricionais.

A controvérsia, contudo, está longe de se encerrar. É bastante provável que a matéria seja levada ao Superior Tribunal de Justiça e, sobretudo, ao Supremo Tribunal Federal, onde já há discussão com repercussão geral reconhecida sobre o alcance da imunidade do ITBI (Temas 1348 e 796). Nesse contexto, o entendimento do TJ-SP pode ser visto como uma antecipação de

uma tendência jurisprudencial, mas não como a palavra final sobre o tema.

Em âmbito nacional, ainda há divergência entre os Tribunais. Parte da jurisprudência historicamente exigia demonstração de atividade econômica para afastar a incidência do imposto, enquanto outra linha — que agora ganha força — entende que a ausência de receita não pode ser interpretada em desfavor do contribuinte. A tendência recente indica um movimento de uniformização em favor de uma interpretação material da imunidade constitucional, alinhada aos precedentes que vêm sendo formados nas Cortes Superiores.

Em síntese, a decisão do TJ-SP reposiciona o debate e reforça a necessidade de uma atuação estratégica no contencioso tributário. O risco fiscal em operações de integralização de imóveis não desaparece, mas se reduz e se desloca, exigindo do contribuinte planejamento jurídico mais sofisticado e atuação proativa na defesa de seus direitos.

Visão do Direito



Jacques Veloso de Melo

Advogado e sócio do escritório Jacques Veloso de Melo

O fisco pode pedir a sua falência

A possibilidade de a Fazenda Pública (Fisco) requerer a falência de um contribuinte devedor sempre foi um tema de grande debate no direito empresarial e tributário brasileiro, especialmente após a promulgação da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas). Embora o Fisco possua um procedimento próprio de cobrança — a Execução Fiscal (Lei 6.830/80) —, a jurisprudência tem solidificado o entendimento de que essa via não é exclusiva, permitindo-se, sob certas condições, o ajuizamento da ação falimentar.

A regra geral do sistema brasileiro é que débitos fiscais sejam cobrados por meio da execução fiscal, um rito que confere prerrogativas processuais à Fazenda Pública. O artigo 187 do Código Tributário Nacional (CTN) e o artigo 29 da Lei de Execuções Fiscais (LEF) garantem a preferência do crédito tributário, o que em tese afastaria o interesse jurídico da PGFN em ajuizar o pedido de falência. Porém, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou e pacificou o entendimento,

delineando os exatos contornos da legitimidade ativa da Fazenda Nacional para pleitear a quebra do devedor.

A jurisprudência mais recente, agora consolidada pelo STJ, estabeleceu que a Fazenda Pública pode, sim, ingressar com o pedido de falência, desde que o faça com base em títulos executivos que configurem dívidas líquidas e certas, seguindo a lógica do artigo 94, I, da Lei 11.101/2005. O ponto central da decisão do STJ é que a Execução Fiscal, embora seja o meio típico de cobrança, não é o único. O Fisco pode optar pela ação falimentar quando:

1. Houver indícios de insolvência ou má-fé: Se o devedor, embora intimado na Execução Fiscal, não pagar o débito, não oferecer bens à penhora ou praticar atos de esvaziamento patrimonial que configurem os “atos de falência” previstos no artigo 94, III, da Lei 11.101/2005.

2. O objetivo for a inibição de fraudes: A ação falimentar, nesse contexto, serve como um instrumento mais contundente para garantir a preservação do interesse público, forçando a liquidação patrimonial da empresa em benefício de todos os credores, incluindo o Fisco.

O STJ reconheceu que, uma vez demonstrada a inviabilidade da empresa e a ausência de bens penhoráveis que satisfaçam o crédito na Execução Fiscal, a inércia do Fisco em utilizar o procedimento falimentar poderia configurar ineficiência na arrecadação. A decisão ressalta que o pedido de falência deve ser subsidiário e justificado pela insolvência notória do devedor, e não apenas pela existência do débito.

Nesta linha, a PGFN editou em março a Portaria 903/2026 que estabelece os requisitos para o ajuizamento do pedido de falência. Em resumo, restou estabelecido que o pedido de falência pode ser requerido para devedores com débitos iguais ou superiores a 15 milhões de reais, que uma vez executados não tenham sido encontrados bens penhoráveis, que não estejam com nenhuma proposta de negociação individual pendente e o ajuizamento tem que ser previamente autorizado pela Coordenação-Geral de Estratégias de Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Adjunta da Dívida Ativa da União e do FGTS.

Essa consolidação normativa e jurisprudencial tem implicações diretas para a gestão

empresarial e o passivo tributário:

Risco Potencializado: Empresas com grandes passivos fiscais e sinais claros de insolvência correm o risco de ter sua quebra decretada pelo próprio Fisco, e não apenas por credores privados.

Monitoramento Ativo: O monitoramento da situação fiscal e o gerenciamento de certidões negativas e protestos tornam-se ainda mais críticos. A impontualidade e a falta de garantias em Execuções Fiscais podem ser usadas como evidências na ação falimentar.

Negociação e Recuperação Judicial (RJ): A decisão indiretamente reforça a importância da transação tributária e da análise do ajuizamento de possíveis Recuperações Judiciais como ferramentas de saneamento.

Em suma, a recente decisão do STJ solidifica a legitimidade do Fisco para requerer a falência, transformando o crédito tributário, em determinadas circunstâncias, em um gatilho para a extinção da empresa. Para as companhias a mensagem é clara: a insolvência fiscal não é apenas um problema ou fluxo de caixa, mas uma ameaça existencial que exige conformidade e proatividade na gestão do endividamento.

Visão do Direito



Hangra Leite Peçanha

Advogada especialista em direito cível e de família

Vicaricídio: o crime que transforma filhos em instrumentos de vingança

A violência doméstica nem sempre se manifesta de forma direta contra a mulher. Em alguns casos, assume forma ainda mais cruel: o agressor utiliza os próprios filhos como instrumento de vingança. Esse fenômeno é conhecido como vicaricídio e ocorre quando crianças ou pessoas próximas são assassinadas com o objetivo de atingir emocionalmente a mãe. Trata-se de uma forma de violência indireta, em que a vítima principal é a mãe, mesmo que o crime seja praticado contra outra pessoa. O fenômeno está diretamente ligado à dinâmica da violência doméstica e familiar, especialmente à lógica de controle, punição e domínio sobre a mulher.

Esse conceito passou a ganhar maior visibilidade no Brasil nos últimos anos, especialmente após casos de grande repercussão e com o avanço do debate sobre violência de gênero. Estudos internacionais também contribuíram para ampliar a compreensão do tema e evidenciar que esse tipo de crime faz parte de um padrão de violência

que busca punir a mulher por sua autonomia, pela decisão de encerrar um relacionamento ou pela tentativa de romper ciclos de abuso.

Em muitos casos, o agressor não aceita o fim da relação e passa a utilizar os filhos como instrumento de chantagem emocional, ameaça ou vingança. Nesse contexto, o vicaricídio se aproxima do feminicídio, pois a motivação central continua sendo a violência baseada no gênero. Reconhecer juridicamente o vicaricídio como uma forma específica de violência é fundamental. Esse reconhecimento permite compreender melhor a motivação do crime, evita que seja tratado apenas como homicídio comum e contribui para a criação de políticas públicas e protocolos de prevenção mais eficazes. Sem esse enquadramento, existe o risco de invisibilizar uma forma extrema de violência psicológica direcionada à mãe.

O vicaricídio não está tipificado de forma autônoma na legislação brasileira, o que dificulta a identificação precoce de riscos, a padronização de decisões judiciais e a construção de protocolos

específicos de prevenção. Projetos legislativos em discussão buscam avançar nesse reconhecimento. A experiência prática demonstra que, muitas vezes, existem sinais de alerta antes de episódios dessa natureza. Histórico de violência doméstica, ameaças envolvendo filhos ou familiares próximos, comportamento possessivo e controlador e a não aceitação do fim do relacionamento são fatores frequentemente presentes. O uso dos filhos como instrumento de chantagem e o descumprimento de medidas protetivas também aparecem de forma recorrente em casos que evoluem para desfechos trágicos.

Outro ponto sensível envolve decisões judiciais relacionadas à guarda e à convivência com os filhos. Quando há histórico de violência, a manutenção automática de convivência irrestrita pode expor crianças e mulheres a riscos graves. As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha são instrumentos essenciais nesses contextos, pois permitem o afastamento do agressor, a proibição de contato e, em alguns casos, a suspensão da convivência com

os filhos. Ainda assim, um dos grandes desafios está na fiscalização dessas medidas e na correta avaliação do risco envolvido.

Apesar dos avanços institucionais, o sistema de justiça ainda enfrenta dificuldades para reconhecer padrões de escalada da violência. Muitas vezes, a violência psicológica é subestimada e conflitos familiares são tratados como disputas comuns. Isso evidencia a necessidade de capacitação contínua de magistrados, advogados, promotores, defensores públicos e equipes técnicas para lidar com essas situações com maior sensibilidade e preparo.

Ampliar o debate sobre o vicaricídio é fundamental para tornar visível uma violência que ainda é pouco conhecida e reconhecida. Discutir o tema permite antecipar riscos, aprimorar decisões judiciais e fortalecer mecanismos de proteção para mulheres e crianças. Nomear o fenômeno é o primeiro passo para compreendê-lo e combatê-lo. Tomar essa violência visível é uma forma de evitar novas tragédias e avançar na construção de uma rede de proteção mais efetiva.

Visão do Direito

Luis Henrique Prates
da Fonseca Borghi
Sócio de Resolução
de DisputasMauricio Sada
Advogado sênior de
Resolução de DisputasPedro Santos
Advogado júnior de
Resolução de Disputas

STJ decide que desigualdade econômica não invalida foro estrangeiro em contrato internacional

Prestigiando o princípio da autonomia da vontade, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria, que a existência de desigualdade econômica entre as partes não é suficiente, por si só, para invalidar cláusula de eleição de foro estrangeiro em contrato internacional. O entendimento foi firmado no julgamento do Recurso Especial nº 2.206.798/SC, envolvendo contrato de agenciamento marítimo.

O caso teve origem em contrato celebrado entre uma empresa brasileira e uma multinacional estrangeira para a prestação exclusiva de serviços ligados à atividade marítima e logística no Brasil, abrangendo, entre outros, o agenciamento de navios e cargas, operações portuárias, desembaraço aduaneiro, transporte rodoviário, bem como atividades de importação e exportação. No instrumento original, as partes elegeram de forma genérica o Brasil ou a Inglaterra como foro competente para a resolução de eventuais controvérsias. Posteriormente, foram firmados dois instrumentos contratuais adicionais: o primeiro estabeleceu o foro da comarca do Rio de Janeiro e, em momento posterior, o segundo promoveu nova alteração, elegendo o foro de Londres, jurisdição na qual nenhuma das partes possuía sede.

Apesar da existência da cláusula contratual de eleição de foro, a empresa brasileira ajuizou ação na comarca de Itajaí/SC, na qual pleiteou

indenização por danos morais e materiais, além da declaração de nulidade de diversas disposições contratuais, inclusive daquela que previa a eleição de foro estrangeiro. Como principal fundamento, alegou a existência de um desequilíbrio econômico extremo entre as partes, destacando que seu capital social era de apenas R\$ 20 mil, enquanto a contratante estrangeira figurava entre as maiores empresas do setor marítimo global, com estrutura financeira bilionária. Sustentou, ainda, que a cláusula teria sido imposta de forma unilateral e que, por se tratar de contrato de representação comercial, deveria prevalecer o foro do domicílio do representante, nos termos do disposto na Lei nº 4.886/65.

Em primeira instância, a Justiça brasileira reconheceu a incompetência do Poder Judiciário nacional para apreciar a controvérsia e extinguiu o processo sem resolução de mérito. O Tribunal de origem, contudo, reformou essa decisão ao julgar a apelação, declarou a nulidade da cláusula de eleição de foro e determinou o retorno dos autos à instância de origem para regular instrução do feito. O acórdão fundamentou-se no entendimento de que a empresa brasileira seria economicamente vulnerável e tecnicamente hipossuficiente, circunstâncias que, na visão do Tribunal, comprometeriam o efetivo acesso à Justiça caso fosse mantida a cláusula de foro estrangeiro.

A empresa estrangeira interpôs recurso

especial, defendendo que a mera disparidade econômica não caracteriza hipossuficiência jurídica capaz de invalidar cláusula contratual livremente pactuada.

Relatora do caso, a ministra Daniela Teixeira deu provimento ao recurso. Em seu voto, destacou que a jurisprudência do STJ não admite o afastamento da cláusula de eleição de foro estrangeiro com base apenas na desigualdade econômica, sendo necessária a comprovação de hipossuficiência concreta, com obstáculos reais ao exercício do direito de ação e prejuízo efetivo ao acesso à Justiça. Ressaltou ainda que, embora de menor porte, a empresa brasileira faturou mais de R\$ 40 milhões ao longo da vigência do contrato, o que afastaria a alegação de vulnerabilidade jurídica.

A ministra Nancy Andrighi apresentou voto divergente. Para ela, a hipossuficiência decorre da assimetria econômica e jurídica entre as partes, capaz de dificultar inclusive a compreensão das condições contratuais.

Destacou que, por 14 anos, o contrato previa foro brasileiro, sendo a posterior alteração para foro estrangeiro uma ruptura de relação jurídica consolidada. Apontou também a exclusividade na prestação dos serviços, a longa duração do contrato — cerca de 30 anos —, o faturamento diluído ao longo desse período e o fato de as obrigações terem sido executadas no Brasil como elementos suficientes para justificar a nulidade da cláusula.

Apesar da divergência, a 3ª Turma do STJ, por maioria, manteve a validade da cláusula de eleição de foro estrangeiro, firmando entendimento relevante para o ambiente de negócios internacionais.

A decisão reforça a autonomia contratual ao afirmar que cláusulas livremente pactuadas entre empresas devem ser respeitadas, mesmo diante de desigualdade econômica, desde que não haja violação a direitos fundamentais. Também contribui para a segurança jurídica nas relações internacionais, ao oferecer maior previsibilidade amultinacionais que contratam com empresas brasileiras.

Ao mesmo tempo, o julgamento acende um alerta para empresas de menor porte, que devem avaliar com cautela os custos e as barreiras de litigar em jurisdições estrangeiras antes de aceitar cláusulas de eleição de foro, muitas vezes pactuadas sem análise aprofundada.

O entendimento representa mais um avanço na consolidação da jurisprudência do STJ sobre contratos internacionais, ao buscar um ponto de equilíbrio entre a autonomia privada e a necessária proteção jurídica das partes envolvidas na relação contratual. Embora não tenha efeito vinculante, a decisão possui repercussão prática relevante, sobretudo para a interpretação e a aplicação de cláusulas contratuais em contratos internacionais, especialmente naqueles marcados por exclusividade, longa duração e relações comerciais assimétricas.

Visão do Direito

Elisa Alonso
Advogada especializada em direito trabalhista e sócia do escritório do RCA Advogados

Redução da escala 6x1 exige mais do que consenso social

A discussão sobre a redução da jornada de trabalho no Brasil é legítima, mas está longe de ser simples. Em um cenário marcado por demandas sociais relevantes, como qualidade de vida e saúde mental, o debate precisa avançar com base em análise técnica, planejamento e responsabilidade.

Não se pode ignorar os dados econômicos disponíveis. Estudo da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) indica que o fim da escala 6x1 pode provocar queda do PIB e aumento do desemprego, o que reforça a necessidade de cautela. A Constituição busca equilibrar a proteção ao trabalhador e a sustentabilidade da atividade econômica, e esse

ponto deve orientar propostas dessa natureza. Estudos não encerram o debate, mas qualificam a tomada de decisão.

A modernização das relações de trabalho é necessária, mas precisa prever transição e diferenciação entre setores. Mudanças abruptas tendem a gerar insegurança jurídica, aumento da litigiosidade e dificuldades operacionais, especialmente em atividades contínuas. A adoção de um modelo gradual permite que empresas e trabalhadores ajustem contratos, rotinas e estruturas de custo com maior previsibilidade.

Nesse contexto, a negociação coletiva se mostra instrumento central, por possibilitar soluções ajustadas à realidade de cada setor.

O ponto não é apenas reduzir a jornada, mas definir como implementar essa mudança de forma juridicamente segura e economicamente viável.

Do ponto de vista prático, o Brasil ainda não parece preparado para uma alteração uniforme e imediata. Trata-se de uma economia heterogênea, com setores de baixa margem e alta intensidade de mão de obra. A imposição de novos encargos sem mecanismos de adaptação pode pressionar a atividade empresarial e afetar o emprego formal.

Além disso, a redução da jornada sem redução salarial tende a elevar o custo da hora trabalhada e exigir reorganização produtiva imediata. Sem regras claras de transição,

aumentam as dúvidas sobre banco de horas, compensação e outros institutos, ampliando o risco de passivos trabalhistas e judicialização.

Os impactos podem ser ainda mais intensos para pequenas e médias empresas, que têm menor capacidade de absorver custos. Nesse cenário, a adaptação gradual, a valorização da negociação coletiva e a previsão de regimes diferenciados são caminhos para mitigar efeitos negativos.

A redução da jornada é uma pauta relevante, mas exige cautela. Sem planejamento, transição adequada e diálogo entre os setores produtivos e representantes dos trabalhadores, o risco é que uma medida voltada ao bem-estar produza efeitos contrários na prática.

Visão do Direito



Antonio Gonçalves
Advogado criminalista

Endurecimento penal dos crimes sexuais contra vulneráveis

O Congresso Nacional tem promovido um endurecimento penal por meio de projetos de lei a fim de proteger os vulneráveis (menores de 14 anos). Desde o desvelar da adultização evidenciada pelo influenciador Felca não foram poucos os instrumentos normativos criados e o endurecimento promovido para melhor amparar as crianças brasileiras que são vítimas de crimes sexuais.

A criação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, a Lei 15.280/25 que prevê o aumento de penas para estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal e, agora, a aprovação do PL 2.195/2024 que prevê a presunção absoluta de vulnerabilidade em casos de estupro de vulnerável pelo Senado Federal e que irá à sanção presidencial são alguns dos exemplos protéticos edificadas nos últimos meses.

O PL foi criado a fim de impedir que o estupro de vulnerável seja relativizado com base no comportamento ou histórico da vítima, ou seja, uma tentativa de minimizar o crime e transferir a responsabilidade para a vítima, uma visão equivocada no mesmo caminho de considerar que o estupro de uma mulher teve “culpa compartilhada” por ela estar com uma roupa curta, um absurdo completo.

O tema adquiriu contornos de urgência após uma decisão judicial proferida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais que

absolveu um homem de 35 anos, acusado de violentar uma menina de 12 anos. A justificativa do voto do relator pela absolvição (a decisão foi de 2x1 pela absolvição) foi a presença de vínculo familiar e afetivo com a vítima.

Após a repercussão negativa do caso, o relator praticou uma série de atrocidades processuais, primeiro porque, após proferir sentença e o Ministério Público recorrer acerca dos Embargos Declaratórios, o magistrado os converte para Embargos Declaratórios com efeitos modificativos (sem abrir prazo para a defesa se manifestar e, concomitantemente, retirando a competência do colegiado para o fazer) para, por fim, reformar a própria sentença, sem ter competência mais para o fazer.

A questão do estupro de vulnerável é grave e crítica no Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, o Brasil registrou 87.545 vítimas de estupro e estupro de vulnerável em 2024, o que representa o maior número da série histórica iniciada em 2011 e equivale a uma pessoa estuprada a cada seis minutos.

Desse total, 76,8% eram vulneráveis e 67,9% em dos casos, o estupro ocorreu dentro da casa da vítima e, não raro, o autor era conhecido ou parente da criança.

Os números são ainda mais alarmantes ao pensar na subnotificação dos casos seja por vergonha, proteção ao estuprador,

domínio econômico, negativa do acontecido, dentre outras possibilidades.

Mesmo com toda modificação promovida no arcabouço normativo que envolve os vulneráveis ainda são proferidas sentenças absolutórias, em que pese a presença de provas robustas do estupro. É preciso um esforço do Conselho Nacional de Justiça em criar resoluções que melhor orientem a perspectiva de julgamento para estupro de vulnerável.

Parece inacreditável ter de se criar mecanismos para que alguns magistrados vislumbrem que a proteção para as crianças é essencial, a fim de lhes garantir um futuro com menos sofrimento, ainda mais diante de um episódio traumático, cujos efeitos são desconhecidos para seu próprio desenvolvimento. No entanto, tem sido verdade.

A mudança de paradigma perpassa por duas necessidades: denúncia e responsabilização. A família já tem um conjunto de problemas e receios em denunciar o estuprador e, tampouco, irá surtir efeito se a justiça o absolver. O estigma e a responsabilidade recairão, inevitavelmente, sobre a criança e os efeitos psicológicos e emocionais são absolutamente incertos.

É preciso endurecer, também, a visão do Judiciário acerca do estupro de vulnerável tendo como eixo de proteção à criança!

O Legislativo está e segue empenhado em proteger as crianças brasileiras, faltam,

ainda, o Judiciário e o Executivo aprimorem ainda mais suas ações nesse sentido.

Afinal, ainda no Congresso, tramitam alterações relevantes, como PL que prevê alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para prever tratamento médico e psicológico a famílias de vítimas. O Congresso tornou obrigatório o monitoramento eletrônico dos condenados contra a dignidade sexual e crimes contra a mulher ao deixarem o estabelecimento penal, a mesma medida poderia alcançar o estuprador de vulnerável e um novo PL pode ser apresentado nesse sentido.

O Congresso Nacional tem feito sua parte ao aumentar as penas e, com isso, objetivar conferir maior inibição para a ocorrência dos estupros, porém, é preciso que o Governo Federal se envolva na contenda com campanhas publicitárias incentivando a denúncia dos crimes e, mais do que isso, que é preciso levar os culpados à justiça.

Os números são graves, e somente o endurecimento penal não irá modificar o cenário de imediato é essencial a intervenção nos lares brasileiros com o alerta e a necessidade de proteção para as crianças brasileiras. Para tanto, campanhas publicitárias são essenciais para ampliar a mensagem de que as crianças precisam de proteção. Somente a ação conjunta dos três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo poderão conferir a efetiva proteção que nossas crianças precisam e merecem.

Visão do Direito



Stephanie Consonni De Schryver
Sócia da área de propriedade intelectual de TozziniFreire Advogados

O legado dos 30 anos da LPI no Dia Mundial da Propriedade Intelectual

No dia 26 de abril, celebra-se o Dia Mundial da Propriedade Intelectual, data instituída pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para reforçar a importância da proteção de criações do intelecto humano no desenvolvimento econômico e social. A propriedade intelectual é o alicerce que permite a inventores, artistas e empreendedores colherem os frutos de seu trabalho, incentivando a pesquisa, a inovação e a competitividade.

Neste ano, a data ganha um significado

especial para o Brasil: completam-se trinta anos da Lei de Propriedade Industrial (a Lei n.º 9.279/1996), marco legislativo que modernizou o sistema brasileiro de patentes, marcas, desenhos industriais e repressão à concorrência desleal. A LPI representou um salto importante na segurança jurídica oferecida a quem inova em solo nacional. Ao longo dessas três décadas, a lei contribuiu para atrair investimentos estrangeiros, fortalecer a indústria nacional e consolidar o Instituto Nacional da Propriedade

Industrial (INPI) como agente central desse ecossistema.

A verdade é que a propriedade intelectual nunca esteve tão em alta. Os debates avançam em ritmo acelerado: a inteligência artificial desafia os conceitos tradicionais de autoria e inventividade; a modernização do INPI promete reduzir os prazos de exame e aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais; a biotecnologia e a economia de dados redesenham fronteiras que pareciam consolidadas. Não se trata mais de um

tema reservado a especialistas: a propriedade intelectual está no centro das grandes decisões estratégicas de governos, empresas e instituições de pesquisa.

O Brasil dispõe hoje de uma base institucional robusta e de um ecossistema de inovação cada vez mais maduro para protagonizar essas discussões. Cabe a todos nós garantir que esse momento de efervescência se converta em progresso real, assegurando que a inovação continue a serviço de toda a sociedade.

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS CJ.9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDE-SE CHACARA 1 HECTARE casa c/5 quartos, cs de caseiro, 2qts. churrasq. Entre Outlet e Alexânia. (61) 99439-3883

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO Sítio 20hectares Agrovila BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1** Apart Hotel
- 2.2** Apartamentos
- 2.3** Casas
- 2.4** Lojas e Salas
- 2.5** Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6** Quartos e Pensões
- 2.7** Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 ASA SUL

3 QUARTOS

416 SUL 3qts c/ arms sala coz , banh social e dependência c/w 2º andar, elev área serv R\$ 3.900,00 + Cond R\$800, . Somente whta-sapp (61) 98272-9594 ou 98207-0708

416 SUL 3qts c/ arms sala coz , banh social e dependência c/w 2º andar, elev área serv R\$ 3.900,00 + Cond R\$800, . Somente whta-sapp (61) 98272-9594 ou 98207-0708

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

3ª AV Alg ap 4 qts 1 suite vazado 2 varandas bem arejado 1 gar R\$ 3.000. 99267-1972

3ª AV Alg ap 4 qts 1 suite vazado 2 varandas bem arejado 1 gar R\$ 3.000. 99267-1972

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGAR CERTO.COM. BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA 101 BLOCO l alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS CJ.9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS CJ.9417

SCRS 513 Loja c/ 400 metros, sendo 200 metros de térreo e 200 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ.9417

SCRS 513 Loja c/ 400 metros, sendo 200 metros de térreo e 200 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ.9417

SCRS 513 Loja c/ 400 metros, sendo 200 metros de térreo e 200 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

DIPLOMATA VENDE Q3 22/23 Performance Black Quattro, 49mil km. Tratar. Tel.: (61) 992351108.

DIPLOMATA VENDE Q3 22/23 Performance Black Quattro, 49mil km. Tratar. Tel.: (61) 992351108.

CHERY

AUTOCRED TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

CHEVROLET

CORSA/08 completo. Vendo ou Troco Tr: (61) 99969-9595

FIAT

PALIO/13 2 portas, 93mil/km, limp e desem traseiro, pneu Continental 98346-4080

HYUNDAI

HB20/24 Limited. único dono, 24 milkm, carro de mulher. Do trabalho para casa Tr: 61 98292-6455

VOLKS

AUTOCRED VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026

Objeto: Fornecimento de medicamentos e de materiais hospitalares. Data da sessão pública: 08 de maio de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sites: www.gov.br/compras-pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 23 de abril de 2026
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

3.2 JEEP

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.3 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

TERAPÊUTICA - Enfermeira. Sinta-se renovado c/ a melhor técnica de massagem e atendimento de qualidade em amb discreto e aconchegante (61) 98592-5610

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobra consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

CASA DA MERENDA CONTRATA

AUXILIAR DE COZINHA/ Chapeiro/ Operador(a) De Caixa/ Masseur(a). Enviar CV: rhondurica@gmail.com

5.4 DINHEIRO E FINANÇAS

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

PREVICRED

CRÉDITO PESSOAL -- para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

RENATO ATIVÃO MACHÃO, SERIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

NIKE PARAIBANA

21 ANOS Uma das Periguetes mais lindas do Plano Piloto c/ oral até o fim! 61 99674-4408

RUIVA GATA ESTILO CAPA De Revista! Branquinha mulherão 1.65 alt 22a Ex Miss Goiás (61) 99906-7716

MASSAGEM RELAX

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp ótimos ganhos Asa S (61)98225-6648

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CONTRATA - SE ATENDENTE de mesa p/trabalhar em restaurante/ c/ exper. em Buffet. Salário a combinar.. Ligar ou enviar currículo 98350-7773

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIAR DE PRODUÇÃO Contrata-se para trabalhar em indústria de alimentos na Samambaia. Com experiência comprovada em CTPS. Currículo para: rh@germana.com.br

CASA DA MERENDA CONTRATA

AUXILIAR DE COZINHA/ Chapeiro/ Operador(a) De Caixa/ Masseur(a). Enviar CV: rhondurica@gmail.com

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
caesb SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Administração da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB CONVOCA os Senhores Acionistas para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, cumulativamente, na Sede da Companhia, no dia 29 de abril de 2026, às 14 horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2025; II - Deliberar sobre a proposta de destinação do Lucro Líquido apurado no exercício de 2025 e distribuição de dividendos aos Acionistas, já realizada a título de Dividendos Antecipados, a ser ratificada pela Assembleia de Acionistas; e ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: I - Deliberar sobre a Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia - exercício de 2025, e a consequente alteração do art. 6º do Estatuto Social da Companhia.**

LUIS ANTÔNIO ALMEIDA REIS - Presidente

EDITAL DO LEILÃO - BENS IMÓVEIS. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Lei 9.514/1997

A Credora **CNP CONSÓRCIO S/A - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS**, inscrita no CNPJ 05.349.595/0001-09, com sede Avenida Tamboré, nº 267, Conjunto 141-B, Andar 14, Tamboré, Barueri/SP, CEP 06460-000, na qualidade de atual detentora dos direitos creditórios decorrentes da Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, torna público ao devedor fiduciante **AUTO AGROPEÇAS CHAVES LTDA**, inscrito no CNPJ 12.688.288/0001-03, os LEILÕES: 1º Leilão: 06/05/2026, às 11:00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 1.850.000,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil reais). 2º Leilão: 21/05/2026, às 11:00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 1.450.406,53 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e três centavos). (ref. ao débito fiduciário atualizado, acrescido das demais cominações legais, conf. §2º, do art. 27, da Lei 9.514/1997). **DESCRIÇÃO DO BEM:** Galpão, Comercial, Ocupado, melhor descrito na matrícula nº 289791, 3º ofício de registro do Distrito Federal. QNH Área especial 3 Armazem 11, s/n, Setor H Norte, Taguatinga, Brasília, DF, 72130-602, p/ venda do imóvel que constituído e discriminado no Edital, pelo maior lance, no site www.leiloi.com, através do leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI - JUCESP 950. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, o credor fiduciário e a Leiloei, com não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@leiloi.com e tel: (11) 3422-5998 e (11) 97616-1618. O presente Edital e os seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site www.leiloi.com.

EDITAL DO LEILÃO - BENS IMÓVEIS. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Lei 9.514/1997

A Credora **CNP CONSÓRCIO S/A - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS**, inscrita no CNPJ 05.349.595/0001-09, com sede Avenida Tamboré, nº 267, Conjunto 141-B, Andar 14, Tamboré, Barueri/SP, CEP 06460-000, na qualidade de atual detentora dos direitos creditórios decorrentes da Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, torna público ao devedor fiduciante **AUTO AGROPEÇAS CHAVES LTDA**, inscrito no CNPJ 12.688.288/0001-03, os LEILÕES: 1º Leilão: 06/05/2026, às 11:00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 1.850.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e mil reais). 2º Leilão: 21/05/2026, às 11:00 (fechamento). Lance mínimo: R\$ 1.454.453,16 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dezesseis centavos). (ref. ao débito fiduciário atualizado, acrescido das demais cominações legais, conf. §2º, do art. 27, da Lei 9.514/1997). **DESCRIÇÃO DO BEM:** Galpão, Comercial, Ocupado, melhor descrito na matrícula nº 289793, 3º ofício de registro do Distrito Federal. QNH Área especial 3 Armazem 13, s/n, Setor H Norte, Taguatinga, Brasília, DF, 72130-603, p/ venda do imóvel que constituído e discriminado no Edital, pelo maior lance, no site www.leiloi.com, através do leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI - JUCESP 950. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, o credor fiduciário e a Leiloei, com não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@leiloi.com e tel: (11) 3422-5998 e (11) 97616-1618. O presente Edital e os seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site www.leiloi.com.

SENADO FEDERAL COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90036/2026

OBJETO: Contratação de serviços contínuos de apoio operacional à infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) do Senado Federal, com alocação de postos de trabalho em regime híbrido – presencial e remoto –, e pagamento vinculado ao atingimento de níveis mínimos de serviço.

ABERTURA: 08/05/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.

EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

MARCUS VINICIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro

EDITAL DE LICITAÇÃO

A Embaixada do Reino da Arábia Saudita, anuncia a licitação para o fornecimento e instalação de equipamentos e sistemas de segurança para os edifícios desta chancelaria, como detectores de fumaça, extintores e alarmes de incêndio.

As empresas interessadas em apresentar propostas devem entrar em contato neste telefone (61) 98172-0486.

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

COZINHEIRA td serv. p/ Jard Bot R\$2500 seg a sab só msg 99386-7676

DANÇARINAS (OS) COM/SEM exp p boate, ó.ganhos 99917-1403

DOMÉSTICA-NOROESTE Seg à Sext. c/ exper de doméstica na CTPS e c/ referências CV p/ ribas.2026.1953@gmail.com

DOMÉSTICA
CONTRATA-SE c/ experiência p/ guas Claras/ Park Way 99988-0905

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp ótimos ganhos Asa S (61)98225-6648

VIDRAÇARIA BRASÍLIA
214 SUL CONTRATA
SERVIÇOS GERAIS - Pessoas pontuais ; responsável e com interesse de aprendizado. De Segunda a sexta 8:30 às 18h e sábados 8:30 às 13h. Enviar CV A/C Isabel 98259-0077 vidracariabrasilia2009@gmail.com

CONTRATAMOS
02 TÉCNICOS em dedetização c/ experiência comprovada c/ CNH. Enviar curriculum p/ contato@adedetibem.com.br

VIDRAÇARIA BRASÍLIA
214 SUL CONTRATA
VIDRACEIRO COM EXPERIÊNCIA em vidro comum e temperado, habilitado. Horários Segunda a sexta 8:30 às 18h e sábados 8:30 às 13h. Enviar CV A/C Isabel 98259-0077 vidracariabrasilia2009@gmail.com

NÍVEL MÉDIO

DEPARTAMENTO FISCAL E PESSOAL. Salário a combinar de acordo com experiência na área. Novo Gama - Go. Tratar: 61 98554-8289 ou lusp501@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

PANIFICADORA BONANZA CRUZEIRO NOVO QD 607
BLOCO C CONTRATA
ATENDENTE / BALCONISTA c/ ou s/Exper. e CHAPEIRO (com experiência). Enviar CV: Whats (61)98173-4833 bonanza_cruzeiro@gmail.com

CONTRATA-SE
AUXILIAR DE PRODUÇÃO salário 1.700 + assiduidade 150,00 + produtividade 150,00 + almoço e passagem. CV p/ Whats (61) 98210-3807

COMUNICAÇÃO VISUAL
CONTRATA Impressor experiente e Design Gráfico experiente em corel . Para trabalhar Recanto das Emas . Enviar curriculum: bervan.sucesso@gmail.com

MERCADO CONTRATA
OPERADOR (A) DE MERCADO C/ experiência. Horário : 14h às 20h. Vic Pires próx Av. Estrutural. Enviar CV p/ Zap (61) 98138-3788 ou akitemhortifrutu@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

TEC TÉCNICO (A) EM SEGURANÇA ELETRÔNICA Com exp. em Central de Comunic. Port. Eletron, câmeras, cont. de acesso. Salário R\$1.800 à R\$ 2.700 + VT + VR. CV p/ 98102-4407 ou auxmantop@gmail.com

VENDEDOR Salário + comissão e bônus extra. Para trabalhar em Shopping. Enviar CV: terapiadosono6@gmail.com

CONTRATA-SE
VENDEDORES (AS) COM EXPERIÊNCIA - Preferência no ramo de premoldados. Enviar CV p/ premoldadosvagas@gmail.com

NÍVEL SUPERIOR

AUXILIAR DEPARTAMENTO FISCAL c/ experiência comprovada em escritório de contabilidade. Enviar CV: mario@tcagrup.com.br

6.2 NÍVEL BÁSICO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá , Passadeira , Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

ANUNCIE O SEU PRODUTO
LIGUE
61 3342-1000
CLASSIFICADOS

banco BRB

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ: 00.000.208/0001-00



BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A ||| CNPJ: 00.000.208/0001-00
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração do BRB – Banco de Brasília S/A convida os senhores Acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas de modo exclusivamente digital, por meio da disponibilização de sistema eletrônico, no dia **30 de abril de 2026 às 10 horas**, com a seguinte ordem do dia:

1 - Quanto à Assembleia Geral Ordinária:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2025. Considerando o fato relevante divulgado em 31/03/2026, a publicação das demonstrações financeiras será postergada, em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos da auditoria forense contratada para apuração dos eventos relacionados à operação “Compliance Zero”, bem como da adequada avaliação, pela Administração da Companhia e pelo Auditor Independente, de seus potenciais impactos. A medida visa assegurar a fidedignidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras, em observância aos deveres legais e fiduciários da Administração e à proteção dos interesses da Companhia e de seus acionistas. A apreciação do item ocorrerá tão logo concluídas as avaliações e providências em curso, mediante convocação específica para a continuidade da Assembleia Geral Ordinária.

b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2025 e a distribuição dos dividendos. Considerando que a deliberação sobre a matéria depende da prévia aprovação das demonstrações financeiras do exercício, nos termos da legislação societária aplicável, sua apreciação ocorrerá conjuntamente quando da nova convocação para a continuidade da Assembleia Geral Ordinária, após a conclusão das avaliações em curso e a divulgação das demonstrações financeiras devidamente auditadas, em observância aos princípios de fidedignidade das informações e de proteção aos acionistas.

c) Eleger os membros do Conselho de Administração.

d) Eleger os membros do Conselho Fiscal.

2 - Quanto à Assembleia Geral Extraordinária:

a) Deliberar sobre a proposta de montante global de remuneração dos administradores do BRB-Banco de Brasília S.A.;

b) Deliberar sobre a proposta de fixação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal.

Instruções Gerais

O BRB – Banco de Brasília S/A realizará suas Assembleias Gerais de forma exclusivamente digital, e disponibilizará o link de acesso à plataforma digital Zoom para que os acionistas possam participar e exercer o seu direito de voto.

Poderão participar das Assembleias os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, seus representantes legais ou procuradores, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

Para participação e deliberação nas Assembleias Gerais, os acionistas devem observar as orientações dispostas no documento “Proposta da Administração”, disponível no site de Relação com Investidores do BRB, na seção “Assembleias” https://ri.brb.com.br/pt/documentos-cvm, assim como as estabelecidas a seguir:

a) Os instrumentos de procuração, de identificação e comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade serão recebidos por meio do endereço eletrônico ri@brb.com.br, em até 2 (dois) dias antes da realização das Assembleias.

b) A participação remota ocorrerá mediante cadastramento prévio realizado até o dia **28/04/2026**, que deve ser solicitado ao endereço eletrônico ri@brb.com.br.

c) Caso opte pelo voto a distância, o acionista deverá, até o dia **26/04/2026** (inclusive), fazer a entrega de seu Boletim de Voto, devidamente preenchido e assinado, por meio de uma das opções abaixo:

i. Por transmissão de instruções de preenchimento para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, a saber:

a) o custodiante do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central. Neste caso o acionista deverá observar as orientações de seu respectivo agente de custódia.

b) em qualquer agência Bradesco, instituição contratada pela Companhia para prestação do serviço de escrituração de ações, disponível em território nacional, acompanhado de cópia da documentação indicada para identificação do acionista:

• Pessoa Física: Documento de identidade com foto e CPF.

• Pessoa Jurídica: Último estatuto social ou contrato social consolidado; documentos de identidade com foto e CPF do representante legal; documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.

c) O depositário central no qual as ações estejam depositadas.

ii. Diretamente à companhia, por meio de correio eletrônico para ri@brb.com.br.

d) A documentação relativa às propostas a serem apreciadas está disponível na sede do BRB – Banco de Brasília S/A, na Gerência de Relações com Investidores, no 11º andar do Centro Empresarial CNC - ST SAUN, Quadra 5, Lote C, Torre C – Brasília/DF, na página de relações com investidores (http://ri.brb.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. Brasília – DF, 31 de março de 2026. Raphael Vianna de Menezes - Presidente do Conselho de Administração.

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197



DETRAN DF

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
AVISO DE REABERTURA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2025

Processo nº 00055-00093304/2025-51. O Detran/DF torna pública a reabertura da Dispensa Eletrônica nº 20/2025, no dia 27/04/2026, às 09h. Objeto: aquisição de Agente Redutor Líquido Automotivo – ARLA32, conforme as condições constantes no Aviso de Contratação e anexos. Valor: R\$ 52.150,00. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site: https://www.detran.df.gov.br/ e no site www.gov.br/compras. Mais informações e-mail: licitacao@detran.df.gov.br.

Brasília/DF, 22 de abril de 2026.

ALLANN ALVES VIEIRA DE ANDRADE
Pregoeiro



TJDF PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

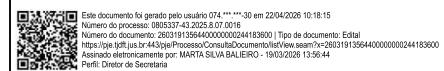
4º Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906 Telefones: (61) 3103-1826 e (61) 3103-1831; E-mail: 4vfamilia.bsb@tjdf.jus.br; Horário de atendimento: 12h às 19h

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

NÚMERO DO PROCESSO: 0805337-43.2025.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: PAULO SERGIO DIAS LOPES
REQUERIDO: VILMA LUCIA DIAS LOPES

O Dr. **ANDRÉ FERREIRA DE BRITO**, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0805337-43.2025.8.07.0016**, ajuizada por REQUERENTE: PAULO SERGIO DIAS LOPES, foi **DETERMINADA**, mediante sentença transitada em julgado, a **INTERDIÇÃO PLENA DE VILMA LUCIA DIAS LOPES (CPF: 634.800.341-87)**, por ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): **PAULO SERGIO DIAS LOPES (CPF: 221.487.281-72)**, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 18 de março de 2026.

MARTA SILVA BALIEIRO
Diretora de Secretaria



7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento do BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, com sede em São Paulo-SP, CNPJ nº 90.400.888/0001-42, intimar **DIOGENES PEREIRA ESTRELA**, brasileiro, solteiro, prestador de serviços, CPF nº 794.036.381-68, residente e domiciliado nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas a Instrumento particular datado de 17 de dezembro de 2021, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.15 na matrícula nº 7.980 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 310 da Projecão A do Conjunto A-01 da Quadra 02, Sobradinho-DF. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 18.404,64, posição de 02/04/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome do BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão “inter vivos”. Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que o devedor poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

SECRETARIA EXECUTIVA

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.312/2026 MME – UASG 320004

NUP: 48340.005436/2025-27. Objeto: Pregão Eletrônico nº **90.312/2026** - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de engenharia visando a **instalação de novas redes elétricas, em substituição as existentes em área adjacente ao 2º subsolo, no âmbito do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF**, sede do Ministério de Minas e Energia (MME), conforme condições e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos. Total de itens licitados: **1. Edital: 23/04/2026** das 9h às 12 h e das 14h às 17h, **Abertura das Propostas: 08/05/2026, às 10h00**. Local: www.gov.br/compras.

Leticia Cirqueira de Oliveira
Pregoeira/Agente de Contratação

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Braziliense**.

Pequenos anúncios
(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados
(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp
61 98167-9999

E-mail:
classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:
Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE